

GAUDIUM SCIENDI



**NÚMERO 20
JUNHO 2021**

ISSN 2182-7605

**Imagem da capa *A Porta*
Ana Mandillo, 2012**



SUMÁRIO

EDITORIAL

EDITORIAL.....	7-12
Maria Laura Bettencourt Pires	
Directora da revista <i>Gaudium Sciendi</i>	

ARTIGOS

LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MEDICINA.....	15-38
Manuel Valente Alves	
Nota Biográfica	36
Resumo/Abstract	37-38
"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?: CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO.....	39-62
Miguel Alarcão	
Nota Biográfica	61
Resumo/Abstract	62
THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" - DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW	63-96
João Franco Reis	
Nota Biográfica	94
Resumo/Abstract	95
VIVÊNCIAS DO TEMPO	97-108
Margarida Amaral	
Nota Biográfica	106
Resumo/Abstract	106-107
INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS.....	109-122
Maria Laura Bettencourt Pires	
Nota Biográfica	121
Resumo/Abstract	122
HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL	123-134
Américo Pinheira Pereira	
Nota Biográfica	133



SUMÁRIO

Resumo/Abstract134

OBITUÁRIO

IN MEMORIAM ANA MARIA MONTEIRO FERREIRA 137-144
Maria Laura Bettencourt Pires

**NOTES OF MY MEMORY OF PROF. ANA MONTEIRO FERREIRA:
AFROCENTRICITY AND WOMEN'S STUDIES** 145-152
Molefi Kete Asante

RECENSÃO CRÍTICA

**ANATOMÍA DO PENSAR: O DISCURSO FILOSÓFICO E A SUYA
INTERPRETACIÓN**..... 155-160
Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

INFORMAÇÕES SOBRE GAUDIUM SCIENDI

- INFORMAÇÕES.....163-164
- NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS.....165-166
- CONSELHO EDITORIAL.....167-168
- CONSELHO CONSULTIVO.....169-170
- CONSELHO DE AVALIAÇÃO.....171-172

ABOUT US

- ABOUT US.....175-176
- RULES FOR THE SUBMISSION OF ARTICLES.....177-178
- EDITORIAL BOARD..... 179-180
- ADVISORY BOARD181-182
- BLIND PEER REVIEW.....183

NOTA: O Conselho Editorial da *Gaudium Sciendi* respeita a decisão pessoal dos autores de não escreverem segundo o projecto do chamado Novo Acordo Ortográfico.





EDITORIAL

"These are the times that try men's souls"

Thomas Paine

A *Gaudium Sciendi* é a revista electrónica da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, que é publicada desde 2012, com periodicidade semestral e acesso gratuito. Foi concebida para ser lida em formato digital num computador, *tablet* ou outro dispositivo móvel.

A publicação da *Gaudium Sciendi* através da *Internet*, pretende, tal como está implícito no seu título, levar a alegria (*Gaudium*) do conhecimento (*Sciendi*) a leitores em todo o mundo e tal tem, de facto, vindo a acontecer, como verificamos pelos diversos comentários que nos enviam.

A edição electrónica cria também novas oportunidades, que incluem poder ser lida a qualquer hora e local, e tanto em bibliotecas nacionais como estrangeiras, bastando para tal digitar "Revista Gaudium Sciendi-Universidade Católica" em qualquer motor de busca na *Net*, tal como o *Google*. Cada número poderá, obviamente, também - se o leitor assim preferir - ser impresso e encadernado e lido como um livro.

O Editorial é, geralmente, escrito pela Directora e, em princípio, exprime a opinião dos membros do Conselho Editorial, embora a responsabilidade da revista seja da Editora-Chefe ou Directora. Contém também, muitas vezes, um somatório dos artigos publicados. O conteúdo da revista é, previamente, aprovado pelo Conselho de Avaliação, que aprecia a clareza do estilo, os objectivos e o modo de pensar dos autores e a sua capacidade para influenciar a opinião dos leitores.

Feitas estas observações iniciais sobre a revista, irei seguidamente reflectir – tal como fiz antes de começar a escrever este texto – sobre os atributos essenciais de um Editorial escrito para um número da *Gaudium Sciendi* publicado em Portugal, em Junho de 2021 e nestes tempos de pandemia. A propósito da era conturbada em que vivemos, veio-me, imediatamente, à ideia a famosa frase de Thomas Paine (que escrevia com o pseudónimo de "the Author of *Common Sense*"), que escolhi para epígrafe deste texto por



EDITORIAL

me parecer apropriada nesta era conturbada que estamos a viver: *These are the times that try men's souls*¹.

Devido ao facto de ter recentemente perdido duas grandes amigas, que eram colaboradoras da revista e de ter escrito um texto sobre uma delas para este número da *Gaudium Sciendi*², ocorreu-me que um tópico sobre o qual poderia reflectir neste Editorial poderia ser, justamente, o de Obituário por estar relacionado com mortalidade e necrologia, temas que, decerto, dirão algo a muitos dos meus leitores por terem, inevitavelmente, perdido também alguém conhecido nesta nossa época tão triste. Considerando estas circunstâncias, não irei preocupar-me com questões de estilo literário, procurando fazer considerações que, devido às circunstâncias, não pretendem ser dogmáticas, mas, decerto, serão partilhadas pela maioria dos meus leitores por terem estado envolvidos em circunstâncias semelhantes.

As minhas referências ao tema devem-se também ao facto de, segundo as regras editoriais das revistas, um Editorial poder focar qualquer tópico, desde que se possa presumir que poderá ter interesse para os leitores. Reflectindo sobre o tópico que escolhi, embora seja difícil raciocinar quando se está triste, penso que um bom texto sobre alguém de quem muito gostávamos, e que faleceu, poderá comover os leitores e conseguir assim honrar a sua memória e comprovar que é lembrado por aqueles que o amavam, tal como ele tanto merecia e fazendo assim brilhar a sua personalidade.

Decerto motivada por essa ideia, decidi, neste número da *Gaudium Sciendi*, publicar dois obituários, sobre uma das nossas colaboradoras recentemente falecida, a Professora Ana Maria Monteiro Ferreira, e tivemos a honra de ter a colaboração do Professor Molefi Kete Asante, da Universidade de Temple, que, tal como eu, também

¹ Esta frase corresponde à 1ª linha de *Common Sense* (1776), o primeiro dos dezasseis panfletos que Thomas Paine (1736-1809) escreveu no início da Revolução Americana e que, tal como *The American Crisis* (1776-1783) inspirou os patriotas a declararem a independência da Grã-Bretanha.

² Refiro-me ao texto da minha autoria intitulado *In Memoriam de Ana Maria Monteiro Ferreira* (Vidé *Gaudium Sciendi*, Nº 20, Junho 2021, pp. 133-140).



EDITORIAL

escreveu sobre a sua colega e amiga³. Foi este também o motivo que, anteriormente, nos levou a publicar dois obituários em memória de dois ilustres membros da comunidade académica, que eram também queridos amigos⁴, refiro-me a Ana Vicente (1945-2015) e J. A. Esperança Pina (1938-2020).



Feitas estas referências aos dois textos que integram a secção "Obituário", irei seguidamente, mencionar os artigos que constituem este 20^a volume da revista *Gaudium Sciendi*.

Começo por referir a honra que para nós constituiu termos a oportunidade de publicar o excelente artigo do Sr. Dr. Manuel Valente Alves Intitulado "Leonardo e a Cultura Visual da Medicina". No seu texto, o autor, que é médico, investigador e artista visual, fala-nos da arte do Renascimento italiano e de Leonardo da Vinci, um dos artistas pioneiros desse período, que queria conhecer em profundidade o corpo humano, fazendo emergir a cultura visual da medicina. Os desenhos anatómicos deste grande artista, de grande rigor e beleza gráfica, revolucionaram, decisivamente, os modos de pensar e representar a identidade corporal.

"Deus Quer, O Homem Sonha, A Obra Nasce?': Ciência, Visão e Mistério" é o aliciante título do artigo do Prof. Miguel Alarcão, que, mais uma vez, nos dá o gosto de publicarmos um texto seu, pleno de interesse, como habitualmente. Neste artigo, o autor reexamina a imagem do período medieval, que não é, normalmente, lembrado pela sua excelência ou sofisticação científica, centrando-se na figura de Roger Bacon, um frade franciscano conotado com o experimentalismo da Universidade de Oxford.

³ O evocativo texto do Prof. Asante, intitulado *In Memory of Prof. Ana Monteiro Ferreira: Afrocentricity And Women Studies*, justifica bem a ideia de que um obituário é uma forma muito específica de literatura (*Gaudium Sciendi*, Nº 20, Junho 2021, pp. 141-148)

⁴ Refiro-me a "*In Memoriam - Ana Vicente*", *Gaudium Sciendi*, Nº 9, Dezembro 2015, pp. 107-122) e Obituário – "*In Memoriam J. A. Esperança Pina*", *Gaudium Sciendi*, Nº 19, Dezembro 2020, pp. 171-175.



EDITORIAL

João Franco Reis, que é especialista na área do Direito dos Conflitos Armados e da Ética da Guerra, veio enriquecer o conteúdo científico deste número da *Gaudium Sciendi* com o seu artigo intitulado "The 'Preventive Use of Force' - Debate Within International Law" em que analisa a discussão legal no âmbito da lei internacional sobre o uso da força "preventiva" nas suas dimensões mais inovadoras e controversas.

Margarida Amaral, com o seu artigo intitulado "Vivências do Tempo: Uma Reflexão a Partir de Hannah Arendt", leva-nos para o âmbito da Filosofia e analisa o conceito de "tempo objectivo" baseada nas ideias de Hannah Arendt. Fala-nos também de outras dimensões de "tempo objectivo", além das de passado e futuro nas nossas experiências temporais subjectivas.

Em "Interculturalidade e Ensino de Línguas", Maria Laura Bettencourt Pires considera que, na nossa época, a área dos Estudos Interculturais e do Ensino de Línguas é uma das melhores soluções para compreender as diferenças e lidar com as várias desigualdades em prol do bem comum da humanidade. Afirma também que a interculturalidade é um movimento que tem como ponto de partida o apreço pelas outras culturas, defendendo o encontro, em pé de igualdade, entre todas elas.

O Professor Américo Pereira, continuando a dar-nos a honra de colaborar na nossa revista e a aprofundar as suas investigações sobre o nazismo, relata-nos no seu artigo intitulado "Hitler's Political Action as Anticipated by Churchill" como a obra *Mein Kampf* serviu de guia a Hitler e a Churchill, mas levando-os em direcções opostas.

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, na sua esmerada recensão crítica da conhecida obra filosófica de grande fôlego, profundidade e extensão da autoria de Marcelino Agís Villaverde, da Universidade de Santiago de Compostela, intitulada *Anatomía do Pensar: O Discurso Filosófico e a Sua Interpretación*, refere que o autor empreende uma espécie de "Suma Filosófica" em dois volumes. Segundo nos refere o exímio crítico, trata-se de uma história da "filosofia interpretada", desde "a interpretação filosófica na Cultura Grega" (cap. III), "a interpretação textual na Idade Média" (cap. IV), "a interpretação na Época Moderna" (cap. V), dedicando-se o autor da obra depois afanosamente aos alvares da



EDITORIAL

hermenêutica contemporânea e a várias correntes e "outras hermeneias" (Foucault, Derrida, Apel e Habermas, Vattimo, Beuchot).

Como habitualmente, o volume encerra com Informações sobre a revista e com as Regras de apresentação de artigos, que solicitamos a todos os colaboradores que sigam.

Terminamos este Editorial dirigindo a todos os nossos colaboradores os agradecimentos do Conselho Editorial por nos darem o gosto de publicarmos os seus esmerados textos e incitando também os nossos leitores e os membros da Sociedade Científica a continuarem a coadjuvar a *Gaudium Sciendi*.

Maria Laura Bettencourt Pires
Directora da Gaudium Sciendi



EDITORIAL

ARTIGOS





LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

1. Introdução¹

"Se 'toda a beleza é verdade', nem toda a verdade é necessariamente beleza. Para atingir a mais elevada beleza, é exactamente tão essencial o desviar-se da natureza como o reproduzi-la. Determinar a medida, a correcta proporção deste desvio tornou-se uma das principais tarefas da teoria da arte" (Cassirer, p. 124).

A arte do Renascimento italiano regressa ao ideal clássico da mimesis, utilizando modelos de representação universal cada vez mais rigorosos e complexos e introduzindo uma 'vitalidade emocional' nas imagens que estava completamente ausente nas representações medievais. Assim, "a reintegração dos temas clássicos com os motivos clássicos [...] não é apenas um acontecimento humanístico, mas também um acontecimento humano", como refere Panofsky (p.43).

Dos teóricos da arte do Renascimento, o mais importante é, sem dúvida, Alberti. No seu tratado *De pictura*, publicado primeiro em Latim em 1435 e no ano seguinte em italiano, Alberti é o primeiro a sistematizar e a divulgar a perspectiva artificial criada pelo seu amigo Brunelleschi, a quem dedica a versão italiana do seu tratado.

Mas os artistas do Renascimento não pretendiam conhecer apenas o exterior das coisas e dos seres, eles queriam também aceder ao seu interior, ao "esqueleto básico ou armadura que determina a 'essência' das coisas", nas palavras de Gombrich (p. 136), porque só desta forma eles poderiam representar «convincentemente» um mundo infinitamente variado e dinâmico. Como adverte Francisco de Holanda: "E lembre-vos que a figura que ao natural tirardes em retrato para fazerdes de fantasia, que debaixo do vestido há-de ter carne, e debaixo da carne metidos os ossos porque aqui cometem grandes ignorâncias os ignorantes" (p. 36).

Este desiderato levou alguns dos melhores artistas da época a praticarem sistematicamente a dissecação, fazendo emergir a cultura visual da medicina. Ver e dar a ver o interior do corpo através da teoria da arte revolucionaram os modos de pensar e representar a identidade corporal.

¹ Conferência proferida no colóquio "O génio de Leonardo da Vinci nos 500 anos da sua morte", Academia das Ciências de Lisboa, 4 de Junho de 2019



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

Um dos pioneiros desta revolução é um artista, Leonardo da Vinci. Os seus desenhos anatómicos, de grande rigor e beleza gráfica, foram as primeiras imagens científicas do interior do corpo humano. Desprovidos de alegorias ou outros modos de expressão, habitualmente usados pelos artistas nas suas estratégias de representação, os seus desenhos anatómicos mostram a realidade visual do corpo. Não apenas a realidade do corpo enquanto coisa, cadáver, mas também a realidade do corpo vivo em acção, cuja dinâmica ele retrata exemplarmente através dos desenhos de sequências de movimento, em que ele liga a anatomia à fisiologia.

Podemos considerar, adaptando uma classificação de Virilio, que a cultura visual da medicina se divide em três épocas, correspondentes a diferentes regimes de vigência das imagens. A primeira época é da representação anatómica baseada no desenho e na pintura, que vigora do século XIV até à primeira metade do século XIX. A segunda época coincide com a descoberta e invenção da fotografia, do Raio X e da cinematografia na segunda metade do século XIX, e que vigora plenamente durante a primeira metade século XX. Na terceira época, correspondente à segunda metade do século XX, surge a moderna imagiologia médica, que inclui o microscópio electrónico, o microscópio de varredura por efeito de túnel, a tomografia computadorizada, a ressonância magnética, a tomografia por emissão de protões e outras tecnologias que revolucionaram os modos de ver e pensar o corpo.

Hoje, através de algoritmos computacionais, que transformam em imagens sinais não visuais da anatomia humana (como os que são obtidos através de ecografias e ressonâncias magnéticas), é possível mapear e rastrear praticamente todo o corpo. A tecnologia digital aplicada à medicina, que dispomos actualmente, permite produzir imagens de grande beleza e definição do interior do corpo vivo, e identificar componentes tão reduzidos como as moléculas e os átomos. Estão abertas as portas à nano-medicina que, num futuro não muito longínquo, permitirá introduzir chips e sensores no interior do corpo humano para monitorizar o seu funcionamento, tornando as fronteiras entre o humano e o tecnológico cada vez mais ténues.

As figuras que se seguem mostram duas imagens analógicas do crânio separadas por mais de quatro séculos. Ambas traduzem um desejo ancestral, um sonho da humanidade: trespassar a fronteira da pele para poder ver aquilo que não pode ser visto a olho nu, o interior do corpo humano. A primeira, uma secção de crânio em perspectiva, é um célebre desenho de 1498 feito por Leonardo da Vinci (fig. 1); a



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

segunda, é a também célebre primeira angiografia cerebral, realizada através do Raio X pelo Nobel Egas Moniz em 1927 (fig. 2), em que se pode visualizar a circulação cerebral através da injeção de uma substância de contraste, por ele inventada.

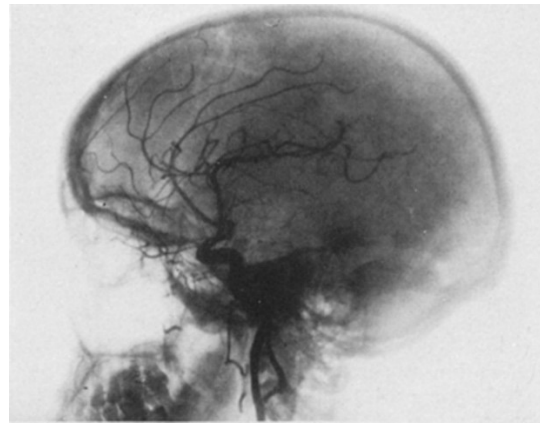
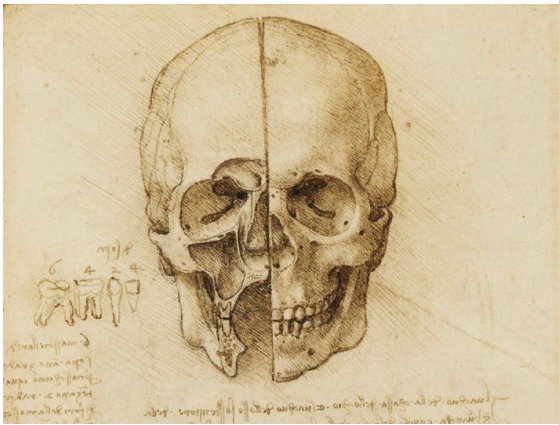


Fig. 1. Leonardo da Vinci, *Sectioned skull*, 1489

Fig. 2. Egas Moniz, *Cerebral angiography*, 1927

A ilustração anatómica no final do século XV

Na Idade Média as representações do interior do corpo humana eram esquemáticas, resultado, por um lado, de interdições religiosas (na cultura islâmica, por exemplo, as representações realistas do corpo humano, estavam interditas), por outro da impreparação artística (os ilustradores eram, regra geral, os próprios anatomistas, sem qualquer pretensão científica). Tratavam-se, pois, de imagens muito rudimentares, através das quais os autores dos livros procuravam tornar visualmente compreensivo o conteúdo dos textos ou as teorias em que se baseavam para interpretar o que viam, ou julgavam ver.

A partir da segunda metade do século XV, com a invenção da impressão por caracteres móveis por Gutenberg, surgem os primeiros livros de anatomia impressos. O *Fasciculus medicinae* de Joannes de Ketham, publicado pela primeira vez em Veneza em 1491 (fig. 3), tem como base um pequeno guia para estudantes de medicina, escrito em 1316 por um dos mais importantes anatomistas da época,



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

Mondino, professor na Universidade de Bolonha. Sucessivamente reeditado no século seguinte, este é considerado o primeiro livro impresso com ilustrações anatómicas.

Uma outra obra, *Margarita philosophica*, da autoria de Gregor Reisch, monge do mosteiro cartuxo de Freiburg e confessor do imperador Maximiliano I, publicada em Freiburg em 1496, também teve grande sucesso entre profissionais e eruditos desse tempo, sendo reeditada várias vezes ao longo do século XVI. É constituída por doze livros que mostram o estado do conhecimento nas áreas da medicina, da retórica, da aritmética, da música, da geometria, da astronomia, dos princípios dos objectos naturais, da psicologia, da lógica, da ética. As ilustrações anatómicas representam, como se pode ver nesta imagem (fig. 4) bonecos onde se combinam esquematicamente a anatomia, a astrologia e a fisiologia.

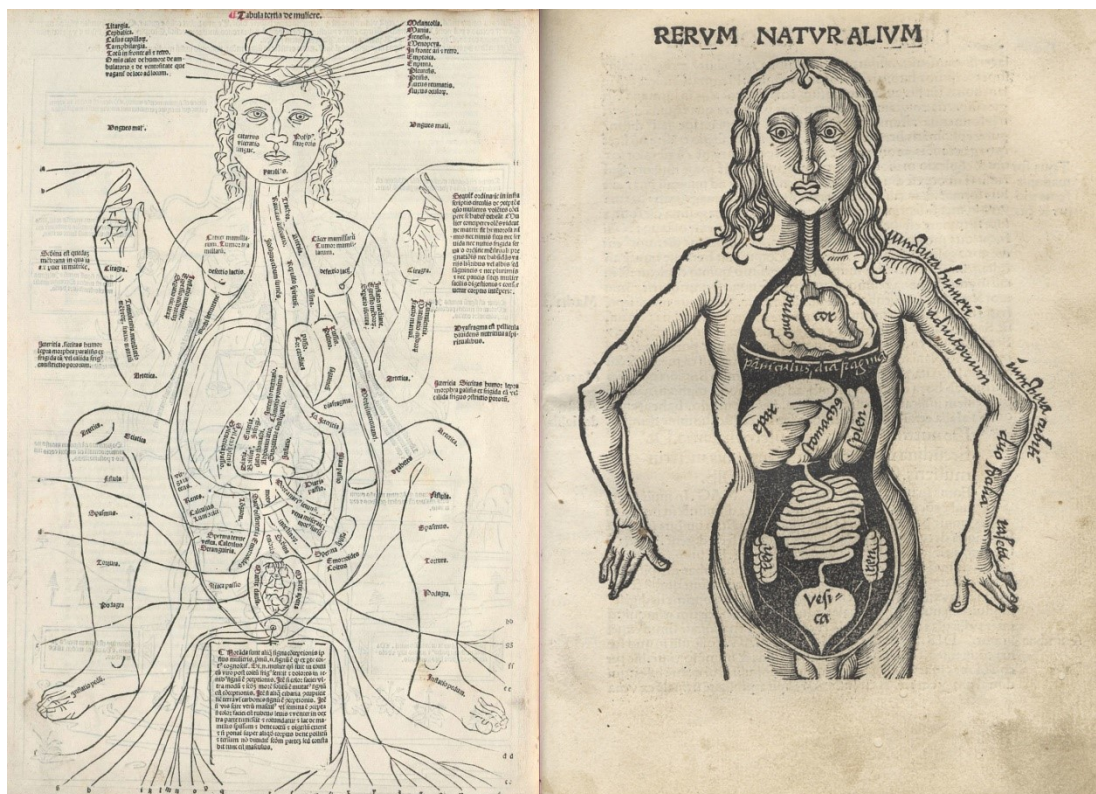


Fig. 3. Joannes de Ketham, *Fasciculus medicinae*, 1494

Fig. 4. Gregor Reisch, *Margarita Philosophica*, 1508 (des. c. 1503)



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

Árvore das veias

Árvore das Veias, realizado em Florença em 1480-1482 (fig. 5), foi um dos primeiros desenhos anatómicos de Leonardo. Neste desenho estão representados o coração, o fígado, o baço, os rins, a bexiga, as artérias e as veias, mas de forma algo rudimentar, com o fígado e o coração semelhantes, de acordo com as descrições dos tratados médicos da Antiguidade, nomeadamente de Galeno.

Nesta fase, Leonardo ilustra as noções anatómicas clássicas, mas sem a mínima novidade, quer na forma quer no conteúdo. Apesar de já ter lido grande parte dos textos anatómicos de referência da época, estando assim familiarizado com a cultura médica, percebe-se que ainda não tinha dissecado um cadáver. A investigação anatómica seduzia-o, evidentemente, mas para ir mais longe, para aprofundar os seus conhecimentos sobre a matéria, teria de ver com os seus próprios olhos o interior do corpo humano. Só assim poderia desenhar com rigor a sua estrutura.



Fig. 5. Leonardo da Vinci, *Vein tree*, 1480-1482



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

Anatomia Comparada

Leonardo viveu em Milão entre 1484 e 1494. Durante este período, apesar de ter tido oportunidades para observar fragmentos anatómicos humanos (principalmente ossos, nos cemitérios, que eram locais bastante frequentados pelos anatomistas), Leonardo desenhou figuras anatómicas híbridas, cruzando a anatomia humana com a anatomia animal (figs. 6 e 7). É interessante verificar que muitos destes estudos de anatomia comparada irão permitir-lhe, mais tarde, aprofundar outras vertentes de investigação, como os estudos psicológicos e fisionómicos.

Refira-se que a anatomia antiga, nomeadamente a de Galeno (séc. II), cuja influência foi marcante no Renascimento, através da medicina islâmica medieval, se baseava na dissecação não de cadáveres humanos mas de animais, geralmente suínos, dadas as semelhanças anatómicas destes e outros vertebrados com os humanos. Quase todos os erros de Galeno provinham da crença de que os princípios anatómicos não variavam significativamente entre uns e outros. A partir do momento em que anatomistas começaram a debruçar-se sobre o cadáver humano, dissecando-o com as suas próprias mãos e descrevendo o que viam através de textos e imagens, a medicina científica evoluiu extraordinariamente, pondo de lado o saber livresco herdado dos Antigos.

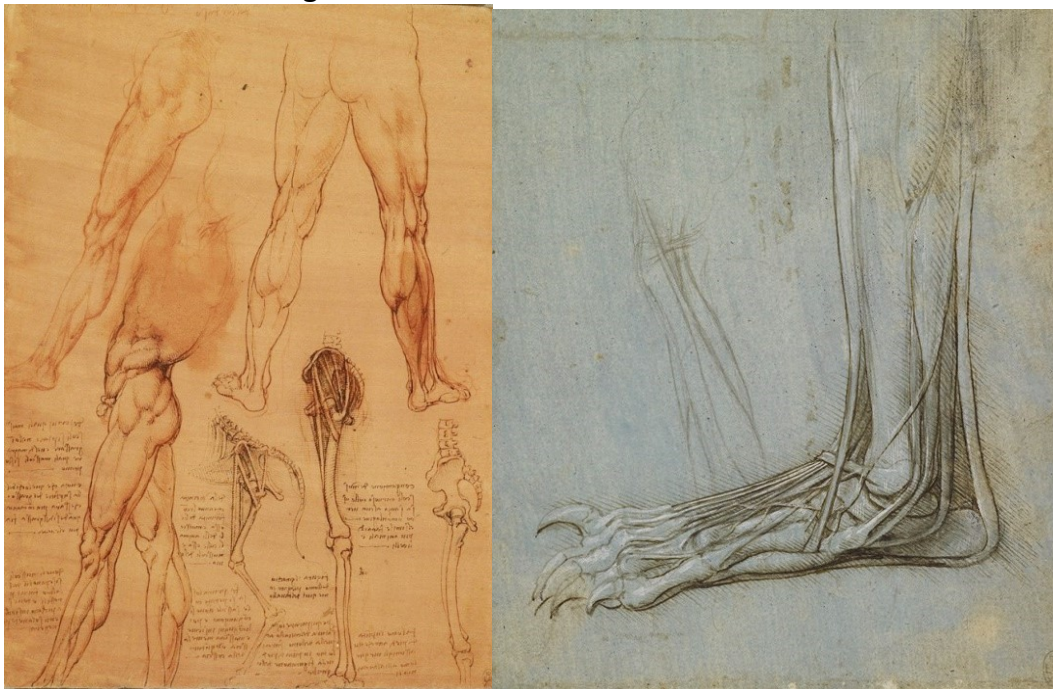


Fig. 6. Leonardo da Vinci, *Compared anatomy of human and equine limbs*, 1503-1508

Fig. 7. Leonardo da Vinci, *Bear's paw subjected to dissection*, s. d.



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

Antropometria, psicologia e neurologia

Leonardo também se interessou pelos estudos antropométricos. Nas anotações deste desenho do crânio, datado de 1498 (fig. 8), pode ler-se: "O crânio é visto lateralmente, à esquerda, levemente deslocado para baixo, de modo a que o ponto de intersecção dos eixos, indicado como um padrão de remoção da metade esquerda da calote craniana, sai para coincidir com o ponto focal da visão, que, neste caso, é o local convencional do *sensus communis*" (Clayton, p. 33). Leonardo procura identificar o senso comum, a alma, na intersecção de várias linhas axiais de um modelo antropométrico tridimensional, ligando a anatomia à antropometria, à psicologia e à neurologia.

Como refere Carlo Pedretti, "No momento em que Leonardo coloca a si mesmo o problema do mecanismo dos sentidos e a sua relação com o senso comum, podemos dizer que floresce nele a percepção da relação directa entre imaginação e memória, e com isto o conhecimento vigilante do facto de que a expressão artística, que é feita de imagens como o ar poético é feito de sons, se apresenta inevitavelmente, embora através de símbolos, com a valência de um reconhecimento autobiográfico." (p. 31)



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

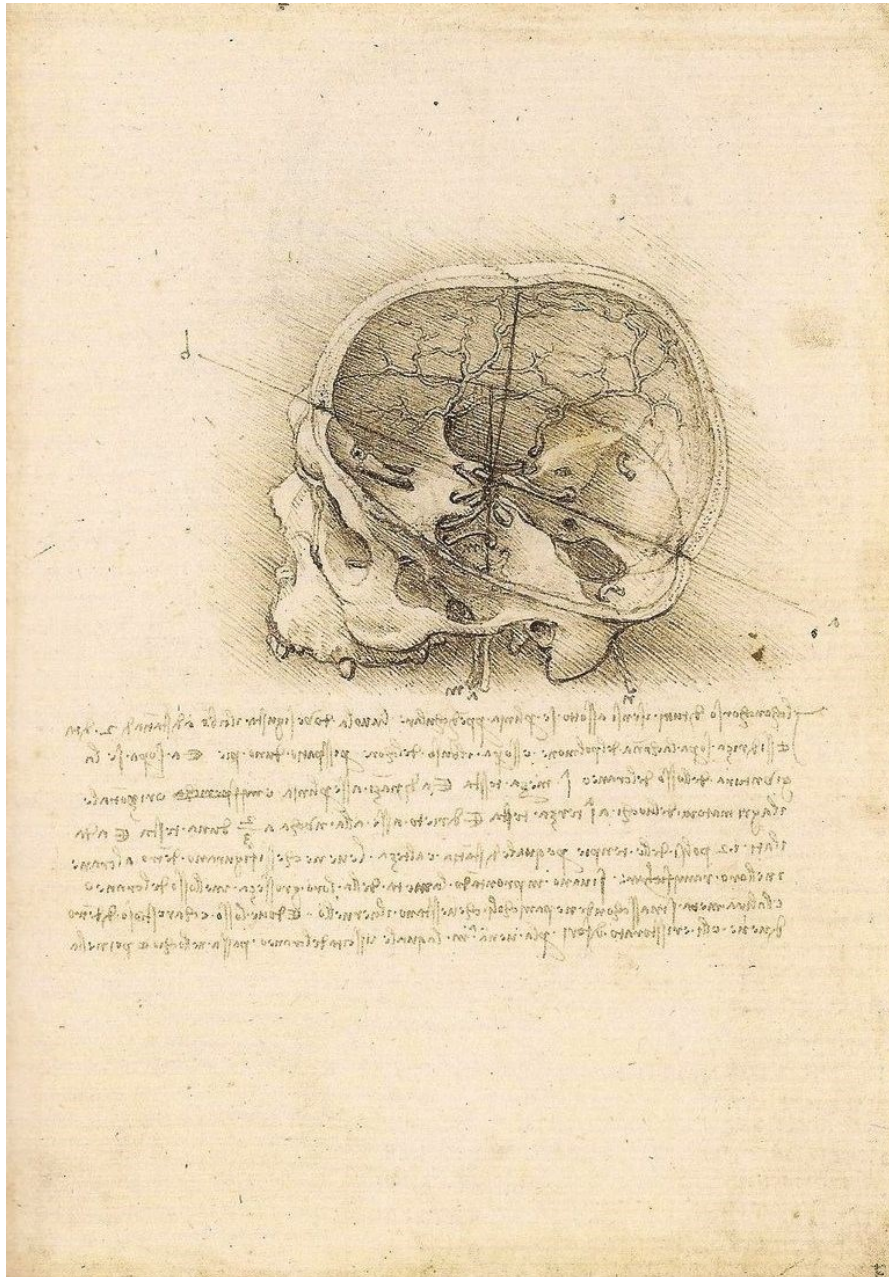


Fig. 8. Leonardo da Vinci, *Skull study*, 1489

Fisionomia



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

Em 1500, Leonardo regressa a Florença. Durante oito anos estuda exaustivamente a anatomia dos músculos, dos ossos, do coração e dos vasos, e aprofunda a fisionomia, que consiste na análise do carácter de um indivíduo a partir dos seus traços somáticos. Nalguns dos estudos fisionómicos, Leonardo cruza a anatomia humana com expressões animais, como se pode ver nos corpos musculados de compleição animal presentes nas figuras artísticas de tipo herculiano ou leonino (fig. 9). Também desenha expressões humanas grotescas, como as representadas nesta figura (fig. 10), e outras que definem traços psicológicos ou de carácter.



Fig. 9. Leonardo da Vinci, *Heroic type portrait with Leonine traits*, c. 1504-1508

Fig. 10. Leonardo da Vinci, *Grotesque head*, c. 1500-1505

Anatomia patológica, vísceras e órgãos genitais

Durante a sua estadia em Florença, Leonardo frequenta o Hospital de Santa Maria Nuova, cujo acordo com a Companhia de São Lucas, uma associação profissional dos pintores florentinos, e com a Academia de Desenho, permitia aos artistas ter aulas de anatomia com os médicos. Graças a este acordo, Leonardo e



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

outros artistas tinham uma grande liberdade de circulação na instituição. Além de assistirem às aulas, alguns artistas realizavam autópsias *post mortem*.

Nesta altura, influenciado pela leitura de um tratado do médico florentino Antonio Benivieni (1443-1502), pioneiro no uso da autópsia para determinar as causas da morte e autor do tratado *De Abditis Morborum Causis* ("As causas ocultas das doenças"), Leonardo diseca o cadáver de um idoso em Santa Maria Nuova, iniciando-se assim na anatomopatologia. Descreve o sistema cardiovascular e de outros órgãos de corpo humano. Refere a doença que terá originado a morte, a sua evolução em vida, o método de dissecação utilizado e as alterações observadas nos órgãos afectados.

São também deste período os grandes desenhos de órgãos femininos, de vísceras torácicas e abdominais (fig. 11), o folheto D de Weimar que fazia parte do manuscrito anatómico B de Windsor e outros estudos sobre o cérebro e os órgãos genitais (fig. 12).

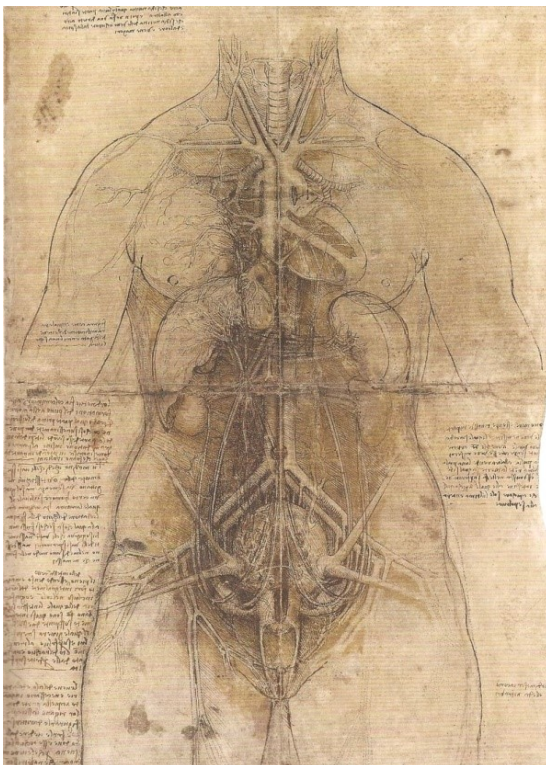


Fig. 11. Leonardo da Vinci, *Female body anatomy*, 1507-1509

Fig. 12. Leonardo da Vinci, *The male and female reproductive system*, 1508

Miologia e osteologia



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

Entre 1509 e 1513, regressa à corte de Milão. Dedicar-se então à representação dos músculos e dos ossos, em figuras auto-referenciais que mostram as alterações anatómicas associadas ao movimento, *anatomia animata* (figs. 13 e 14). No Manuscrito anatómico A, depois de se dar conta da morfologia tão exactamente quanto lhe é possível, lança-se decididamente no estudo da fisiologia. Apesar de algumas das suas descobertas terem questionado abertamente o saber Antigo, Leonardo nunca pôs em causa a autoridade de Galeno. Porque admirava a sua dimensão filosófica, a sua concepção mecânica do corpo. Galeno afirmava que no corpo humano nada é supérfluo, cada uma das suas partes tem uma função específica. O pensamento científico de Galeno era um exemplo para Leonardo, um estímulo para se libertar de dogmas e avançar no conhecimento da natureza e do mundo.

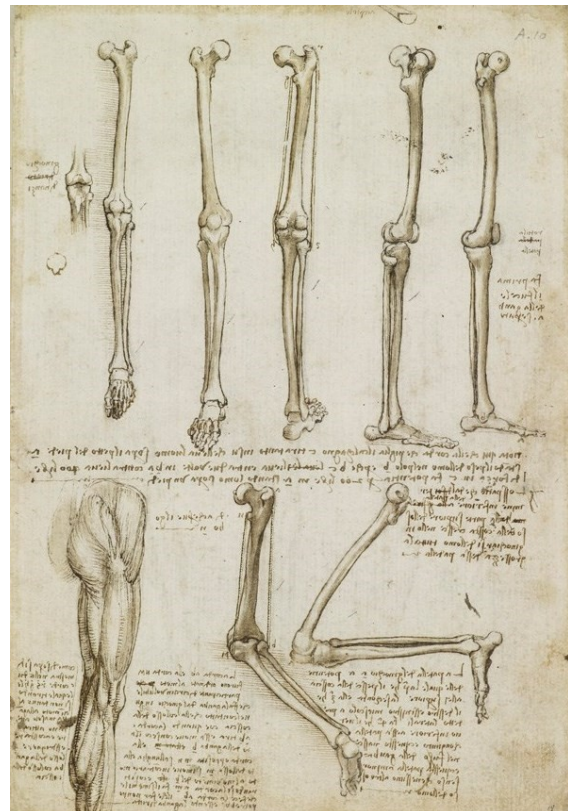


Fig. 13. Leonardo da Vinci, *Superficial muscles of the neck and shoulder*, c. 1509-1510

Fig. 14. Leonardo da Vinci, *Bones of the lower limb*, c. 1509-1510



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

Embriologia

Em 1509, inicia o ciclo de estudos embriológicos, na Universidade de Pavia, em colaboração com o jovem anatomista e humanista Mercantonio della Torre (1481-1511), que morre dois anos depois vítima da peste. Giorgio Vasari, no seu texto sobre a *Vida* de Leonardo da Vinci, descreve a maravilhosa interação entre o médico e o artista durante esse curto período: "excelente filósofo [Mercantonio della Torre], que ensinava então em Pavia e redigia os textos sobre a matéria, um dos primeiros, ousou dizer, que empreendeu ilustrar, segundo a doutrina de Galeno, as coisas médicas, e que deu verdadeiramente luz à anatomia, até então mergulhada em espessas trevas de ignorância; e para isso, ele tirou maravilhosamente proveito da inteligência, do trabalho e da mão Leonardo da Vinci, que fez um livro desenhado a lápis vermelho e pluma" (Clayton, p. 20).

Deste tempo são também os desenhos do feto no útero. Apesar de belíssimos, eles revelam, no entanto, as dificuldades que Leonardo tinha em representar a forma correcta da placenta humana (fig. 15), porque utilizava como modelo o útero de uma vaca grávida. No entanto, mesmo aqui, Leonardo claramente à frente dos seus contemporâneos.



Fig. 15. Leonardo da Vinci, *The fetus in the womb and other embryological studies*, 1509-1516



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

Cardiologia e fisiologia

Diversas folhas anatómicas de Windsor são consagradas ao coração e à respiração. Sobre uma delas figura a inscrição "9 de Janeiro de 1513", um dia de Inverno, propício à dissecação devido às baixas temperaturas, em que Leonardo abre um boi, para estudar o coração. Leonardo encontrava-se em Vaprio d'Adda, em casa de Francesco Melzi, um dos seus alunos preferidos. A natureza e os seus elementos estimulavam a sua imaginação. Começou por estudar as correntes e turbilhões do rio Adda. Estes estudos que, mais tarde, transpôs artisticamente na série Dilúvios (fig. 16) foram para ele um modo de inteligibilizar o funcionamento mecânico do coração. Os turbilhões e redemoinhos criados pelo sangue ao percorrer o coração, as suas cavidades e os vasos (aorta, veia cava, artérias e veias pulmonares) inspiraram-no a criar analogias entre o funcionamento do corpo humano e o funcionamento da natureza.

Leonardo viu que o sangue era submetido a movimentos de fluxo e de refluxo do coração, entre o ventrículo e aurícula devido a batimentos no interior destas cavidades, o que o levou a concluir que esta fricção reaquecia o coração, gerando calor e espíritos naturais, que, em sua opinião, eram expressões da alma orgânica e, por conseguinte, fundamento do processo vital. Deste modo Leonardo inscreve a noção de alma vital na orientação filosófica geral da ciência desta época, configurando uma génese dinâmica e mecânica para o calor inato que, segundo ele, o corpo vivo possui.

Estes estudos de Leonardo são a chave para a compreensão do sentido mais profundo do seu trabalho de investigação anatómica, em particular na última fase. Aqui, tal como no período em que estudou os ossos e os músculos, acabou sempre por ir mais longe, ligando a anatomia à fisiologia e à psicologia e aprofundou os conceitos mecânicos que irá utilizar para inventar máquinas e outros instrumentos de engenharia. Na sua obra, a descoberta e a invenção são indissociáveis da criação.



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058



Fig. 16. Leonardo da Vinci, *Deluge*, 1515

Nos desenhos do coração de um boi (fig. 17), Leonardo representa um coração funcional, nos momentos de contracção e de dilatação. No cimo, um jacto de sangue. Leonardo vê o coração como uma bomba, que se dilata em diástole e se contrai em sístole, com as válvulas a abrirem-se e a fecharem-se coordenadamente. Noutra ilustração (fig. 18) mostra os bronquíolos a contraírem-se durante a inspiração e a dilatarem-se durante a expiração. Um funcionalismo que não poderia traduzir-se em desenho senão até um certo ponto, como o próprio Leonardo reconhece: "Se tu também o queres desmontar com palavras para os ouvidos... fala de substâncias ou de naturezas..." (Laurenza, p. 154) Leonardo recorreu a longas passagens escritas para descrever com maior rigor as suas observações, chegando a conceber uma maquete em vidro da aorta atravessada por água para simular um fluxo hemático.

Neste campo, como noutros, Leonardo estava muito à frente da sua época. Com já referi, o seu trabalho de investigação integrava não apenas a anatomia descritiva, mas também a fisiologia. O primeiro tratado de anatomia moderna, *De humani corporis fabrica*, de Andreas Vesalius e Jan van Calcar, irá ser publicado em 1542, e mostra apenas a estrutura interna do corpo humano, a sua morfologia. Mas apesar do seu conteúdo textual ser científico, visualmente é um livro de arte porque as suas imagens anatómicas recorrem quase exclusivamente a estratégias de representação alegórica. Só no século seguinte, em 1628, é publicado o tratado fundador da fisiologia moderna, *De Motu Cordis* (Sobre o Movimento do Coração e do Sangue) de [Gaudium Sciendi](#), Nº 20, Junho 2021



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

William Harvey, que descreve, pela primeira vez, o mecanismo correcto da grande circulação. Decorridas mais de três décadas, em 1662, Descartes publica o seu tratado "O Homem", onde compara o funcionamento do corpo humano com o de uma máquina. Muitos destes conceitos, mecânicos e fisiológicos, já tinham sido, em parte, estudados e usados por Leonardo muito tempo antes. Só que não foram sistematizados e publicados.



Fig. 17. Leonardo da Vinci, *Studies of the heart of an ox*, 1513

Fig. 18. Leonardo da Vinci, *Heart, trachea and arterial branches*, c. 1513

Leonardo e o Papa Leão X

Em finais de 1513 Leonardo viaja para Roma, a nova capital do Renascimento, e instala-se no palácio de Belvedere, no Vaticano, a convite de Julien de Médici.

Nalguns dos seus estudos embriológicos e anatómicos, identificados como pertencendo a esse período, Leonardo distingue, por vezes com manifesto sarcasmo



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

e inconformismo, as definições teológicas e científicas da alma. Uma distinção que incomoda a Igreja. Numa passagem da *Vida* de Leonardo datada de 1550 (mas que só irá aparecer na edição seguinte, de 1568), depois de evocar o trabalho científico de Leonardo, Vasari conclui: "forjou-se no seu espírito um conceito tão herético que o separava de qualquer religião, considerando-se ser muito mais filósofo do que cristão." (Clayton, 20) O cruzamento da anatomia com a filosofia, da forma do corpo com a natureza da alma, o estudo do embrião e do desenvolvimento fetal, afastaram-no decisivamente da Igreja. Além disso, os médicos também lhe fecharam as portas dos hospitais, porque começaram a olhar o seu trabalho anatómico como uma intromissão num domínio alheio, gerando hostilidades.

Em 1515, um dos seus colaboradores do atelier, Giovanni degli Specchi, difama-o junto do papa Leão X, acusando-o de práticas religiosas sacrílegas relacionadas com as investigações anatómicas. Leonardo cai em desfavor papal. O Hospital de San Spirito, onde dissecava, é-lhe interdito e a sua carreira de anatomista acaba por ter um desfecho nada glorioso.

A acusação de heresia parece ter tido como base uma nota polémica, à primeira vista incompreensível, redigida por Leonardo numa folha do Codex Arundel: "Perguntai a definição e o remédio do caso a Santo e ao outro, e vereis que homens que se dizem de médicos de doenças desconhecidas deles" (Laurenza, 169). Tudo leva a crer que esta nota se dirigia a dois conceituados médicos do Hospital de Santa Maria da Consolação, o cirurgião Giovanni da Viga e o seu discípulo Mariano Santo da Barletta, autores de tratados em que as doenças ainda eram descritas segundo os esquemas canónicos da escolástica médica, que Leonardo considerava ultrapassados.

Em Roma, tal como em Florença, os criminosos eram dissecados em público como forma de expiação dos seus pecados. Era um espectáculo de grande popularidade. Os médicos, além de fazerem autópsias *post mortem* no domicílio do defunto, para identificarem as causas da morte para prevenir a sua eventual transmissão a familiares próximos, também acompanhavam os processos de dissecação pública. As autópsias realizadas nos hospitais, onde eram tratados os pobres e os desherdados, destinavam-se ao ensino e à investigação científica. Leonardo dissecava Hospital de Santa Maria da Consolação. As condições para aprender anatomia eram muito boas porque dispunha de uma grande diversidade de actos cirúrgicos. Tal possibilitava aos médicos e aos artistas estudarem e comparar a anatomia humana com as observações feitas em animais dissecados.

Era aqui que Mariano Santo dava aulas a um grupo de alunos. Leonardo talvez se



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

tenha cruzado com este grupo, sob a direcção de Mariano Santo, quando, graças a uma autorização, ou através das suas relações pessoais, evoluiu no seio do Hospital de Santa Maria da Consolação, desejoso de assistir ou até mesmo fazer autópsias. O que criou naturalmente antagonismos e rivalidades.

É de referir que, nesse tempo, os médicos se distinguiam por possuírem uma cultura livresca, aprendida e cultivada nas universidades. Os cirurgiões, pelo contrário, tinham uma formação mais básica, essencialmente técnica, que os secundarizava em relação aos médicos. A circulação de intelectuais e autodidactas, como Leonardo, no espaço do saber dos médicos e cirurgiões, criava naturalmente tensões e desconfianças geradoras de conflitos.

Leonardo acabou por isolar-se. A sua arte e ciência, a sua vontade de conhecer e questionar o mundo nas suas mais diversas facetas – ele "queria ir além dos limites da análise material e adquirir uma compreensão global de todas as facetas do universo" (Clayton, p. 15) – desafiavam claramente os cânones artísticos, religiosos e científicos da época.

O projecto de Leonardo para um tratado de anatomia

Leonardo desde muito cedo que planeava publicar um tratado de anatomia. Diversos projectos para o livro e as suas diferentes partes subsistem. O médico e historiador Paolo Giovio, amigo de Leonardo, escreve em 1527: "Ele dispôs então com extrema precisão as diferentes partes até às mais pequenas veias e à composição dos ossos, de maneira a que o trabalho que ele passou tantos anos pudesse ser publicado a partir de gravuras sobre cobre para o benefício da arte.

O desaparecimento massivo das suas obras anatómicas torna impossível qualquer avaliação do avanço dos seus estudos sobre o corpo humano – desde 1509 ele falava em "cento e vinte livros [capítulos]" (Clayton, p. 21) compostos – dos quais a maioria desapareceu. Vasari, com a sua lúcida apreciação do carácter do artista, diz que "o espírito profundo e penetrante de Leonardo era tão ambicioso que se transformou em si um obstáculo; e a razão pela qual fracassou era que se esforçava por juntar a excelência à excelência e a perfeição à perfeição" (Clayton, p. 22).

Em 1489, durante o primeiro período milanês, Leonardo definiu um plano para o



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

tratado: "Este trabalho deve começar com a concepção do homem e descrever a natureza do útero, e como a criança vive nele, e até que estadio nele habita, e a maneira como se alimenta, e o seu crescimento, e que intervalo existe entre um estágio de crescimento e outro e o que é que o faz ser expulso do corpo da mãe, e por que razão por vezes sai da barriga da mãe antes do tempo. / A seguir descrevo quais são os membros que crescem mais do que outros depois de a criança nascer, e mostrar as medidas de uma criança de um ano. / A próxima é a descrição de um homem e de uma mulher adultos, e as suas medidas, e a natureza das suas compleições, cor e fisionomia. Depois descrevo como ele é composto de vasos, nervos, músculos e ossos. Isto será feito no final do livro. / A seguir descrevo em 4 grupos 4 condições universais do homem, isto é, alegria com os diferentes modos de rir e representar a causa do riso; tristeza, em vários modos com a sua causa; contenda, com os vários actos de abatimento, fuga, ferocidade, ousadia, assassínio, e todas as coisas que pertencem a tais casos. / A seguir representar o trabalho com o puxar, empurrar, carregar, restringir, apoiar e afins" (Da Vinci, p. 31).

Por volta de 1500, Leonardo adiciona um parágrafo final para descrever atitudes e movimentos e a natureza dos cinco sentidos. Durante o Inverno de 1510, define um plano para apresentação tridimensional do corpo anatomizado, onde se distingam as veias, as artérias, os nervos, as fibras, os músculos, os ossos e o sangue, para que se possa perceber bem a relação das partes com o todo do corpo humano. No penúltimo parágrafo faz uma referência a Ptolomeu: "Consequentemente, aqui será apresentado em quinze figuras integrais a cosmografia do Microcosmos na mesma ordem em que foi adoptada antes de mim por Ptolomeu na sua Cosmografia" (Da Vinci, p. 32).

Mas o projecto de Leonardo levantava obstáculos de natureza técnica, como explica Martin Clayton em "Leonardo da Vinci Anatomista": "Mesmo que o seu material tivesse atingido um estado de acabamento suficiente para a publicação, [Leonardo] teria de se confrontar com um problema de ordem prática: o método de reprodução dos desenhos. A gravura sobre madeira, que era então a técnica de base utilizada para as ilustrações dos livros, não era a mais conveniente atendendo a refinamento e subtilidades tonais do Manuscrito anatómico A. O único meio de reprodução digno destes desenhos teria sido a gravura sobre cobre. Mas esta técnica era, na época, muito dispendiosa." Leonardo estava consciente das dificuldades em reproduzir os desenhos e chegou a criar um novo processo de gravura em relevo, "uma técnica, descrita nos Codex de Madrid II, que consistia em gravar, com a mão levantada, a superfície de uma placa revestida antes de produzir um negativo do revestimento, sendo executada, em seguida, a mordedura da placa. O desenho



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

aparecia em relevo e a impressão era efectuada como numa gravura sobre madeira, mas o processo é mais flexível e a reprodução obtida de uma qualidade superior: dois fragmentos de cabeças de cavalo (Windsor), realisticamente executados segundo este método, foram, durante muito tempo, foram considerados como desenhos." (p. 22)

Vesalius, Calcar e a *Fábrica do Corpo Humano*

Tendo em conta os limitados meios de reprodução de imagens na época (as gravuras eram em madeira, xilogravuras), a divulgação da refinada iconografia científica de Leonardo era praticamente impossível nesse tempo. Apesar do seu valor científico, as suas ilustrações seriam sempre preteridas a favor de reproduções medíocres, como as que ilustravam o *Fasciculus medicinae*. Porque estas, apesar de serem destituídas de conteúdo científico, eram simplesmente mais fáceis de reproduzir. O progresso da anatomia científica ficará, assim, dependente da sua difusão através do livro impresso.

Por esta razão, o tratado de *De humani corporis fabrica* escrito por Vesalius e ilustrado com imagens impressas a partir de xilogravuras de Calcar (fig. 20), publicado pela primeira vez em Basileia em 1543, um marco da medicina científica.

Ligando a arte e a ciência, ou a arte da ciência, no caso de Vesalius-dissecador, com a ciência da arte, caso de Calcar-artista, este livro é, em si mesmo, além de uma obra notável do ponto de científico, uma obra de arte e de design gráfico sumptuosa. Através das suas belíssimas gravuras que recorrem a estratégias de representação da arte, cruzando frequentemente alegorias (paisagens arcadianas, esqueletos pensantes...) com modelos clássicos anatomizados (Doríforo esfolado, Vénus de Milo esventrada...), esta foi uma obra de grande sucesso, porque interessou a um público-alvo bastante vasto, que incluía não apenas cientistas, mas também artistas e colecionadores.

As ilustrações do *De fabrica* (cerca de duas centenas) estão divididas em três partes: "o esqueleto, com três ilustrações; os músculos, em número de catorze; e as partes individuais do corpo. Repare-se na complexidade das suas imagens, como a de um esqueleto pensante, representado em pose 'viva', uma encenação a que não falta nem alegoria silvestre – que constitui o cenário destas figuras ósseas –, nem a melancolia – representada pelo túmulo sobre o qual repousa um crânio, símbolo da morte. Estes ambientes vesalianos remetem-nos inevitavelmente para a ideia da Arcádia, a mítica Arcádia com os seus pastores a reflectirem sobre a morte, a vida



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

entretrecida com a morte. No caso de Vesalius o conhecimento entretrecido com a morte." (Alves, p. 83)

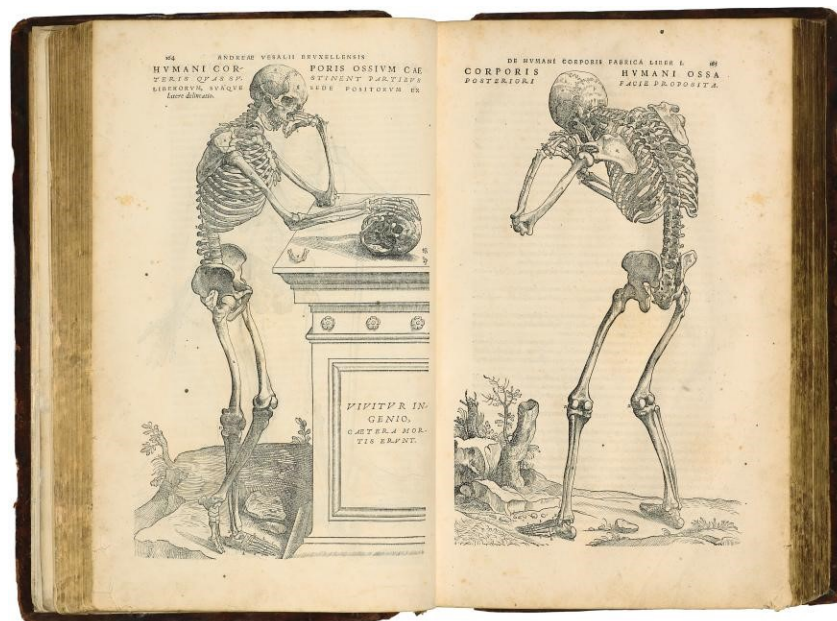


Fig. 19. Andreas Vesalius and Stephan von Calcar, *De humani corporis fabrica*, 1543

Eu, Leonardo

Termino com esta passagem de Carlo Pedretti em "O templo da alma": "Todas as vezes que Leonardo, por assim dizer, enfrenta problemas de transição da física para a metafísica, como quando da fisiologia ele tem de passar para a psicologia e depois para a fisionomia de acordo com a clássica formulação da determinação e classificação de caracteres e temperamentos, é espontâneo pensar que ele sabia que podia contar com um sujeito de estudo sempre disponível e inteiramente confiável: ele próprio, isto é "Eu, Leonardo", como escreveu na folha inicial do *Codex Atlanticus* [1478]." (p. 31)



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

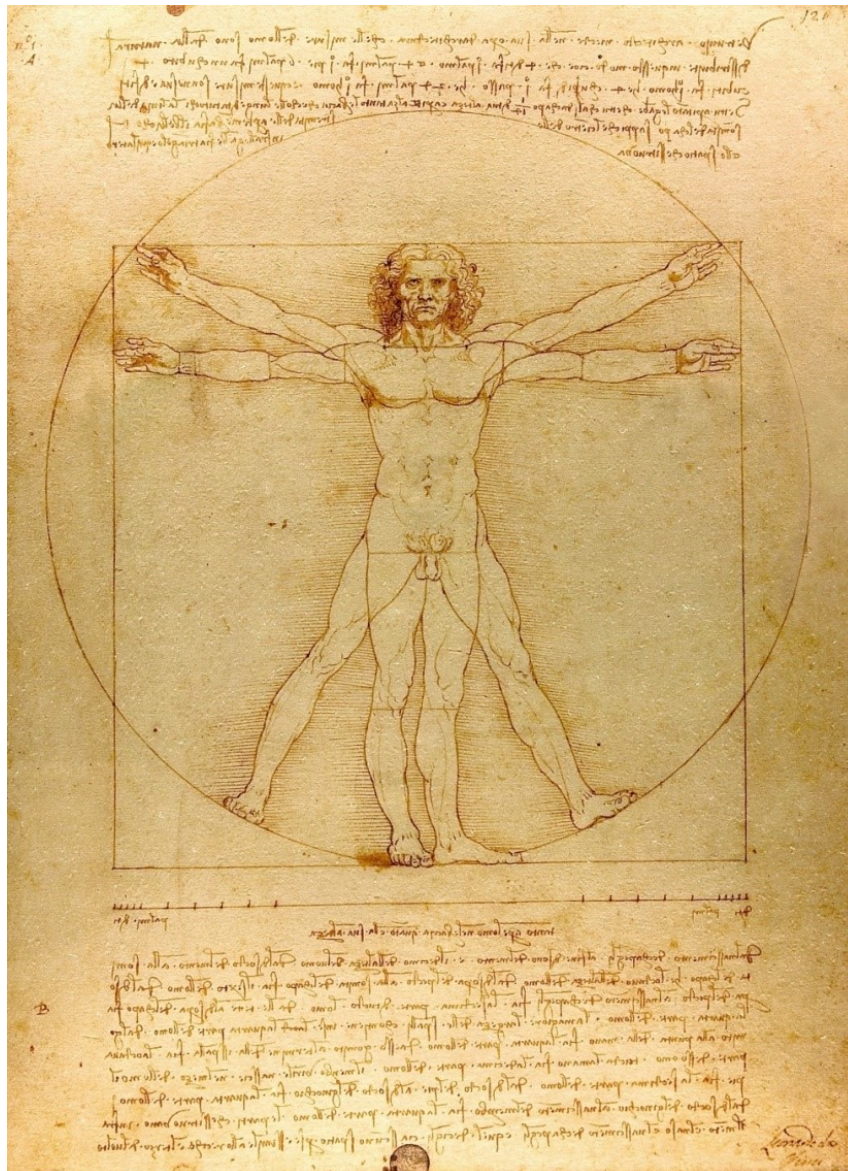


Fig. 20. Leonardo da Vinci, *Vitruvian man*, 1489-1490

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, Manuel Valente. *História da Medicina em Portugal – Origens, ligações e contextos*. Porto: Porto Editora, 2014.

Gaudium Sciendi, Nº 20, Junho 2021



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o Homem* (1944). Lisboa: Guimarães editores, 1995.

CLAYTON, Martin. "Léonard de Vinci Anatomiste". In: *Léonard de Vinci – Anatomie de l'Homme*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

DE HOLANDA, Francisco. *Do Tirar Polo Natural* (1959). Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

DA VINCI, Leonardo. *Leonardo on the human body* (1952). New York: Dover Publications, 1983

GOMBRICH, E. H. *Arte e Ilusão – um estudo da psicologia daa representação pictórica* (1959). São Paulo: Martins Fontes, 1986.

LAURENZA, Domenico. *Léonard de Vinci – Anatomies*. Paris: Éditions Gründ, 2010.

PANOFSKY, Erwin. *O Significado nas Artes Visuais* (1955). Lisboa: Editorial Presença, 1989.

PEDRETTI, Carlo. *The Temple of the Soul*. Urbino: C. B. Cartei & Bianchi Publishers, 2008.

VIRILIO, Paul. *La machine de vision*. Paris: Galilée, 1994.

NOTA BIOGRÁFICA DO AUTOR

Manuel Valente Alves é médico, artista visual e investigador. No campo da investigação científica, o seu trabalho centra-se na história da medicina e explora as ligações e afinidades do pensamento médico com outros saberes, como a cultura visual, a filosofia, a política ou a sociologia. Sobre esta temáticas, tem publicado numerosos artigos científicos e é autor e editor de mais de duas dezenas de livros, entre os quais *História da Medicina em Portugal* (Porto Editora, 2014), *Lisboa, Saúde e Inovação* (Gradiva, 2007), *Anatomia - Arte e Ciência* (Museu de Medicina da Universidade de Lisboa/ Fundação Champalimaud), *Imagens Médicas - Fragmentos de uma História* (Porto Editora, 2001). Foi comissário de mais de uma dezena de exposições científicas de cariz institucional. Organizou diversos colóquios e conferências interdisciplinares. A convite de universidades, museus, sociedades científicas e outras instituições culturais, tem feito palestras em Portugal e no estrangeiro. Fundou e dirigiu o Museu de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, tendo sido docente e regente de História da Medicina na mesma Faculdade. É académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal.

Paralelamente à sua actividade médica e de investigação, é artista visual. Nesta área, o seu trabalho centra-se no conceito de paisagem, questionando as suas



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

relações com o corpo, a memória, a tecnologia e a política. Ao longo do seu percurso tem trabalhado numa grande variedade de técnicas e suportes – pintura, desenho, fotografia, vídeo, instalação – e desenvolvido projectos específicos para edição em livro e na web. Expõe regularmente há várias décadas, dentro e fora de Portugal. A sua obra artística encontra-se representada em numerosas colecções privadas e públicas, como museus, bibliotecas e outras instituições culturais

RESUMO

A arte do Renascimento italiano representa um regresso ao ideal clássico da mimesis. Com base em modelos de representação universal rigorosos e complexos, como a perspectiva, as imagens possuíam uma 'vitalidade emocional' que não existia nas representações medievais. Estes artistas possuíam uma vontade de conhecer em profundidade que levaria, alguns deles, a dissecar o corpo humano, fazendo emergir a cultura visual da medicina. Ver e dar a ver o interior do corpo através da teoria da arte revolucionaram, decisivamente, os modos de pensar e representar a identidade corporal. Um dos pioneiros desta revolução é um artista, Leonardo da Vinci. Os seus desenhos anatómicos, de grande rigor e beleza gráfica, foram as primeiras imagens científicas do interior do corpo humano. Desprovidos de alegorias ou outros modos de expressão, habitualmente usados pelos artistas nas suas estratégias de representação, os seus desenhos anatómicos mostram a realidade visual do corpo. Não apenas a realidade do corpo enquanto coisa, cadáver, mas também a realidade do corpo vivo em acção, cuja dinâmica ele retrata exemplarmente através dos desenhos de sequências de movimento, em que a anatomia se liga à fisiologia, uma anatomia animata que só no século XVII se começaria a desenvolver.

Este artigo reproduz o texto e as imagens da conferência que o autor proferiu no colóquio "O génio de Leonardo da Vinci nos 500 anos da sua morte", na Academia das Ciências de Lisboa, no dia 4 de Junho de 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Leonardo da Vinci, Medicina, Arte, Anatomia, Cultura Visual



LEONARDO E A CULTURA VISUAL DA MADICINA

Manuel Valente Alves

Médico, investigador e artista visual.

Académico titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal

Orcid: Nº 0000-0003-4523-8058

ABSTRACT

The art of the Italian Renaissance represents a return to the classic ideal of mimesis. Based on rigorous and complex models of universal representation, such as perspective, the images had an 'emotional vitality' that did not exist in medieval representations. These artists had a desire to know in depth that would lead, some of them, to dissect the human body, giving rise to the visual culture of medicine. Seeing and showing the inside of the body through the theory of art has decisively revolutionized the ways of thinking and representing body identity. One of the pioneers of this revolution is an artist, Leonardo da Vinci. His anatomical drawings, of great accuracy and graphic beauty, were the first scientific images of the interior of the human body. Devoid of allegories or other modes of expression, usually used by artists in their representation strategies, Leonardo's anatomical drawings show the visual reality of the body. Not only the reality of the body as a thing, a corpse, but also the reality of the living body in action, whose dynamics he portrays exemplarily through the drawings of movement sequences, in which anatomy is linked to physiology, an animate anatomy that only later, in the century XVII, would begin to develop.

This article reproduces the text and the images of the conference that the author gave at the colloquium "Leonardo da Vinci's genius in the 500th anniversary of his death" at the Lisbon Science Academy, on the 4th of June 2019.

KEYWORDS: Leonardo da Vinci, Medicine, Art, Anatomy, Visual Culture



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

À Professora Doutora Yvette Centeno

(NOVA FCSH)

"Even in these days wise men are ignorant of many things, which the most ordinary capacity shall understand ere long." (Bacon, p. 243)



Roger Bacon



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

O presente texto constitui uma versão alargada da conferência proferida, em Dezembro de 2020, no âmbito do ciclo "Literatura & Ciência VI", organizado pelo CETAPS (NOVA FCSH) e pelo Centro Interuniversitário de História da Ciência e Tecnologia da Universidade de Lisboa (CIUHCT-UL). Impõe-se, assim, um agradecimento especial à Prof^a Doutora Gabriela Gândara Terenas, de quem partiram não só o convite inaugural, mas constantes manifestações de interesse e apoio.

Duas circunstâncias de ordem profissional e pessoal fizeram com que me consider(ass)e um duplo erro de casting: em primeiro lugar, as mediócras classificações de 1973-74 nas disciplinas de Matemática e Ciências Físico-Químicas, no Liceu D. João de Castro, no ano equivalente ao actual 9º da escolaridade. Quando, já liberto da secção de "Ciências" por uma passagem administrativa em Matemática e após frequência, no curso complementar (1974-75 e 1975-76), das disciplinas tendentes a uma candidatura à Faculdade de Letras (1977-78), o acaso (ou a fatalidade?) levou-me a uma Faculdade de Ciências... Sociais e Humanas.

O segundo erro decorre do facto de que parte substancial da minha docência e investigação universitárias tem privilegiado a cultura e a literatura medievais inglesas; ora, tomando de empréstimo a abertura narrativa de *Emma* (1816), de Jane Austen (1775-1817), "It is a truth universally acknowledged..." que o período medieval não é normalmente lembrado pela sua excelência ou sofisticação científica... É precisamente essa ideia ou imagem que, mais do que refutar ou rebater, me proponho reexaminar, centrando-me para tal na figura de um frade franciscano conotado com o experimentalismo oxoniense do século XIII: Roger Bacon (1214?-1292 ou 1294).



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

Numa perspectiva providencialista ou finalista, o verso supracitado de Fernando Pessoa (1888-1935) parece desenhar uma sequencialidade, talvez mesmo uma causalidade implícita, ponto que não iremos desenvolver aqui. Esta titulação visa apenas correlacionar genericamente a vontade ou os desígnios de Deus com o mistério,¹ o sonho do homem com a visão e o nascimento da obra com a ciência (nela incluindo as diferentes engenharias e tecnologias), antes de procedermos a algumas observações sobre esses termos nucleares.

Assim, e começando pela "ciência", de um ponto de vista filosófico-epistemológico, (re)conhecemo-la hoje como qualquer área estruturada do saber ou do conhecimento, com uma história e uma produção construídas, consolidadas e validadas ao longo do tempo e com os seus próprios campos, métodos e object(iv)os de estudo, gerais e específicos. Mas, a bem dizer, quais as especificidades da "ciência" das Letras? Normalmente não reflectimos muito sobre elas, a não ser quando temos a cargo disciplinas teóricas de estudos literários e/ou de cultura... Acresce que projectos como este, que congrega o CIUHCT e o CETAPS; o "Narrativa e Medicina", desenvolvido no Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa (CEAUL); e, *last, but not least*, o volume *As Humanidades e as Ciências: Dois Modos de Ver o Mundo*, editado por Maria Laura Bettencourt Pires e Maria Alexandre Bettencourt Pires (2013), comprovam que a identidade e autonomia das "duas culturas" não têm, necessária e forçosamente, de constituir um óbice a diálogos, sinergias e complementaridades interdisciplinares.

¹ Afinal, são ainda comuns, na linguagem corrente, expressões como "Os caminhos do Senhor são insondáveis", "Deus move-se de muitas e misteriosas maneiras" ou equivalentes.



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

Por sua vez, no tocante à "visão", qualquer medievalista lembrar-se-á de imediato das visões místicas e oníricas (*dream visions*), com grande fortuna na literatura inglesa (*Piers Plowman*, *Pearl*, *Chaucer*, etc.) e não só (*Roman de la Rose*, Dante...). Alguns exemplos mais recentes oriundos das culturas anglófonas, como as palavras finais do narrador de *News from Nowhere* (1890), de William Morris (1834-1896),² o inspirado(r) discurso "I have a dream", proferido por Martin Luther King (1929-1968) junto ao Lincoln Memorial (28 de Agosto de 1963), ou a canção "Imagine" (1971), de John Lennon (1940-1980), na qual se canta "You may say I'm a dreamer/But I'm not the only one", poderão levar-nos a pensar se as visões hoje materializadas não terão começado por ser, *in illo tempore*, utopias individual e/ou gregariamente sonhadas.

No tocante ao "mistério" --- e para já não falar de uma modalidade ou um subgénero do teatro religioso medieval inglês, as *mystery plays*, ou do conceito teológico e da prática litúrgica patentes, após a consagração eucarística, na frase "Eis o mistério da Fé!" ---, ele é também, como é óbvio, uma mola fundamental e propulsora da investigação científica. A própria expressão "Fé na ciência" parece-nos profunda e duplamente sugestiva, pois permite-nos reflectir quer sobre uma crença atea ou agnóstica na ciência, quer sobre a crença do cientista crente.³

² "Yes, surely! and if others can see it as I have seen it, then it may be called a vision rather than a dream." (p. 228)

³ "Theism, which in its general sense means belief in a deity, or deities, as opposed to atheism, or in one deity as opposed to polytheism or pantheism, is especially used in the sense of belief in one God as Creator and Ruler of the Universe, without denial of revelation. In this use it is distinguished from deism, which is belief in the existence of a Supreme Being as the source of finite existence, with rejection of revelation and the supernatural doctrines of Christianity." (Harvey, ed., p. 812) e "A deist believes there is a God who created all things, but does not believe in His superintendence and government. He thinks the Creator



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

Por último, se, como soi dizer-se, a fé "permite todas as esperanças", por outro, convive frequentemente com todas as dúvidas⁴ e, tal como o "mistério", também a dúvida --- cartesianamente 'metódica' ou não --- propulsiona a investigação científica. Como escreve Brian Clegg:

"By losing our dependence on authority we may have ushered in a world of scientific wonders, but we have also replaced the comfort of certainty with the discomfort of doubt. Even so, the balance seems to be in favour of the scientific revolution. (...) And though in the short term there was a loss of a spiritual anchor when scientific rationalism attempted to take over from religion, in the longer term religion has proved robust enough to survive the scientific revolution." (pp. 205-206)⁵

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de apontar algumas incongruências no modo como frequentemente encaramos a ciência e a universidade medievais. Com efeito, tendemos a conceber e apresentar as actuais universidades e unidades de investigação como 'guarda avançada' da ciência e do conhecimento; as 'catedrais' contemporâneas do saber e não apenas (e ainda bem!) do saber contemporâneo. Se assim é, por que motivo sentimos por vezes dificuldade --- quando não mesmo uma envergonhada ou não assumida relutância --- em admitir que outro tanto se poderia pensar e dizer da Idade Média, época, ainda para mais, da própria criação da

implanted in all things certain immutable laws, called the Laws of Nature, which act per se, as a watch acts without the supervision of its maker. He does not believe in the doctrine of the Trinity, nor in a divine revelation." (Brewer, p. 891)

⁴ Cabe aqui recordar, parafraseando-a, a seguinte frase do Cardeal José Tolentino de Mendonça: "Todos os dias perco e reencontro a minha Fé."

⁵ Segundo Leibnitz, "La raison est un don de Dieu aussi bien que la foi, et leur combat ferait combattre Dieu contre Dieu." (*Essais de Théodicée. Discours de la conformité de la raison et de la foi*, §39, apud Carton, *Synthèse...*, p. 79).



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

universidade? Em segundo lugar, se aceitamos hoje, com aparentes naturalidade e inevitabilismo, o Inglês como língua franca da comunidade e comunicação científicas, por que razão lamentamos a opção análoga (e analogamente legítima) da intelectualidade medieval pelo Latim? E se, hoje em dia, já não o dominamos como outrora, a falha ou limitação não será antes nossa, dos actuais homens e mulheres de Letras?

Dito isto, importa, naturalmente, evitar descontextualizações e anacronismos e reconhecer a não superação, na ciência medieval, de saberes estruturais (antes) legados pela Antiguidade Clássica, como a física aristotélica, a geometria euclidiana, a medicina galénica e a cosmologia ptolomaica. Paralelamente, face à condição e imagem da Idade Média como uma época marcada por um tão grande sentido e omnipresença do divino, do sagrado ou da transcendência, não surpreende o estatuto da teologia como a rainha das ciências, defendido, entre outros, por S. Boaventura (1221-1274). E no entanto, como escreve Regine Pernoud:

"(...) a Idade Média não teve curiosidade científica? Um simples catálogo dos manuscritos contidos nas nossas (...) bibliotecas bastaria para responder à questão: o inventário completo dos tratados de medicina, de matemática, de astronomia, de alquimia, de arquitectura, de geometria e outros não foi ainda levado a cabo, e os seus textos permanecem, na maior parte, inéditos. Os esforços tentados nesse sentido foram até aqui fragmentários e não permitem uma visão de conjunto da ciência medieval. Mas o que se sabe (...) permite constatar que ela foi muito mais extensa do que o que tem podido supor-se (...) Um Roger Bacon, em pleno século XIII, conhecia a pólvora de canhão, o uso das lentes convexas e côncavas." (p. 157)



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

"Tanto a geometria como a aritmética detinham um grande valor por serem essenciais à compreensão dos modos de funcionar da natureza e à descrição da variedade de movimentos e acções verificada no mundo. A ênfase dada, na Idade Média, à geometria e à aritmética devia fazer hesitar aqueles que têm defendido que os filósofos naturais e os teólogos medievais eram hostis à matemática.

A ciência da astronomia, que incluía a astrologia, era igualmente louvada (...) como instrumento essencial para compreender o universo. (...) Roger Bacon considerava-a essencial à Igreja e ao Estado, bem como aos lavradores, alquimistas e médicos." (Grant, p. 54)

"One of the seeming paradoxes of the thirteenth century is that the greatest development in mathematics, optics, and astronomy went with the most transcendental outlooks. (...) At a time when St Thomas was trying to make a distinction between faith and reason, Bacon was asserting the subordination of all knowledge to theology. He did not differ from his contemporaries over aims and beliefs so much as over method. (...)

Where Bacon differed from the majority of his confrères was in the other aspect of knowledge. Whilst on the one hand there was the inner experience which came with illumination, on the other there was empirical knowledge which derived from external sources. Together they made up experience." (Leff, pp. 246-247 *passim*)⁶

Não cabe aqui evocar em pormenor a biografia de Roger Bacon, já redigida por Stewart Easton e Brian Clegg, o último dos quais, apoiando-se em quatro

⁶ "It has sometimes been supposed that the science of Roger Bacon is full of contradictions. He believed in revealed and experimental knowledge at the same time; he thought of theology as the queen of sciences and the crown of all knowledge." (Easton, p. 167) e "(...) revelation was not to the medieval an alternative form of knowledge to empirically acquired data." (*Ibidem*, p. 172)



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

parâmetros, se lhe refere inclusive como o primeiro cientista.⁷ Diga-se apenas que Bacon, também conhecido como *Doctor Admirabilis*, foi um franciscano oxoniense, discípulo de Robert Grosseteste (1175-1253)⁸ e defensor estrénuo do conhecimento de línguas estrangeiras (Leff, p. 169), lendo a partir do latim, do grego e do hebraico e não hesitando em citar autores árabes como Rhasis, Gebir/Geber, Al-Hazen, Avicena e Averróis, entre outros. Aliás, a admiração relativamente à ciência árabe, potenciada após a conquista de Toledo (1085) por Afonso VI de Leão e Castela, faz-se já notar em pensadores ingleses anteriores a Bacon como Adelard de Bath e Daniel de Morley,⁹ valendo a pena recordar o seguinte episódio:

⁷ "Bacon's four building blocks --- a basis of mathematics, an openness of mind, the desire to communicate, and the fundamental contribution of experiment --- made his methodology the direct forerunner of every subsequent work of science." (Clegg, p. 203) e "(...) he [Roger Bacon] stressed the importance of mathematics, he did not dismiss data through prejudice, he communicated his findings, and he was convinced of the essential contribution of experiment." (*Ibidem*, p. 205)

⁸ "(...) já no século XIII, Robert Grosseteste argumentara que as demonstrações em física, ou filosofia natural, eram apenas prováveis, em contraste com as demonstrações matemáticas que eram certas. Roger Bacon insistiu em afirmar que na filosofia natural a experiência tinha de confirmar a demonstração: 'Consequentemente, raciocinar não é suficiente, mas a experiência sim'. E concluiu: 'Por conseguinte, o que Aristóteles diz, no sentido de que a demonstração é um silogismo que nos permite conhecer, deve ser entendido na situação em que a respectiva experiência acompanha a demonstração, mas não se se basear apenas na demonstração.'" (Grant, p. 168; sobre Grosseteste, cf. Southern). E, como notou David Knowles, "His [Bacon's] work shows many of the peculiar characteristics of Grosseteste: an interest in positive studies, an attention to observation and experiment, and an independence of outlook in the face of all the conventions of contemporary thought." (p. 258; cf. também p. 256)

⁹ Referindo-se a ambos, escreve Southern: "What they both objected to was the bookishness of the scholastic system, the exclusive concentration on the analysis of a limited range of authorities, and the neglect of the world of natural phenomena. They both sought release from these limitations by contact with Arabic learning, and that meant in practice a renewed contact with the stream of Greek scientific learning which had never found a home in the Latin world." (p. 89) e "In one way or another, they both sought knowledge of things rather



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

"In the earliest years of the twelfth century, or even slightly earlier, Adelard had followed the Continental trail, taking a small group of pupils to Laon, the most flourishing cathedral school of northern France (...). Having got there and heard the most successful masters of the day (...), he abandoned his pupils (...) and went south to Italy and the Mediterranean in search of a different kind of knowledge. To his abandoned pupils, he gave this explanation: 'I left you in Laon, so that I could give my full attention to the work done by the Arabs, while you no less zealously imbibed the changing opinions of the French. (...) I learnt from my masters, the Arabs, to follow the light of reason, while you are led by the bridle of authority; for what other word than 'bridle' can I use to describe authority?'" (*Apud* Southern, p. 86).

Se, como defende Edward Grant, o nascimento da ciência moderna não teria sido possível sem os contributos medievais, nomeadamente os protagonizados pelos autores árabes, para além das traduções de (e comentários a) Aristóteles,¹⁰ numa outra obra, intitulada *The Forbidden Universe. The Occult Origins of Science and the Search for the Mind of God*, Lynn Pricknett e Clive Prince defendem a sobrevivência e a influência do conhecimento hermético associado a Hermes Trismegistus (Antigo

than of books, of nature rather than concepts, and (...) knowledge which came from reason rather than authority." (*Ibidem*, p. 93)

¹⁰ "(...) could a scientific revolution have occurred in the seventeenth century if the massive translations of Greco-Arabic science and natural philosophy into Latin had never taken place? The response seemed obvious: no, it could not." (p. xiii) e ainda "(...) a scientific revolution could not have occurred in Western Europe (...) if the level of science and natural philosophy had remained what it was in the first half of the twelfth century, (...) just prior to the translation of Greco-Arabic science (...) under way in the latter half of that century. Without the translations, which transformed European intellectual life, (...) the Scientific Revolution (...) would have been impossible." (*Ibidem*, p. 170)



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

Egipto, séc. VI A.C.)¹¹ em vultos cimeiros da "Revolução Científica",¹² como Nicolau Copérnico (1473-1543), Tycho Brahe (1546-1601), Giordano Bruno (1548-1600), Johannes Kepler (1571-1630), Galileu Galilei (1564-1642) e Isaac Newton (1642-1727).¹³



¹¹ Autor de *The Emerald Tablet*, texto que integra o *Secretum Secretorum*, a alegada carta de Aristóteles ao seu discípulo Alexandre, o Grande, mas, na verdade, uma tradução ou versão em Latim de um texto árabe, o *Kitab Sirr Al-Asrar*. Dele transcrevemos o seguinte passo:

"(...) my dear son Alexander I pray you not believe such fools which say that the science of the planets is so hard to be known, and that none may come thereto. Surely they be fools and know not what they say. It is a noble thing to know things which be to come. (...) Return we dear son to our first purpose, know that astronomy is devised in manifold parts. That is to wit in ordnance of stars, in the disposition of signs, and of their elongations, of the movements of the sun. And this is called astronomy." (Anónimo, p. 29)

¹² "(...) a magical mindset not only bubbled along through the Renaissance, but it was magic that inspired and drove (...) that era's explosion of thought and achievement. In a very real way, magic made the modern world." (9)

¹³ "All of these great scientific minds either drew their inspiration directly from the *Hermetica* or indirectly from the works of other Hermetic masters (...)" (*Ibidem*, p. 172) e "(...) the scientific revolution, usually considered to have started with Copernicus and ended with Newton, was in fact the Hermetic revolution." (*Ibidem*, p. 203)



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

Alquimia (1)



Alquimia (2)

Neste ensaio deixaremos de lado os escritos 'herméticos' de Roger Bacon, embora seja, evidentemente, possível, numa lógica de 'genealogia' das ciências, encarar a alquimia como antepassada da química¹⁴ e a astrologia da astronomia. Seja

¹⁴ "Roger Bacon stands from the crowd of ordinary alchemists, and is worth of being placed among the chemists. The justness of classing him as a chemist (...) is supported by his



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

como for, os interesses e as experimentações de Roger Bacon,¹⁵ bem como a sua forte personalidade e independência de espírito,¹⁶ levá-lo-iam a ter problemas com a sua própria ordem durante os pontificados de Clemente IV (1265-1268), para o qual terá redigido, entre 1266-67, a *Opus Majus*, a *Opus Minus* e a *Opus Tertium*, e sobretudo do futuro Nicolau IV (1288-1292),¹⁷ chegando, segundo a tradição, a ser preso (Clegg, pp. 143-144), o que, segundo a mesma fonte (p. 223) poderá explicar a inexistência de qualquer texto escrito entre o *Compendium studii philosophiae* (c.1273) e o *Compendium studii theologiae* (1290s). Nas palavras do tradutor de 1659, identificado apenas pelas iniciais "T. M.",

"The silly Fryers [sic] envying his too prying head, by their craft had almost got it off his shoulders. It's dangerous to be wiser than the multitude, for that unruly Beast will have every over-topping head to be lopped shorter, lest it plot, ruine [sic], or stop the light, (...)" (Bacon, p. 210)

avoidance of many of the purely speculative questions which were the life and soul of the scholastic philosophy wherein he was born and bred." (*Muir in Little*, ed., p. 320)

¹⁵ "Our view of alchemy in the West is dominated by that of a medieval pre-chemist in a fume-filled laboratory, a solitary figure, working endlessly amidst bubbling flasks and studying ancient cryptic texts in a futile quest to turn lead into gold." (Martin, p. 19)

¹⁶ Como lembra Alexander von Humboldt, "Apóstolo da liberdade de pensar, combateu a fé cega na autoridade da escola." (*Apud Coelho*, p. 24)

¹⁷ Os nomes originais dos Pontífices eram, respectivamente, Guy Foulques e Girolamo (ou Jacopo ou Jerome) de Ascoli. Apoiando-se em *The Chronicle of the 24 Generals*, obra anónima de 1370, Brian Clegg menciona que Bacon terá sido condenado por "suspected novelties" por Jerome d'Ascoli, Primaz da Ordem, o futuro Nicolau IV e, curiosamente, o primeiro papa franciscano (p. 121).



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

De facto, há que destacar a importância dada por Bacon à investigação experimental,¹⁸ por oposição ao conhecimento livresco, e à matemática,¹⁹ uma das disciplinas do *quadrivium*:²⁰

"...) sem as matemáticas nenhuma ciência em geral pode ser conhecida; e (...) nenhuma coisa ou lugar deste mundo (...) pode ser estudado. (...) Porque esta é a ciência que diz respeito à verdadeira visão das coisas, e é pela visão que conhecemos todas as coisas." (*Opus Tertium apud* Espinosa, p. 268; cf. tb excertos de *Opus Majus* in Charles, p. 9)²¹

¹⁸ "It would be ridiculous to suggest that Bacon invented the concept of experimentation itself (...) But he stood out from his predecessors and the other philosophers of his time in making experimental science an essential part of understanding nature, and in defining the scientific method as a formal scientific discipline." (Clegg, p. 195)

¹⁹ "(...) he valued mathematics as an instrument of thought --- speculation guided by mathematics and verified by experiment sums up briefly the method his mind was led to formulate. (...) For too long the light of His [sic] better-known namesake Francis, has obscured that of Roger. Francis Bacon (...) no doubt, gave a tremendous impetus to the use of the inductive method; but (...) he failed to appreciate the (...) value of mathematics as an instrument of research; and there can be no doubt that the advancement of learning would have been greatly accelerated had the adoption of mathematical methods not been delayed until recent years." (Charles, p. 7)

²⁰ As restantes eram, como se sabe, a geometria, a astronomia e a música.

²¹ "Matemática, Experiência, Técnica: aos olhos de Roger Bacon são estas as três matrizes da ciência." (Russ, p. 75)



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

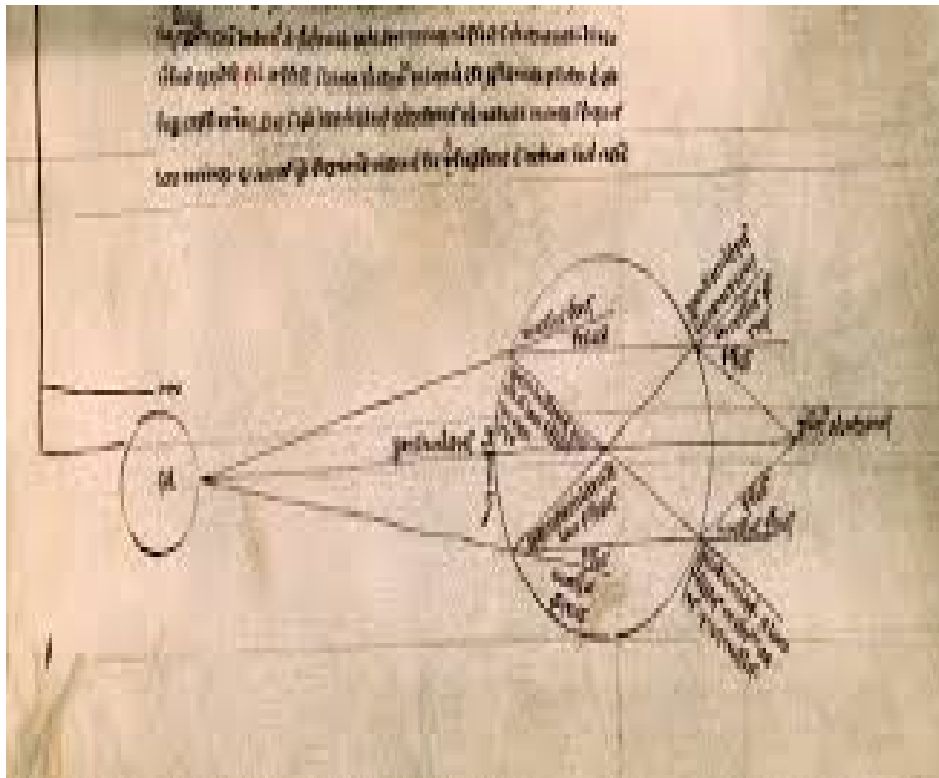
CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.



Óptica (1)

Como representativa justamente do interesse baconiano pela ciência da visão (a óptica), citamos a seguinte passagem de *Miracles of Art, Nature and Magic (De Mirabile Potestate Artis et Naturae)*, c. 1250:²²

²² Na edição que possuímos, este texto é identificado como "A Letter sent by Frier [sic] Roger Bacon to William of Paris, Concerning both The Secret Operation of Nature & Art, As also The Nullity of Magick." (Bacon, p. 214)



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

"Glasses and Perspectives may be framed, to make one thing appear many, one man an Army, the Sun and Moon to be as many as we please. (...) By the framing of Glasses, bodies of the largest bulk, may in appearance be contracted to a minute volume, things little in themselves show great, while others tall and lofty appear low and creeping, things creeping and low, high and mighty, (...)" (Cap. V, "Of Perspective Artificial Experiences" in Bacon, pp. 231-232)

"We may read the smallest letters at an incredible distance, we may see objects however small they may be, and we may cause the stars to appear wherever we wish." (*Apud* Clegg, p. 44)

"(...) very large objects can be made to appear small, and the reverse, and very distant objects will seem very close at hand, and conversely. (...) Thus from an incredible distance we might read the smallest letters and number grains of dust and sand owing to the magnitude of the angle under which we viewed them (...)" (*Apud ibidem*, p. 48)



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.



Óptica (2)

O passo que mais nos interessa consta, porém, do cap. IV da mesma obra ("Of admirable Artificial Instruments"),²³ aqui citado na versão portuguesa:

²³ Versões inglesas em Charles, pp. 22-23 e Bacon, pp. 229-230; passamos a transcrever desta última, seguindo o texto da tradução de um autor desconhecido (T.M.), publicada, aparentemente pela primeira vez, em 1659:



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

"Fabricar-se-ão (...) instrumentos para navegar sem o auxílio de remadores, e para que os maiores navios possam vogar tendo um só homem de tripulação, e movendo-se com maior velocidade do que se levassem muitos mareantes. Haverá carros que, sem cavalos, correrão com uma rapidez impossível de imaginar. Hão-de construir-se aparelhos para voar, e no meio deles, indo o homem sentado, movendo um certo maquinismo (*ingenium*), despregará as suas asas fictícias, e cortará os ares, como fazem as aves com as suas asas naturais (...) Um outro instrumento servirá para tirar qualquer objecto resistente por cima de um terreno liso, e permitirá a um só homem o puxar mil pessoas contra sua vontade. Haverá um mecanismo para descer ao fundo do mar e dos rios sem o mínimo acidente; aparelhos para nadar e pairar debaixo da

"It's possible to make Engines to sail withall [sic], as that either fresh or salt water vessels may be guided by the help of one man, and made sail with a greater swiftness, than others (...) which are full of men to help them.

It's possible to make a Chariot move with an inestimable swiftnesse [sic] (...) and this motion to be without the help of any living creature.

It's possible to make Engines for flying, a man sitting in the midst whereof, by turning onely [sic] about an Instrument, which moves artificiall [sic] Wings made to beat the Aire [sic], much after the fashion of a Birds [sic] flight.

It's possible to invent an Engine of a little bulk, yet of great efficacy, either to the depressing or elevation of the very greatest weight, which would be of much consequence in several Accidents: For hereby a man may either ascend or descend any walls, delivering himself or comrads [sic] from prison; (...)

A man may easily make an instrument, whereby one man may in despight [sic] of all opposition, draw a thousand men to himself, or any other thing, which is tractable.

A man may make an Engine, whereby without any corporal danger, he may walk in the bottome [sic] of the Sea, or other water. These Alexander (as the Heathen Astronomer assures us) used to see the secrets of the deeps.

Such engines as these were of old, and are made even in our dayes [sic]. These all of them (excepting only that instrument of flying, which I never saw or know any, who hath seen it, though I am exceedingly acquainted with a very prudent man, who hath invented the whole Artifice) with infinite such like inventions. Engines and devices are feasible, as making of Bridges over Rivers without pillars or supporters." (Bacon, pp. 229-230)



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

água. Sobre os rios se erigirão pontes sem colunas nem pegões." (*Apud* Coelho, pp. 28-29)²⁴

Como interpretar tão fascinante e surpreendente passagem, redigida no distante século XIII? Como um sonho, uma visão, uma previsão ou uma antevisão análoga às creditadas a Leonardo da Vinci (1452-1519)?²⁵ Ou o resultado de uma "iluminação interior", retomando a feliz expressão de Raoul Carton?

E acrescenta Latino Coelho (1825-1891):

"É manifestamente um espírito vidente que, inspirando-se na contemplação do génio do homem, se levanta em voos temerários acima da ciência do seu século, para descortinar em horizontes ainda nebulosos os prodígios do nosso tempo. Estes navios que vogariam sem mareantes seriam já na mente iluminada (...) do franciscano de Ilchester a adivinhação destes modernos colossos navais movidos pelo vapor?

Estes carros que voariam sem que fossem tirados por cavalos seriam os vagões do nosso tempo, levando por corsel [sic] a locomotiva, este animal prodigioso, que desentranha do carvão o diamante da indústria (...)?

Os aparelhos para voar seriam [sic; seriam] os aerostatos, que sulcarão – quem sabe? – um dia os ares, naves onerárias do comércio futuro,

²⁴ Refª original: "A Ciência na Idade Média e as enciclopédias desse tempo", *Arquivo Pittoresco*, vol. 7 (Lisboa, 1864), pp. 143-144, 179-181, 191-192, 196-198 e 203-204.

²⁵ "Today, if you were to ask people to identify an inventor who seemed ahead of his time, they would be likely to point to Leonardo da Vinci. Yet some 300 years earlier Roger Bacon had already envisaged many of the devices that Leonardo was to describe and draw." (Clegg, p. 39) Em termos mais gerais, também A. G. Little sublinha, no capítulo introdutório da colectânea de ensaios por si editada, que "For the most original sides of his work, for his experimental science and his principles of textual criticism, the Middle Ages had little understanding. Bacon has the merit of having pointed out the lines of intellectual advance which the world was to follow two centuries after his death." (p. 30)



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

talhando as nuvens como os barcos actuais afrontam no Oceano as tempestades?

Estas pontes sem abóbadas seriam as pênseis do nosso tempo, estradas aéreas lançadas graciosamente sobre as torrentes caudalosas?" (*Ibidem*, pp. 29-30)

Antes de concluirmos, remetendo para um vídeo merecedor de reflexão, tanto científica quanto humanística, deixaremos dois breves apontamentos:

"That which is below is like that which is above & that which is above is like ye which is below to do ye miracles of one only thing." (Hermes Trismegistus, p. 14, #2; trad. de Isaac Newton, c.1680).²⁶

"The creative force and the material universe are locked in an eternal embrace or endless creative waltz. (...) God is the universe, and vice-versa. Intelligent beings are part of God, and also, as their minds help shape the universe, they enjoy a special role in creation. Creator, created and creation are constantly circling in a dazzling dance of ultimate meaning and purpose, an endless jump of joy." (Picknett e Prince, p. 329)²⁷

²⁶ Cf. outra versão em "The Smaragdine Table" (in Bacon, p. 125). Sobre os entendimentos e as representações medievais e renascentistas das relações ou homologias entre microcosmo e macrocosmo, cf. as obras, já clássicas, de C. S. Lewis e E. M. W. Tillyard.

²⁷ No dizer de Picknett e Prince, "In the Hermetic vision, the universe is God and God is the universe. The cosmos is a living entity, and everything in it is imbued with life." (p. 22)



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

POTÊNCIA DE 10

DO MICRO AO MACROCOSMO

PowerPointe recebido sem os creditos
Reorganizado por Ricardo Lyra
Música: Once you had gold

REFERÊNCIAS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Anónimo. *Secretum Secretorum*. Kitab Sirr Al-Asrar. First edition, Arabic 10th century. Translated by Robert Copeland, 1528. Edited by Tarl Warwick. S.l.: Createspace Independent Publishing Platform, 2016.

Bacon, Roger. *Four Works of ---. Radix Mundi. The Mirrour of Alchimy. The Oil of Antinomy. Miracles of Art, Nature and Magick*. Stuarts Draft, VA: R.A.M.S. Publishing Company, col. "The R.A.M.S. Library of Alchemy", vol. 32, 2015.



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

---. *Frier [sic] Bacon His Discovery of the Miracles of Art, Nature and Magick [sic]. Faithfully translated out of Dr. Dees [sic] Own Copy, by T. M. and never Before in English. In Roger Bacon. Four Works of ---. Radix Mundi. The Mirroure of Alchimy. The Oil of Antinomy. Miracles of Art, Nature and Magick.* Stuarts Draft, VA: R.A.M.S. Publishing Company, col. "The R.A.M.S. Library of Alchemy", vol. 32, 2015, pp. 209-258 (London: Printed for Simon Miller at the Starre in St. Paul's Church-Yard, 1659). Brewer, Ebenezer Cobham, *Brewer's Dictionary of Phrase and Fable*, 9th. ed., London: Cassell & Company Ltd., 1965.

Carton, Raoul, *La Synthèse Doctrinale de Roger Bacon.* Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, col. "Études de philosophie médiévale", V, 1924.

---. *L'Expérience Mystique de l' Illumination Intérieure chez Roger Bacon.* Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, col. "Études de philosophie médiévale", III, 1924.

---. *L'expérience physique chez Roger Bacon. Contribution à l'étude de la méthode et de la science expérimentales au XIIIe siècle.* Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, col. "Études de philosophie médiévale", II, 1924.

Charles, Michael et alii, *A Roger Bacon Reader. A Short Biography. The Mirror of Alchemy. The Root of the World.* Sequim, WA, USA: Holmes Publishing Book LLC, 2007 (1983).

Clegg, Brian, *The First Scientist. A Life of Roger Bacon.* New York: Carroll & Graf Publishers/Avalon Publishing Group, Inc., 2003.

Coelho, Latino, *A Ciência na Idade Média.* Fixação do Texto, Prefácio e Notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, col. "Filosofia & Ensaios", 1988.

Easton, Stewart C., *Roger Bacon and His Search for A Universal Science.* N.p.: Andesite Press, n.d. (Oxford: 1952).

Espinosa, Fernanda, *Antologia de Textos Históricos Medievais.* 3^a ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1981.

Grant, Edward, *Os Fundamentos da Ciência Moderna na Idade Média.* Trad. Carlos Grifo Babo. Coord. e revisão Ana Simões e Henrique Leitão. Porto: Porto Editora, Lda., col. "História e Filosofia da Ciência", 4, 2002.



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

---, *The Foundations of Modern Science in the Middle Ages. Their Religious, Institutional, and Intellectual Contexts*. Cambridge: Cambridge University Press, "Cambridge History of Science", 2011 (1996).

Harvey, Sir Paul, *The Oxford Companion to English Literature*. 4th ed., revised by Dorothy Eagle. Oxford: Clarendon Press, 1983 (1932).

Knowles, David, *The Evolution of Medieval Thought*. Ed. D. E. Luscombe e C. N. L. Brooke. 2nd ed. Harlow, Essex: Longman Group UK Ltd., 1988 (1962).

Leff, Gordon, *Medieval Thought. St. Augustine to Ockham*. Harmondsworth: Penguin Books, 1962 (1958).

Lewis, C. S., *The Discarded Image. An Introduction to Medieval and Renaissance Literature*. Cambridge: at the University Press, 1964.

Lindberg, David C., "The Medieval Church Encounters the Classical Tradition: Saint Augustine, Roger Bacon, and the Handmaiden Metaphor" in David C. Lindberg e Ronald L. Numbers (eds.), *When Science & Christianity Meet*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2003, pp. 7-32.

Little, A. G. (ed.), *Roger Bacon Essays*. Miami, Florida: HardPress Publishing, "Classics Series", s.d. (*Roger Bacon Essays Contributed by Various Writers on the Occasion of the Commemoration of the Seventh Centenary of His Birth*. Oxford: Clarendon Press, 1914).

Loyn, H. R. (ed.), *The Middle Ages. A Concise Encyclopaedia*. London: Thames and Hudson Ltd., 1991 (1989).

Luscombe, David, *O Pensamento Medieval*. Mem Martins: Publicações Europa-América, col. "Forum da História", 35, 2000 (*Medieval Thought. A History of Western Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1997).

Martin, Sean. *Alchemy & Alchemists*. Harpenden, Herts: Pocket Essentials, 2015 (2001).

Morris, William, *News from Nowhere and other Writings*. Ed. Clive Wilmer. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., "Penguin Classics", 1993.



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

Muir, M. M. Pattison, "Roger Bacon: His Relations to Alchemy and Chemistry" in A. G. Little (ed.), *Roger Bacon Essays*. Miami: HardPress Publishing, "Classics Series", s.d., pp. 285-320.

Pernoud, Régine, *Luz sobre a Idade Média*. Mem Martins: Publicações Europa-América, col. "Forum da História", 26, 1997 (*Lumière du Moyen Age*. S. l.: Éditions Grasset et Fasquelle, 1981).

Picknett, Lynn e Clive Prince, *The Forbidden Universe. The Occult Origins of Science and the Search for the Mind of God*. London: Constable, 2016 (2011).

Pires, Maria Laura Bettencourt e Maria Alexandre Bettencourt Pires (Coord.), *As Humanidades e as Ciências: Dois Modos de Ver o Mundo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, "Estudos de Comunicação e Cultura", 2013 (https://www.researchgate.net/publication/265107097_As_Humanidades_e_as_Ciencias_-_Dois_Modos_de_Ver_o_Mundo).

Price, B. B., *Introdução ao Pensamento Medieval*. Porto: Edições ASA, col. "Textos de Apoio", 1996 (*Medieval Thought. An Introduction*. S.l.: s. ed., 1992).

Russ, Jacqueline, *A Aventura do Pensamento Europeu. Uma História das Ideias Ocidentais*. Lisboa: Terramar, col. "da Europa", 1997 (*L'Aventure de la Pensée Européenne*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1995).

Southern, R. W., *Robert Grosseteste. The Growth of an English Mind in Medieval Europe*. Oxford: Clarendon Press, "Clarendon Paperbacks" 1988 (1986).

Tillyard, E. M. W., *The Elizabethan World Picture*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., "Peregrine Books", 1963 (Chatto & Windus, 1943).

Trismegistus, Hermes, *The Emerald Tablet of Hermes*. S. l.: Merchant Books, 2013.

NOTA BIOGRÁFICA

Miguel Alarcão (n. 1959) - Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Estudos Portugueses e Ingleses, 1981), Mestre em Estudos Anglo-Portugueses (1986) e Doutor em Cultura Inglesa (1996) pela Universidade Nova de Lisboa, em cuja Faculdade de Ciências Sociais e Humanas lecciona como Professor Associado. Foi Leitor de Português na Universidade de Birmingham (1986-1989), co-coordenador do Núcleo Científico (actual Instituto) de Estudos Medievais (1999-2004) e Director da Biblioteca Geral da FCSH (2001-2009). Autor de *Príncipe dos Ladrões: Robin Hood na*



"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE"?:

CIÊNCIA, VISÃO E MISTÉRIO

Miguel Alarcão

NOVA FCSH/CETAPS

ORCID: Nº 0000-0002-0831-1941.

RESEARCHER ID nº M-1052-2016.

Cultura Inglesa (c. 1377-1837), 2001 (Esg.) e *This royal throne of kings, this sceptred isle: breve roteiro histórico-cultural da Idade Média inglesa (Séculos V-XV)*, 2014, além de 5 co-edições e cerca de 80 artigos em revistas da especialidade, volumes de actas e de homenagem.

RESUMO

Parte substancial da minha docência e investigação universitárias tem privilegiado a cultura medieval inglesa, sobretudo após a conquista normanda (1066); ora, tomando de empréstimo as palavras narratoriais de Jane Austen (1775-1817) na abertura de *Emma* (1816), "It is a truth universally acknowledged..." que o período medieval não é normalmente lembrado pela sua excelência ou sofisticação científica... É essa imagem que me proponho reexaminar, centrando-me na figura de um frade franciscano conotado com o experimentalismo oxoniense do século XIII: Roger Bacon (1214?-1292 ou 1294).

PALAVRAS-CHAVE: Roger Bacon; ciência medieval inglesa; ciência experimental inglesa.

ABSTRACT

A considerable part of my teaching and research at university level has focused on medieval English culture, especially after the Norman conquest (1066); still, borrowing Jane Austen's opening narratorial words in *Emma* (1816), "It is a truth universally acknowledged..." that the medieval period is not usually remembered for its scientific sophistication or excellence... This article will seek to reassess that image by looking into a Franciscan friar connected with the rise of experimental science in 13th century Oxford: Roger Bacon (1214?-1292 or 1294).

KEYWORDS: Roger Bacon; medieval English science; experimental English science



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Introduction¹

In *A Tale of Two Cities* (1859), Charles Dickens started his masterpiece with a paragraph that can be used to perfectly illustrate what is happening right now, in this age, in the international society we live in:

"It was the best of times, it was the worst of times, it was the age of wisdom, it was the age of foolishness, it was the epoch of belief, it was the epoch of incredulity, it was the season of Light, it was the season of Darkness, it was the spring of hope, it was the winter of despair, we had everything before us, we had nothing before us, we were all going direct to Heaven, we were all going direct the other way--in short, the period was so far like the present period, that some of its noisiest authorities insisted on its being received, for good or for evil, in the superlative degree of comparison only". (Dickens, 1859, p. 3)

¹ A very early draft of this paper was once written to be presented at a SPEED (Permanent Seminar on the State and Study of Law) Conference at the NOVA School of Law, Nova University of Lisbon. I would like to thank Professor Armando Marques Guedes for all his unwavering support and all the participants in the conference at the time and their many useful comments. I am also very grateful to Professor José Augusto Colen for encouraging me to publish this study and to the late Professor Avery Plaw for the many discussions and research we did together on the subject.



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

In the last couple of years, terrorist attacks took place in the heart of Europe (France and Germany) and there are still ongoing attacks in Africa (Mozambique) and in the Middle East (Iraq). While the cure for diseases is found everyday through international cooperation a global pandemic (of Covid-19) is still raging, causing thousands of deaths daily; at the same time humanity appears to get closer around common goals such as fighting global warming or exploring outer space, terror spreads around the world, leading millions into refugee camps or to death at the shores of the Mediterranean, and the European Union is still dealing with the uncertainties of Brexit.

Maybe its only politics as usual but when "War is nothing but the continuation of politics by other means" (Clausewitz, 1832, p. 69), instead of peace and security, we have chaos. In the past the fear of casualties prevented democracies from engaging in distant conflicts at the whim of a leader. Technology has changed this. For instance, President Obama won an election on war fatigue, promising to pull out of Iraq, yet during his watch the US took preventive strikes through targeted killing operations to a new level, spanning all over the world. The development of drone technology has made this possible, as wars can now be fought from afar without the fear of body bags coming back to haunt those who order the strikes. With modern warfare being fought by non-state actors literally everywhere and anywhere the temptation to strike first might become more than a wish, a reality and maybe even a necessity. However recent history shows that preventive strikes might lead to serious and unpredictable results.

War in Iraq and the emergence of ISIS / Daesh are just such evidence. If we don't want Cicero words *Inter arma enim silent leges* to ring true again, we have to discuss how can law rule over war, how international norms can restrain the use of force.

This paper examines the legal discussion within international law for the use of "preventive" force with an eye to its more innovative and controversial dimensions and



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

analyses its likely impacts on the law regulating resort to force and its underlying norms.

Since the purpose of this paper is to show the evolution of the academic debate so that we can take an informed position on the subject, we divided most legal arguments around this issue into three main schools of thought. There are many more possible divisions and arguably a more in-depth study would be needed to further distinguish among them and opt for a more specific one. Still the system adopted here will allow us to go through most of the important points that separate the proponents of the various schools, their main arguments and objections. Hopefully, we will show how most of the debate could be solved if a slightly different approach to the concept of self-defense was adopted by scholars, institutions and states alike.

Terminology

Keeping our descriptive terminology clear, simple and consistent is essential because, as Professor Greenwood (2013, p. 9) has noted "there is no agreement regarding the use of terminology in this field" and even though he says that the term "anticipatory" is usually used to describe a military action against an imminent attack and "preemptive" against a threat that is more remote in time, he still warns the reader to be aware that some authors use the terms interchangeably. Gazzini (2005), for instance, uses the term "preemption" as described by Greenwood, but Shue (2005) uses it as a synonymous of "anticipatory", as an action against an imminent attack leaving the term "preventive" to describe an action against a future threat. On the other hand, Murphy (2005), Reisman and Armstrong (2006), just to quote a few, all use "preemptive" as Shue uses "preventive".



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

For the purpose of this paper, we decided to settle on Professor Ruys terminology. Not only has he one of the best researched and acclaimed books on the subject of self-defense² but he also chose a terminology, which we believe to be the most accurate.

He starts by distinguishing between "reactive" self-defense to an ongoing armed attack and "anticipatory" self-defense against an attack, whether imminent or not, that has not occurred yet (Ruys, 2013, p. 251). In other words, the term "anticipatory" will be used to describe a "preemptive or preventive" action. He then argues that recently "it has become more common to reserve the concept of "preemptive" self-defense for military action against an imminent or proximate threat of attack and to reserve "preventive" self-defense for non-imminent or non-proximate threats". "Anticipatory" self-defense is thereby regarded as the overlapping denominator" (Ruys, 2013, p. 252).

Body

Since the birth of modern international law, Just War theory transitioned gradually from the realm of Ethics in the western world to that of Law. *Ius ad bellum* principles were adopted, gained normative value and gradually obtained a degree of enforceability.³

Central to this issue is the principle of "just cause". The sovereign right to use force as an instrument of foreign policy gave place to a system created from the ashes of the

² Ruys, Tom. *'Armed Attack' and Article 51 of the UN Charter Evolutions in Customary Law and Practice*. New York: Cambridge University Press, 2013.

³ For an excellent overview of this process see Neff, Stephen C. *War and the Law of Nations*. New York: Cambridge University Press, 2005.



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Second World War aimed at avoiding the unilateral recourse to force by limiting it to a fairly narrowed construed circumstance of Self-defense.⁴

These exact parameters of self-defense as envisioned in Article 51 of the United Nations Charter has been the source of academic debate for almost 70 years now. This paper will only focus on one of the many issues within this debate – that is, the question of whether, or not, "Anticipatory" (Preemptive or Preventive) Self-defense has any support in International Law, but first we have to look where it all started, with the approval of the UN Charter.

"We the peoples of the United Nations" are "determined to save succeeding generations from the scourge of war, which twice in our lifetime has brought untold sorrow to mankind" asserts the Preamble of the UN Charter. With this in mind the first article⁵ articulates the main priority of the institution:

"To maintain international peace and security, and to that end: to take effective collective measures for the prevention and removal of threats to the peace, and for the suppression of acts of aggression or other breaches of the peace, and to bring about by peaceful means, and in conformity with the principles of justice and international law, adjustment or settlement of international disputes or situations which might lead to a breach of the peace". (United Nations Charter, 1945)

Article 2 (4) goes even further and says "All Members shall refrain in their international relations from the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of any state, or in any other manner inconsistent with the

⁴ For a good summary on the subject see the 13th chapter (*The Right of Self-defense in the Period After the Second World War*) by Professor Brownlie (2013, pp. 251-279).

⁵ All the articles mentioned in this paper are from the United Nations Charter unless expressly stated otherwise.



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Purposes of the United Nations" (*United Nations Charter*, 1945). As indicated in the preamble and the first article, the first purpose of the UN is to maintain peaceful relations among its members.

Already in 1919, the League of Nations prohibited the recourse to war and in 1928 the Treaty for the Renunciation of War also known as the Kellogg-Briand Pact or the Pact of Paris, was signed. In the article 1 of the Treaty for the Renunciation of War, the signatory states agreed "that they condemn recourse to war for the solution of international controversies and renounce it as an instrument of national policy in their relations with one another." Nevertheless, eleven years later World War II started.

With this failure in mind, international institutions, and particularly those connected with the UN, have sought to reinforce the UN Charter's general prohibition on the resort to force. For example, the International Court of Justice in the famous *Nicaragua* judgment, in 1986, subscribed that "the law of the Charter concerning the prohibition of the use of force in itself constitutes a conspicuous example of a rule in international law having the character of *jus cogens*".⁶

There are only two exceptions to this prohibition, both contained within the UN Charter itself. The first one is the use of force through a Security Council authorization according to article 42⁷ under Chapter VII; the second one is an action on Self-defense

⁶ This sentence originally came from Paragraph (1) of the Commentary of the Commission to Article 50 of its draft Articles on the Law of Treaties, *ILC Yearbook*, 1966-11, p. 247 and was quoted by the Court in International Court of Justice (ICJ). 1986. "Case Concerning Military and Paramilitary Activities In and Against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America); Merits.", p. 100, parag. 190.

⁷ Article 42 of the UN Charter: "Should the Security Council consider that measures provided for in Article 41 would be inadequate or have proved to be inadequate, it may take such action by air, sea, or land forces as may be necessary to maintain or restore international peace and security. Such action may include demonstrations, blockade, and other operations by air, sea, or land forces of Members of the United Nations" (*United Nations Charter*, 1945).



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

according to article 51 that we mentioned before. Therefore, as the conventional law exists today, in particular as articulated in the UN Charter, the use of "anticipatory" force needs necessarily to fit one of the two exceptions in the Charter (article 42 or 51) in order to be lawful.

Since only article 51 deals with the unilateral use of force, we shall focus our analysis on that article, which declares the following:

"Nothing in the present Charter shall impair the inherent right of individual or collective self-defense. if an armed attack occurs against a Member of the United Nations, until the Security Council has taken measures necessary to maintain international peace and security..."⁸ (United Nations Charter, 1945)

Since Article 51 clearly asserts that nothing in the Charter (including itself) "shall impair the inherent right of self-defense" which in pre-Charter customary practice is widely thought to include "Anticipatory" use of force in certain circumstances, naturally this ambiguity in the language of Article 51 has given rise to some debate.

Some scholars such as Professor Sean Murphy (2005) from George Washington University, for instance, tried to divide the different interpretations of this article in schools of thought. In his case, he divided it in four: the strict constructionist school, the imminent threat school, the qualitative threat school and the "charter is dead" school.

⁸ The article continues but for the purpose of this paper this first part is the only one relevant. The whole article reads "Nothing in the present Charter shall impair the inherent right of individual or collective self-defense if an armed attack occurs against a Member of the United Nations, until the Security Council has taken measures necessary to maintain international peace and security. Measures taken by Members in the exercise of this right of self-defense shall be immediately reported to the Security Council and shall not in any way affect the authority and responsibility of the Security Council under the present Charter to take at any time such action as it deems necessary in order to maintain or restore international peace and security" (United Nations Charter, 1945).



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis
Orcid: 0000-0002-2962-504

For now, we will simply divide them in three. The first one is in favor of this literal interpretation and only allows self-defense against an armed attack that has occurred or is currently taking place. The second allows an action in self-defense against an "imminent attack" and the third against a "future attack".

Strict interpretation of article 2 (4)

As mentioned, the first school of thought favors a strict interpretation of article 2 (4) and a restrictive concept of Self-defense opposing the "Anticipatory" use of force on principle. Some for political reasons, others for ethical or even religious ones, but many scholars feel the need to rest their case on the law. Article 2 (4) of the UN Charter seems paramount in its wish to prohibit the use of force in general and article 51 wording seems to lend strength to it on this issue.

Oxford Professor, Sir Ian Brownlie (2013, p. 275), arguably the author of the most important book of the 20th century on the use of force in international law, thought that according to traditional means of treaty interpretation, the words "if an armed attack occurs" precluded any right to preemptive action". In other words, because "if an armed attack occurs" is the only condition listed in article 51 and therefore the only condition in which action in self-defense is permissible, it seems correspondingly that in its absence no action in self-defense can be legitimate. The rational reminds us of the controversial Latinism *expressio unius est exclusio alterius* (the express mention of one thing excludes all others).

As we will see further on, there are many scholars supporting this restrictive reading of article 51 and engaging with the other two schools but their main argument remains as simple as recalling the words behind this article.



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Preemption

A second group of scholars argue in favor of "Anticipatory" use of force in the form of "Preemptive" self-defense since they believe that the whole purpose of the right of self-defense is to avoid the suffering, the damage of an unjust aggression. Otherwise, the right of self-defense would only be valid either as "armed reprisals"⁹ or as "reactive self-defense". The problem with "reactive self-defense" nowadays is that, in the words of Professor Dereck Bowett (arguably) one of the most important legal scholars of the 20th century on the subject of self-defense, "No state can be expected to await an initial attack which, in the present state of armaments, may well destroy the state's capacity for further resistance and so jeopardize its very existence" (Bowett 1958, pp. 191-192).

Judge Dame Rosalyn Higgins of the International Court of Justice expressed exactly the same concern. She wrote:

"In a nuclear age, common sense cannot require one to interpret an ambiguous provision in a text in a way that requires a state passively to accept its fate before it can defend itself. And, even in the face of conventional warfare, this would also seem the only realistic interpretation of the contemporary right of self-defense". (Higgins, 1994, p. 242)

A way of possibly reconciling the seemingly contradictory commitments of Article 51 were discretely presented in a small footnote on page 261 of an relevant book written by the well renown Yale Professor, Myres McDougal, and by Professor Feliciano that have argued that "a proposition that "if A, then B" is not equivalent to, and does not necessarily imply, the proposition that "if, and only if, A, then B" (MacDougal and

⁹ "Armed reprisals" are punitive actions in their nature, in Professor's Michael Shaw words "Reprisals are acts which are in themselves illegal and have been adopted by one state in retaliation for the commission of an earlier illegal act by another state" (Shaw 2013, p. 1129).



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Feliciano, 1961, p. 237). In other words, "if an armed attack occurs" would not be the same as "if, and only if, an armed attack occurs".

Supporting this argument, another judge from the International Court of Justice, Judge Schwebel in his dissenting opinion on the famous Nicaragua judgment, almost 30 years later argued that article 51 should not be interpreted in order to suggest that "Nothing in the present Charter shall impair the inherent right of... self-defense if, *and only if*, an armed attack occurs"¹⁰ (Schwebel, 1986, pp. 347-348).

On this subject, Professor Franck (2009, p. 50) noted that during the historical San Francisco Conference of 1945 the US delegation added the "if an armed attack occurs" requisite. A US State Legal adviser named Green Hackworth apparently mentioned that this sentence "greatly qualified the right of self-defense" and it was the leader of the American Team, Governor Harold Stassen, that replied by saying that "this was international and sound. We did not want to exercise the right of self-defense before an armed attack occurred" (in Franck, 2009, p. 50). Professor Franck (2009, p. 50), therefore concludes "At San Francisco, however, it is beyond dispute that the negotiations deliberately closed the door on any claim of "anticipatory self-defense," a posture soon to become logically indefensible by the advent of a new age of nuclear warheads and long-range rocketry".

Yet this valid concern of Judge Higgins and Professors Bowett, McDougal, Feliciano and Frank Franck, about the logic of such a restrictive requisite are not enough to prove the existence of a right to use force, at least "preemptively" *de lege lata*. The words "if an armed attack occurs" will still remain in article 51 whether or not we approve their

¹⁰ He continues this quote immediately adding "I do not agree that the terms or intent of Article 51 eliminate the right of self-defense under customary international law, or confine its entire scope to the express terms of Article 51" (Schwebel, 1986, pp. 347-348).



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

logic, besides abrogatory interpretations of the UN Charter would not only be a dangerous precedent but also raise innumerable legal issues of their own.

For all of these reasons, defenders of the second school of thought usually approach the issue from another word within article 51 that opens the interpretation of the right of self-defense to far more complex and yet interesting arguments.

The core of their argument (Maggs, 2007; Dunlap, 2012) is that the right of self-defense existed prior to the UN Charter and that article 51 even acknowledged that by saying that "nothing in the present Charter shall impair *the inherent right* of individual or collective self-defense". The key word for this interpretation is clearly "inherent". In other words "the principal legal argument holds that article 51 of the UN Charter failed to abrogate the broader pre-existing customary right of self-defense" as Professor Tom Ruys (2013, p. 255) explains, and he continues arguing that these scholars believe that the reference to the word "inherent" and the *travaux préparatoires* "indicate that Article 51 was only intended to give particular emphasis in a declaratory manner for self-defense in the case of an armed attack" (Ruys, 2013, pp. 255-256).

We cannot forget however Professor Franck's reference to the Conference of San Francisco appears to prove Professor Ruys wrong at least regarding the reference to the *travaux préparatoires*.

In any case, the *travaux préparatoires* according to Article 32 of the Vienna Convention on the Law of Treaties (1969) is always supposed to be a supplementary means of interpretation so it hardly stands as a definitive argument.

It is far more important to discuss, and we will borrow Judge Higgins words again, this time from a contribution to Professor's Antonio Cassese famous edited book on the Use of Force, that "it is also contended that the continued validity of this pre-charter law on anticipatory self-defense is consistent with the reference in Art. 51 to the right of self-defense being "inherent" (Higgins, 1986, p. 442).



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Looking closer at Judge Higgins claim one must be aware that it has in itself two distinct assumptions. The first one is that pre-charter law allowed "anticipatory self-defense" (whether preemptively or preventively is a matter to discuss later on), the second one is that pre-charter law on the use of force somehow managed to remain intact beyond the approval of the Charter through the word "inherent".

Discussion about Pre-Charter Law

The first assumption faces an obvious question to start with. How is it possible to have any kind of legal pre-Charter "Anticipatory self-defense" right if there was no "prohibition on the use of force" before the 20th century?

In other words, scholars like Professor Quigley (2013, p. 152), for instance, questions the idea that there was a long-established right of pre-emptive self-defense across the centuries preceding the advent of the Kellogg-Briand Pact and ultimately the UN Charter. He argues that, since before the Pact of Paris, there was no prohibition to use force then there was no need of an exception like self-defense to begin with.

This seems too quick and crude argument, however, since even if states did not explicitly appeal to an inherent customary legal right of self-defense (because there was no legal presumption against the use of force and hence no need to invoke a legal right to justify the exception) states did often offer moral justification for the resort to force, and this often involved claims of self-defense. Indeed, self-defense is one of the classic forms of "Just Cause" in Just War doctrine¹¹. Moreover, as we will see while discussing ICJ's Nicaragua case, most legal scholars recognize that some of the requisites of self-defense like necessity and proportionality must be inferred from an international

¹¹ For a good overview of the Just War doctrine and how Self-defense was considered a "just cause" within *Ius ad Bellum* see Walzer (2006) and Bellamy (2006).



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

custom and practice since they are nowhere to be found in article 51 or other conventions.

Still, even if we deny Quigley's (2013) point and agree that there was an "inherent" right of self-defense prior to the Charter (and that it remains alive today), we have yet to prove that that right allowed an anticipatory or preemptive strike against an imminent threat, albeit there are at least some incidents which seem to very explicitly acknowledge such a right and which have clearly exercised an enormous global influence.

The most famous of these is known as the "Caroline incident". In 1837 a diplomatic dispute between the United States and the United Kingdom became famous. British troops attacked Canadian rebels and torched a boat named *Caroline* in US territorial waters (Dinstein, 2011, pp. 197-198). In a diplomatic protest, then US Secretary of State Daniel Webster (1842) wrote to British diplomat Alexander Baring, 1st Baron Ashburton, that for self-defense to be legitimate, the British had to demonstrate:

"...a necessity of self-defense, instant, overwhelming, leaving no choice of means, and no moment for deliberation (...) [and involving] nothing unreasonable or excessive. (...) Since the act, justified by the necessity of self-defense, must be limited by that necessity, and kept clearly within it".
(Webster, 1842)

Some authors like Schmitt (2002, 529-530) argued that "over time, this standard, and its implicit criteria, has become universally accepted as the keystone in the law of self-defense".

Yet some authors are extremely critical of any reference to Caroline. Professor Yoram Dinstein said:



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

"Reliance on that incident on the context of anticipatory self-defense is misplaced" (...) "There was nothing anticipatory about the British action against *Caroline* steamboat on the US soil, inasmuch as use of the *Caroline* for transporting men and material across the Niagara River – in support of an anti-British rebellion in Canada – had already been in progress". (Dinstein, 2011, pp. 187-198)

Professor Jordan Paust (2010, pp. 242-245) makes the same point that the hostilities were already taking place due to prior incidents and so this would hardly be considered an "anticipatory" action.

One could still argue that it is beyond the point of whether or not reference to the *Caroline* incident is actually misplaced from an historical perspective. That would certainly be an unfortunate thing for many scholars but it doesn't necessarily weaken the argument that the reference to *Caroline* incident is not aimed at the incident itself but to the end result of it.

In other words, when states or scholars appeal to the *Caroline* incident they do so on the assumption that they are appealing to international custom and to the language adopted by Daniel Webster, which described almost perfectly, the criteria needed to have a lawful preemptive self-defense military action, if ever one could be found.

Nonetheless, Professor Ruys would still deny this argument for he is not convinced that there is any evidence to support that the customary law since the approval of the Charter ever endorsed such a right. He believes that:

"The 'episodic reference' to the 1837 *Caroline* incident is considered anachronistic and misguided. Indeed, instead of relying on customary practice from the decades immediately preceding the UN Charter, the



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

'expansionists' invoke a precedent, which dates from an age where States were essentially free to resort to war against one another and lacking a legal regime of Self-defense" (Ruys 2013, p. 258).

Professor Lubell, on the other hand, would definitely disagree with Professor Ruys:

"Coupled with the fact that the Caroline formula is also still today seen as a legitimizing a limited form of anticipatory self-defense, it would be hard to argue that the Caroline formula is not prove that there exists a limited possibility of anticipatory self-defense against non-state actors" (Lubell, 2011, p. 59).

Professor Byers (2003, p. 180), in turn, would disagree with both. Firstly he would say to Professor Ruys that: "Until the adoption of the Charter in 1945, these criteria were widely accepted as delimiting a narrow right of preemptive self-defense in customary international law" (Byers, 2003, p. 180). Then he would say to Professor Lubell that "Today, the argument can only succeed if Article 51 of the Charter is ignored, re-read or viewed as having been modified by subsequent state practice—though the practice, as noted in the preceding paragraph, would seem to cut the other way" (Byers, 2003, p. 180).

Still, even allowing that a *prima facie* case may be made for both a customary right of self-defense in the era preceding the Pact of Paris, and that this included the use of preemptive force, at least in some narrowly defined circumstances, it may still be the case that the framers of the Kellogg-Briand Pact and even more importantly the UN Charter shut the door on this right, as we saw before with the reference to the Conference of San Francisco.



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

This leaves us with the second assumption of Judge Higgins claim that this "Anticipatory right of self-defense" somehow remained untouched by the Charter.

If not all at least a part of Judge Higgins assumption was supported by the 1986 ruling of the International Court of Justice during the famous Nicaragua case. It is worth quoting the paragraph 176 of that decision:

"The Court observes that the United Nations Charter (...) by no means covers the whole area of the regulation of the use of force in international relations. (...) The Court therefore finds that Article 51 of the Charter is only meaningful on the basis that there is a "natural" or "inherent" right of self-defense, and it is hard to see how this can be other than of a customary nature, even if its present content has been confirmed and influenced by the Charter. Moreover, the Charter, having itself recognized the existence of this right, does not go on to regulate directly all aspects of its content". (ICJ , 1986, parag. 176)

Professor Greenwood agrees with the Court and concludes that "the customary law status of the right of self-defense and the close relationship between the customary principle and the provisions of Article 51 have been confirmed by the International Court and are not a matter of controversy" (Greenwood, 2003, p. 12).

One could still argue that this doesn't mean there was an "anticipatory right of self-defense" and even that the words of paragraph 176 "even if its present content has been confirmed and influenced by the Charter" might mean that at least a part of this right might have been affected by article 51. Professor Hans Kelsen (1950, p. 792), for instance, certainly believed so since he wrote about article 51, while teaching at the University of California, Berkeley, that: "the Charter extends this right in one respect and limits it in the other". He would even disagree with the Courts since he thought



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

that "The effect of article 51 would not change if the term 'inherent' were dropped" (Kelsen, 1950, p. 792).

Even though an argument by a Professor with such an authority and respect among his peers should not be easily cast aside the truth is that almost 50 years later another Court decision by the ICJ would seem to go even further and even more explicit than the Nicaragua decision touching directly on the issue of "Anticipatory self-defense".

In 1996, on its *Advisory Opinion on the Legality of the Use of Nuclear Weapons in Armed Conflict*, specifically on paragraph 105 (2) E: "The Court cannot conclude definitely whether the threat or use of nuclear weapons would be lawful or unlawful in an extreme circumstance of self-defense, in which the very survival of a State would be at stake" (in Franck, 2009, p. 98). This immediately led scholars to conclude like Professor Thomas Franck that:

"Despite its ambiguity, the Court appears to have recognized the exceptional nature and logic of a state's claim to use means necessary to ensure its self-preservation. The same reasoning can lead to the logical deduction that no law - and certainly not Article 51 - should be interpreted to compel the *reduction ad absurdum* that states must await first, perhaps decisive, military strike before using force to protect themselves". (Franck, 2009, p. 50)

Of course Professor Franck was aware that this *reduction ad absurdum* argument can go both ways since there would be a true risk that the prohibition of article 2 (4) would be eroded if any country would suddenly be allowed to use force unilaterally whenever it felt the survival of a State would be at stake.



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Most importantly though is the fact that it wasn't the first time that Courts indirectly seemed to tolerate a certain level of "Anticipatory" use of force. In truth, they first appeared on key post-WWII jurisprudence as Professor Michael Doyle (2008, p. 15) from Columbia University described, "Indeed, these criteria were applied by the Nuremberg Tribunal to deny Hitler's claim to justifiable preemption in attacking Norway in 1940 and by the Tokyo Tribunal to justify the Netherlands' preemptive declaration of war against Japan in 1941." Professor Gazzini explains the importance of this, clarifying that:

"Advocates of anticipatory self-defense argue that the Nuremberg International Military Tribunal indirectly admitted the lawfulness of such a use of force by rejecting on the factual evidence – and not in principle – the claim that Germany had been forced to invade Norway in order to forestall an imminent Allied landing". (Gazzini, 2005, p. 149)

If we accept that some degree of "Anticipatory" use of force can be lawful according to article 51 (and the interpretation of the right of self-defense) one cannot but ask whether this "anticipatory" action is "preemptive" or "preventive" in nature? The last group of scholars believe it is the later.

Prevention

The third school's perspective on the right of self-defense construes it as encompassing a right to take preventive action to remove threats before they pose immediate danger.

On September 17, 2002 the US government published *The National Security Strategy*, which laid the base to the famous "Bush doctrine", epitome of the third



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

school of thought on preventive strikes. We will quote three paragraphs of this document that will be essential for our analysis of the topic.

1) "For centuries, international law recognized that nations need not suffer an attack before they can lawfully take action to defend themselves against forces that present an imminent danger of attack. Legal scholars and international jurists often conditioned the legitimacy of preemption on the existence of an imminent threat—most often a visible mobilization of armies, navies, and air forces preparing to attack" (National Security Strategy, 2002).

2) "We must adapt the concept of imminent threat to the capabilities and objectives of today's adversaries. Rogue states and terrorists do not seek to attack us using conventional means" (National Security Strategy, 2002).

3) "The United States has long maintained the option of preemptive actions to counter a sufficient threat to our national security. The greater the threat, the greater is the risk of inaction—and the more compelling the case for taking anticipatory action to defend ourselves, even if uncertainty remains as to the time and place of the enemy's attack. To forestall or prevent such hostile acts by our adversaries, the United States will, if necessary, act preemptively" (National Security Strategy, 2002).

As we can see, proponents of this school believe that you don't need an "armed attack to occur" nor even an "imminent threat of attack" before you can act in Self-defense, just "a threat" is needed. If it is true that the first school of thought is firmly



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

anchored in the expression "if an armed attack occurs" and the second one on the words "inherent" and "imminence", the third one should definitely be associated with the word "prevention."

This claim could sound odd since it is clear that the expression endorsed by the NSS is the term "preemption" and not "prevention", as we argue. Furthermore, if we look closely at paragraph one, we notice that there is even a reference to the term "imminent" which might lead one to think this is just no different from the authors of the second school we mentioned before.

However, this is definitely not the case. It is worth reading Professor Henry Shue, from the Merton College at Oxford University, on this issue as he explains that:

"...determining what counts as an imminent attack is a difficult (...) but if there was ever any doubt that when the Bush White House says "preemption," it does not mean preemption, but means instead preventive war, the doubt was settled during the President's appearance on NBC's (...) when he said: "I believe it is essential - I believe it is essential - that when we see a threat, we deal with those threats before they become imminent" (Shue, 2005, p. 16).

This isn't the only questionable assumption the NSS document makes. As we have seen before throughout the discussion around the word "inherent" and the existence of an international customary law right of anticipatory self-defense was hardly accepted "For centuries". Even if it were the case, this document would be a radical departure from the more common and nonetheless very controversial nature of the "imminent" criteria within Webster's formula and that is probably the reason why countries like



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Spain and Germany (just to mention two) denounced the document (Reisman and Armstrong, 2006).

Arguments against "Preventive" use of force

It is worth noting that the document itself does not present legal arguments to substantiate what it claims, with no mentioning whatsoever of article 51 or even to the Caroline incident for that matter, even though it indirectly appeals to customary right of self-defense.

On the other hand if this theory prevails it completely destroys the link between first-use of force and unjust aggression which is basically how the Charter tried to prevent the recourse to war by modern states as it is abundantly clear on this quote by the UN High Panel on Threats, Challenges and Change warned in its 2004 report: "[I]n a world full of perceived potential threats, the risk to the global order and the norm of non-intervention on which it continues to be based is simply too great for the legality of unilateral preventive action, as distinct from collectively endorsed action, to be accepted" (in Svarc , 2007, p. 223).

In addition it is hard to imagine President Bush arguing that all countries should interpret the concept of self-defense as he proposed for the United States Everything points out to another case of "American exceptionalism", except this precise theory was endorsed in past by the worst possible regimes, such as Nazi Germany, when they invaded the Soviet Union during the Second World War (Maggs, 2006, pp. 479-480).

For those who might believe this argument to be somehow overdramatic, we have to keep in mind that both North Korea and Iran later claimed for themselves this same right (Reisman and Armstrong, 2006, pp. 548-549). Additionally, we ought not forget about all the highly unstable regions of the world from the Indian subcontinent to the



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Middle East subject to periodical saber rattling's between countries with nuclear capability that could use this theory to strike first.

Finally, Professor Shue makes a somehow original but excellent point by arguing that "The policy of preventive war makes an heroic assumption: reliable intelligence. One can precisely and firmly designate the predatory governments in time for preventive attack only if one can obtain reliable intelligence in time" (Shue, 2005, pp. 12-13). If nothing else the war on Iraq should stand as a warning.

Half-truths

Nonetheless there are some half-truths on those NSS's paragraphs. For instance, when in the third paragraph that we quoted from NSS's document one can read that "The United States has long maintained the option of preemptive actions."

It is true that some scholars would agree with this claim. Professor Greenwood, for example, argues that since the Caroline incident until now the "United Kingdom and the United States have consistently maintained that the right of self-defense also applies when an armed attack has not yet taken place but is imminent" (Greenwood, 2003, p. 12) lending some force to part of this NSS's claim.

On the other hand, we should not forget Governor Strassen's words in San Francisco, in 1945, that so clearly stated the objective of avoiding the possibility of an "Anticipatory" concept of Self-defense by the insertion of the caveat "if an armed attack occurs" in art. 51 of the Charter. Unfortunately, this only proves that the United States, as probably any other country's occasional claims in favor of an anticipatory action in self-defense, is probably more political motivated than legally sound.

Either way the question then becomes, what should be understood by the term "imminent"?



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Professor Schmitt (2003, p. 533) seems to believe that the term used as in the "Webster formula", "appears to impose a fairly restrictive test in which the defensive force can only be used just as the attack is about to be launched". On the other hand, as Professor Ronzitti (2006, p. 345) says "if it is understood in a broad way, even a simple or future threat becomes an imminent attack".

On this issue, it still seems to be a clear distinction between a restrictive and a broad interpretation of what should be understood as "imminent" and that draws the line between the second and the third school of thought on preventive strikes in self-defense. For the former, an imminent attack is considered to be an ongoing attack, an attack so imminent, so near completion that the window to repel it would not leave any margin to wait and search for another alternative. Imminence is seen at the light of "necessity" and "proportionality" and fits perfectly on Webster's formula.

On the other hand, for "preventive" supporters some threats are so dangerous that as soon as they emerge, they became imminent. The only way to repel the attack is to prevent it... This reasoning eventually will lead to the strongest argument of this school. They argue that the law (at least customary law) didn't stand idly still since the nineteenth century or since 1946 for that matter, it adapted itself to new realities. The global terrorism issue and the evolution to increasingly more frequent asymmetric warfare scenarios make it very hard for states to defend themselves within a restrictive interpretation of self-defense. In other words, and Schmitt summarizes eloquently by saying:

"Ultimately, law must be construed in the context in which it is to be applied if it is to remain relevant; and in the twenty-first century security environment, insistence on a passé restrictive application of international



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

legal principles to strategies of preemption would quickly impel States at risk to ignore them". (Schmitt, 2002, p. 546)

Furthermore, Schmitt is definitely not alone in his "realist" perspective, Professor Lucas (2013, p. 65) for example concluded a recent article with the following sentence "That considerable and formidable task, however, will only be undertaken once we have recognized that the case for preventive war is morally legitimate, and legally and politically incumbent" and we are sure Professor David Luban (2010, p. 171) from Georgetown University would agree.

Moreover, Professor Trachtenberg (2010)¹², on a very interesting article about how the Preventive use of force was actually always part of American Foreign Policy¹³ tradition, claimed that when push comes to shove, any country, with its own survival at stake, will do whatever is necessary to prevail.¹⁴ Proponents of this theory usually argue that some countries like Israel firmly stand by the US and the UK on this issue since they had in the past to act pre-emptively if not preventively as in the case of the Six Day War.

¹² He is not alone, Professor Nathanson (2013, p. 145) recently argued "the Bush administration embrace of preventive war did not radically depart from past United States policy."

¹³ For an interesting overview of some historical examples from other countries, see the article by All Souls College Professor Hew Strachan at Oxford University, Strachan, H. "Preemption and Prevention in Historical Perspective." Essay. In *Preemption – Military Action and Moral Justification*, pp. 23–39. New York: Oxford University Press, 2010.

¹⁴ On page 30 he gives the following example, "No one got upset about the British attack on the French fleet at Mers-el-K'ebir in July 1940. The British were afraid the fleet would fall into German hands, and acted, even though they were not at war with France and even though they could not know with any certainty what would happen if they took no action. But no one got upset, because people understood why it was so important for Britain to take no chances in this matter" (Trachtenberg 2010, p. 30). On the other hand one could argue that "realist" perspective sometimes leads to tragedy, if for nothing else the decision to strike at Pearl Harbor will always be a reminder to Japan of the costs of a preventive war.



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

We cannot deny that even though the "Bush doctrine", expressed in the NSS's quotes mentioned earlier, gathered a great deal of opposition, there are still a great number of scholars that admit the use of preventive force under certain circumstances, if not from a legal perspective, at least from an ethical / political one. Professor Chris Brown from the London School of Economics, for example, wrote recently:

"To argue that the first use of force is never morally justifiable rules out both humanitarian actions and preventive actions; to make this the central moral prescription is, in effect, to decide that the current state of the world is sufficiently just such that any attempt to change it by force would be unacceptable – this is, I think, a contestable proposition" (Brown, 2013, p. 33).

That said we have to keep in mind that this is still a very controversial issue. It is worth keeping in mind Professor Tom Ruys conclusion on this issue:

"Put briefly, international lawyers agree virtually unanimously that preventive self-defense patently lacks any basis in international law: it is diametrically opposed to the Charter framework on the use of force and is not supported by any shred of customary evidence in the post-1945 era" (Ruys, 2013, p. 324).

Furthermore he is not alone in his opinion, Professor Lubell, for instance, likewise argued that "there is not, however, any substantial support for the claim that international law has now stretched the boundaries of self-defense so as to allow for preemptive action against anything other than an imminent attack which cannot be prevented without recourse to force" (Lubell, 2011, p. 63).



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Conclusion

Self-defense is not a new legal concept. It pre-dates the UN Charter and it pre-dates the Caroline incident. It is customary law and its part of any legal and ethical system known to man whether domestic or international. As a concept however it must be something determinable.

More than 100 years ago, Daniel Webster chose to frame the right of self-defense in international law in a way that resisted the passage of time. His words were reasonable then and they seem reasonable now.

We believe that most scholars would agree¹⁵ that in theory an action in self-defense whether in domestic law or under international customary law is bound to be somehow "anticipatory" in nature, in the sense that its purpose is not only to react to an ongoing attack, but also to an "imminent" one. This claim might be accepted even by the most positivists scholars, such as Professor Hans Kelsen. After all that is why he argues (as we mentioned earlier) that article 51 actually limits the right of self-defense by requiring among other things that an armed attack has to occur first.

What seems to be open to debate is whether or not this "anticipatory" nature of the right of self-defense actually made it into the post-Charter international law and if so in what terms. We believe that it has in the form of a "Preemptive" and not "Preventive" right of self-defense.

¹⁵ Professor Bowett (2009, p. 189) for instance wrote "The right [to self-defense] has, under traditional law, always been 'anticipatory', that is to say its exercise was valid against imminent as well as actual attacks or dangers".



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

In other words we join the rank of the proponents of the second school such as Judge Higgins, amongst others¹⁶, that believe that an "imminent attack" triggers the right of self-defense. This, as long as there is: "necessity of self-defense, instant, overwhelming, leaving no choice of means, and no moment for deliberation (...) [and involving] nothing unreasonable or excessive (...) justified by the necessity of self-defense, must be limited by that necessity, and kept clearly within it" (Webster, 1842) according to the "Caroline" or "Webster" formula.

In the end, Self-defense if given its true traditional meaning, is a very limited concept. Arguably it became a "just cause" under Just War theory as a means to avoid even more "unjust causes". The purpose was not to find an excuse to justify war but to exclude the most unjustifiable ones.

However, what happened to the *Lex talionis* for some reason didn't happen to self-defense as a "just cause". No one questions that Talion's law was a huge leap forward for mankind and a historic mark in the evolution of the most basic legal systems. Nowadays however, most people will agree that an eye-for-an-eye is something slightly less than, if not completely, barbaric. That law had to evolve and so should have the concept of self-defense from "just cause" to just a "right".

In other words, what similarly happened, we argue, is that Self-defense became the excuse, the justification to wage complete war under certain criteria. This is in turn a misconception of a purely defensive right. To be true to its meaning, a defensive right requires an unjust aggression and the means to stop it. Nothing more, nothing less. In that sense "prevention" is not part of self-defense¹⁷ and probably the most fortunate

¹⁶ Professor Greenwood (2003, p. 15) list Professor Franck, Waldock and Bowett, and ICJ Judges, Fitzmaurice and Schwebel as belonging to this group which we think is a fair claim.

¹⁷ Professor Buchanan (2010, p. 127) would probably disagree with us, he wrote "As Jeff McMahan has pointed out, there is a straightforward sense in which all self-defense action is
Gaudium Sciendi, Nº 20, Junho 2021



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

concept would not be the term "preemptive", subject to much misinterpretation, but "interceptive".

If "Preventive" self-defense were to exist, one could easily imagine a situation where two countries could both argue to act in self-defense, though one of them acted preventively. Any law student knows that self-defense of self-defense is a contradiction in terms and so it should remain.

It is true though that if the Charter system would actually be abided by all countries, any use of force would probably be eliminated since none could lawfully use force first. However utopian systems failed short in the past and article 51 is our best contingency plan against those who break the rules. This unfair, problematic and flawed system yet managed some results keeping a certain level of "peace and security" in the last 50 years which is more than it can be said for the previous one where any state could unilaterally use force at will. If for no other reason it helps to keep some pressure against warmongering leaders, now that technology has removed many of the constraints of public opinion by allowing for a faceless war fought mainly with drones from the security of a control room, almost like in a video game.

Yale Professor, John Gaddis, wrote in a book on how 9/11 impacted the US perspective on the use of preventive force, "by expending 19 lives and a few hundred thousand dollars, the attackers managed to kill some 3,000 people, to inflict as much as a hundred billion dollars' worth of property damage, and to refine the nature of our times" (Gaddis, 2005, p. 72). Of course those costs he mentioned are a very conservative estimative from the year 2004 and they don't even measure the

preventive". Due to the scope of this paper we cannot discuss this in detail but our main disagreement is with the word "Preventive" used by those Professors instead of the word "Preemptive".



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

consequences for non-Americans including Iraqi and Afghanistan civilians. That said, we may not agree with but we cannot ignore the true temptation to use "Preventive" force, that US drone pilots face each time they watch 19 or less armed man in the deserts of ISIS / Daesh controlled territory.

For this reason, states must trust that to abide with Charter rules won't compromise their own survival, their own peace, their own security. The only way to assure that, is to reasonably empower those states to lawfully use force "preemptively" but only under very restrictive circumstances such as facing "imminent" attacks under the "Caroline" formula. To restrict beyond reason, to require a state to let an armed attack occur first, is to invite him to disrespect the rules and unleash all its force with¹⁸ only the useless restraints of an ignored law.

There will always be those willing to abuse and extend the concept of self-defense by far more aggressive means, but it seems clear to us that the solution is not to manipulate the same concept in the opposite direction but to stand by what it should truly mean.

BIBLIOGRAPHY

- Bellamy, Alex J. *Just Wars: From Cicero to Iraq*. Oxford: Polity Press, 2006.
- Bowett, Dereck W. *Self-Defense in International Law*. Clark: The Lawbook Exchange, 2009.
- Brown, Chris. "'After Caroline': NSS 2002, Practical Judgement, and the Politics and Ethics of Preemption." Essay. In *The Ethics of Preventive War*, edited by Deen K. Chatterjee, pp. 27–45. New York: Cambridge University Press, 2013.

¹⁸ For a specific discussion of how recent state practice seems to sustain this thesis, please see Plaw, Avery and João Franco Reis. "The Contemporary Practice of Self-Defense: Evolving Toward the Use of Pre-emptive or Preventive Force?" Chapter. In *Preventive Force: Drones, Targeted Killing, and the Transformation of Contemporary Warfare*, pp. 228–256. New York: New York University Press, 2016.



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

- Brownlie, Ian. *International Law and the Use of Force by States*. Oxford: Clarendon Press, 2013.
- Buchanan, Allen. "Justifying Preventive War." Essay. In *Preemption – Military Action and Moral Justification*, pp. 42-126. New York: Oxford University Press, 2010.
- Byers, Michael. "Preemptive Self-Defense: Hegemony, Equality and Strategies of Legal Change." *Journal of Political Philosophy* 11, no. 2 (2003): pp. 90-171.
- Chatterjee, Deen K. *The Ethics of Preventive War*. Cambridge, Cambridge University Press: New York, 2013.
- Clausewitz, Carl V. "Clausewitz and the State: (Selections from Clausewitz, On War)." Essay. In *On War*, 1st ed. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- Dickens, Charles. *A Tale of Two Cities*. 1st ed (1859). London: Wordsworth Classics, 1999.
- Dinstein, Yoram. *War, Aggression and Self-Defense*. New York: Cambridge University Press, 2011.
- Doyle, Michael W. *Striking First - Preemption and Prevention in International Conflict*. Oxford: Princeton University Press, 2008.
- Dunlap, Charles J. "Anticipatory Self-Defense and the Israeli-Iranian Crisis: Some Remarks." *ILSA J. Int'l & Comp. L.* 19, no. 2 (2012): pp. 319-334.
- Franck, Thomas M. *Recourse to Force: State Action against Threats and Armed Attacks*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- Gaddis, John Lewis. *Surprise, Security, and the American Experience*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005.
- Gazzini, Tarcisio. *The Changing Rules on the Use of Force in International Law*. Manchester: Manchester University Press, 2005.
- Greenwood, Christopher. "International Law and the Pre-Emptive Use of Force: Afghanistan, Al-Qaida, and Iraq." *San Diego International Law Journal* 4 (2013): pp. 7–37.
- Higgins, Rosalyn. *Problems and Process: International Law and How to Use It*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- Higgins, Rosalyn. "The Attitude of Western States Towards Legal Aspects of the Use of Force ." Essay. In *The Current Legal Regulation of the Use of Force* 10, pp. 10-442. Martinus Nijhoff Publishers, 1986.
- International Court of Justice (ICJ). *Case Concerning Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America)*, 1986.
- Kelsen, Hans. *The Law of the United Nations*. London: Stevens & Sons, 1950.
- Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons (Request by the United Nations General Assembly for an Advisory Opinion) (International Court of Justice (ICJ) 1996).



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

- Luban, David. "Preventive War and Human Rights." Essay. In *Preemption – Military Action and Moral Justification*, pp. 171–201. New York: Oxford University Press, 2010.
- Lubell, Noam. *Extraterritorial Use of Force against Non-State Actors*. New York: Oxford University Press, 2011.
- Lucas, George Jr. "The Case for Preventive War." Essay. In *The Ethics of Preventive War*, pp. 46–62. New York: Cambridge University Press, 2013.
- MacDougal, Myres Smith, and Florentino P. Feliciano. *Law and Minimum World Public Order: the Legal Regulation of International Coercion*. New Haven: Yale University Press, 1961.
- Maggs, Gregory G. "How the United States Might Justify a Preemptive Strike on a Rogue Nation's Nuclear Weapon Development Facilities Under the U.N. Charter." *Syracuse Law Review* 57 (2007): pp. 96-465.
- Moir, Lindsay. *Reappraising the Resort to Force: International Law, Jus Ad Bellum and the War on Terror*. Oxford: Hart Publishing, 2011.
- Murphy, Sean D. "The Doctrine of Preemptive Self-Defense." *GWU Law School Public Law Research* 50, (2005): pp. 699-748.
- Nathanson, Stephen. "Are Preventive Wars Always Wrong?" Essay. In *The Ethics of Preventive War*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- National Security Strategy. 2002,
<https://georgewbushwhitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/>
- Neff, Stephen C. *War and the Law of Nations*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- Paust, Jordan J. "Self-Defense Targeting's of Non-State Actors and Permissibility of U.S. Use of Drones in Pakistan." *Journal of Transnational Law & Policy*, 2, no. 19 (2010): pp. 237-280.
- Plaw, Avery and João Franco Reis. "The Contemporary Practice of Self-Defense: Evolving Toward the Use of Preemptive or Preventive Force?" Chapter. In *Preventive Force: Drones, Targeted Killing, and the Transformation of Contemporary Warfare*, pp. 228–256. New York: New York University Press, 2016.
- Quigley, John. *The Six-Day War and Israeli Self-Defense: Questioning the Legal Basis for Preventive War*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- Reisman, W. Michael and Andrea Armstrong. "The Past and Future of the Claim of Preemptive Self-Defense." *American Journal of International Law* 100, no. 3 (2006): pp. 525-550.
- Ronzitti, Natalino. "The Expanding Law of Self-Defense." *Journal of Conflict and Security Law* 11, no. 3 (2006): pp. 343-558.



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

- Ruys, Tom. *'Armed Attack' and Article 51 of the UN Charter Evolutions in Customary Law and Practice*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- Schmitt, Michael N. "Preemptive Strategies in International Law." *Mich. J. Int'l*, no. 24 (2002-3): pp. 513-548.
- Schwebel, Stephen M. "International Court of Justice (ICJ) Case Concerning Military and Paramilitary Activities In and Against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America). Dissenting Opinion of Judge Schwebel", 1986.
- Shaw, Michael. *International Law*. New York: Cambridge University Press, 7th Edition, 2013.
- Shue, Henry, and David Rodin. *Preemption: Military Action and Moral Justification*. New York: Oxford University Press, 2010.
- Shue, Henry. "Preemption, Prevention, and Predation: Why the Bush Strategy Is Dangerous." *Philosophic Exchange* 35 (2005): pp. 5–17.
- Stratchan, Hew. "Preemption and Prevention in Historical Perspective." Essay. In *Preemption – Military Action and Moral Justification*, pp. 23–39. New York: Oxford University Press, 2010.
- Svarc, Dominika. "Anticipatory and Preventative Force Under International Law." *Peace Review* 19, no. 2 (2007): pp. 25-217.
- Trachtenberg, Marc. "Preventive War and US Foreign Policy." Essay. In *Preemption – Military Action and Moral Justification*, pp. 40–59. New York: Oxford University Press, 2010.
- United Nations Charter. 1945, <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text>
- Walzer, Michael. *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations*. 4th ed. New York: Basic Books, 2006.
- Webster, Daniel. Letter to Lord Ashburton. "Letter to Lord Ashburton Written from Washington on the 27th of July 1842." *Avalon Law Yale Edu*, July 27, 1842. http://avalon.law.yale.edu/19th_century/br-1842d.asp.

NOTA BIOGRÁFICA

João Franco Reis nasceu em Lisboa em 1988. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa em 2010. Fez parte do Programa IMPACT na Universidade de Massachusetts Dartmouth em 2011 e foi Visiting Student em St. Anthony's College na Universidade de Oxford em 2012. Em 2013, terminou a parte curricular do Doutorado em Ciência Política no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e, em 2014, iniciou o Doutorado em Direito na Universidade



THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN INTERNATIONAL LAW

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504

Nova de Lisboa. A investigação que faz nas áreas do Direito dos Conflictos Armados e da Ética da Guerra tem sido publicada e defendida em congressos internacionais como a International Studies Association (ISA) Annual Meeting (2014), em Toronto, na American Political Studies Association (APSA) Annual Meeting (2015), em São Francisco, ou na International Studies Association (ISA) North East Conference, em Providence (2017), e publicada com outros autores pelo Journal of Military Ethics ou pela New York University Press.

ABSTRACT

This paper examines the legal discussion within international law regarding the use of "preventive" force with an eye to its more innovative and controversial dimensions, and analyses its likely impacts on the law regulating the use of force and its underlying norms. We will show the evolution of the academic debate, especially within the scope of application of article 51 of the U. N. Charter and argue that it seems reasonable to empower states to lawfully use force "pre-emptively" but only under very restrictive circumstances, such as facing "imminent" attacks under the "Caroline" formula. The so called "Bush doctrine" and the "preventive" use of force against a "non-imminent" threat, seem to remain outside of the legal scope.

KEYWORDS: Preventive force, Self-defense, Preemption, Caroline, Article 51



***THE "PREVENTIVE USE OF FORCE" DEBATE WITHIN
INTERNATIONAL LAW***

João Franco Reis

Orcid: 0000-0002-2962-504



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

**Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE**

Vivemos com o tempo; em tudo o que fazemos o tempo está presente. E contudo... O que sabemos acerca dele? De que forma o podemos expor? Ninguém melhor do que Santo Agostinho expressou a dificuldade de trazer o tempo à consciência para o poder explicar. São suas as palavras:

"Que é, pois, o tempo? Quem o poderá explicar facilmente e com brevidade? Quem poderá apreendê-lo, mesmo com o pensamento, para proferir uma palavra acerca dele? Que realidade mais familiar e conhecida do que o tempo evocamos na nossa conversação? E quando falamos dele, sem dúvida compreendemos, e também compreendemos quando ouvimos alguém falar dele. O que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, sei o que é; mas se quero explicá-lo a quem me pergunta, não sei (...)". (Santo Agostinho 2001, p. 299)

Estas interrogações exprimem o grande enigma que é o tempo, o qual remete para a nossa familiaridade com ele, mas ainda para a sua ocultação enquanto assunto que pretendemos explicitar. O tempo é efectivamente nosso familiar e talvez seja até o mais próximo. Ele está como que "agarrado" a nós, presente em tudo o que fazemos: quando recordamos ou antecipamos, quando (ainda que raramente) valorizamos o presente, mas ainda sempre que, mesmo não recorrendo às dimensões do tempo para as nossas viagens de pensamento, o tempo passa de forma inexorável. Por isso, ele nos é tão familiar. O homem é um ser-no-mundo e, enquanto tal, é inevitavelmente um ser-no-tempo. Mas talvez seja mesmo esta familiaridade com o tempo que não nos permite criar a distância adequada para o poder explicar. É como se quando pretendemos trazer o próprio tempo à consciência para dizer o que ele é, ele mesmo se oculte evidenciando o nosso atrevimento.



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

**Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE**

O intuito deste artigo não poderia ser, portanto, explicar o tempo, mas pensar sobre algumas das nossas múltiplas vivências do tempo para lá daquilo que podemos designar como "tempo objectivo". Este será o verdadeiro tempo – aquele que acompanha toda a mudança e cuja objectividade, em rigor, pode apenas ser compreendida como pura passagem. As próprias categorias do passado, presente e futuro são apenas formas de o homem "arrumar" esta mudança ou passagem do tempo, podendo por isso ser compreendidas como Inter-subjectivas porque todos nós reconhecemos o seu significado. Contudo, em rigor e em termos objectivos, o tempo não corresponde ao passado, presente e futuro, mas apenas a um fluxo que procuramos enquadrar através de tais dimensões do tempo.

Ora, por detrás deste fluxo existe como que um submundo extremamente rico e complexo, correspondendo às diversas formas como sentimos, vivemos e entendemos o tempo. Podemos nomear este submundo como "tempo subjectivo", isto é, o tempo sentido, vivido e compreendido por cada um de nós.

Num texto intitulado "O Intervalo entre o Passado e o Futuro", Hannah Arendt oferece-nos uma imagem particular do tempo que subjectivamente vivemos enquanto pensamos. Trata-se de uma imagem curiosa porque rompe com a ideia de que as três dimensões do tempo são sempre vividas por nós de forma contínua. Segundo a autora, o modo contínuo de conceber o tempo deve-se à espacialidade que configura a nossa vivência do quotidiano e que traduzimos na própria continuidade temporal dos calendários e dos relógios pelos quais marcamos a passagem do tempo. Por isso, Hannah Arendt afirma que "[é] devido a esta completa espacialidade da nossa vida habitual que podemos plausivelmente falar do tempo em categorias espaciais, que o passado pode aparecer-nos como algo que está "atrás" de nós e o futuro como estando "adiante" ". (Arendt, 1978, pp. 205-206)



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

**Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE**

Ora, segundo a autora, quando pensamos podemos dar-nos conta de que o passado, o presente e o futuro não são por nós vividos como sucedendo-se, mas que, pelo contrário, o presente é o momento em que as outras forças temporais se confrontam. Hannah Arendt desenvolve esta ideia a partir de um fragmento de Kafka:

"Ele tem dois adversários: o primeiro empurra-o de trás, desde o início; o segundo veda-lhe o caminho para a frente. Ele luta com os dois. Na realidade, o primeiro apoia-o na luta contra o segundo, pois quer empurrá-lo para a frente; do mesmo modo, o segundo apoia-o na luta contra o primeiro porque o impele para trás. Mas apenas teoricamente isto se passa assim. Porquanto não estão ali apenas os dois adversários, mas também ele próprio, e quem conhece verdadeiramente as suas intenções? Em todo o caso, o seu sonho é que por uma vez, num momento em que não está a ser vigiado – para tal seria, no entanto, necessária uma noite tão escura como nenhuma outra – ele salte da frente de combate e, devido à sua experiência de combatente, seja elevado a árbitro do combate entre os dois adversários, que lutam um contra o outro". (Kafka, 1989, p. 222. Arendt, 1978, p. 202)

No aforismo de Kafka surge um "ele" que tem dois oponentes entre si e aos quais o próprio "ele" dá luta. Cada um dos oponentes ajuda o "ele" na sua luta com o outro. Na interpretação de Hannah Arendt, estas forças são as do passado e do futuro. O passado, com a segurança que representa, ajuda o "ele" na luta esperçada contra a incerteza contida no futuro. Em sentido inverso, o medo diante da incerteza do futuro auxilia o "ele" na sua luta contra o passado, conduzindo-o a permanecer na certeza desta dimensão do tempo. E é assim que o "ele" passa a sua vida: recordando o passado, antecipando o futuro e vivendo fugazmente um presente que não se detém. Considerando a primeira parte do aforismo de Kafka,



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

**Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE**

poderíamos ser tentados a identificar este "ele" com qualquer um de nós. Hannah Arendt, numa passagem específica deste texto, parece permitir esta interpretação:

"O homem vive neste intermédio, e aquilo a que ele chama o presente é uma luta de toda uma vida contra o peso morto do passado, empurrando-o para a frente com esperança, e o medo de um futuro (cuja única certeza é a morte), empurrando-o para trás para «a quietude do passado» com a nostalgia e a recordação da única realidade de que pode estar certo". (Arendt, 1978, p. 205)

Certamente, todos nós concebemos a nossa vida como estando temporalmente situada num presente ténue que dificilmente ganha densidade porque passamos o tempo a viver no passado e no futuro, através dos preciosos recursos da memória e da antecipação. No entanto, Hannah Arendt alerta-nos para o facto de o "ele" de Kafka não ser qualquer homem, ou pelo menos não o ser em qualquer situação. Isto deve-se com certeza à segunda parte do aforismo, quando Kafka nos fala do sonho do "ele". Este sonho - que na verdade, como admite o próprio autor, é impossível de concretizar - é sair da luta entre as duas forças para, de fora, a poder contemplar. Trata-se do sonho metafísico de sair da intranquilidade do tempo, para poder pensar sobre o tempo e o mundo que nele se enquadra. Ora, este "ele", enquanto encerrado na luta entre o passado e o futuro é qualquer homem, mas quando se apercebe da intranquilidade desta situação e deseja sair dela para poder pensar sobre o mundo, assume-se como um "eu pensante". Só quando pensamos nos podemos dar conta de que toda a nossa vida é passada num presente intranquilo e que somos constantemente interpelados pelo passado e pelo futuro. Nas palavras de Hannah Arendt:



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE

"É apenas porque «ele» pensa, e, portanto, já não é arrastado pela continuidade da vida quotidiana num mundo de aparências, que o passado e o futuro se manifestam a si próprios como puras entidades, de tal forma que "ele" pode tornar-se consciente de um já-não que o empurra para diante e um ainda-não que o conduz para trás". (Arendt, 1978, p. 206)

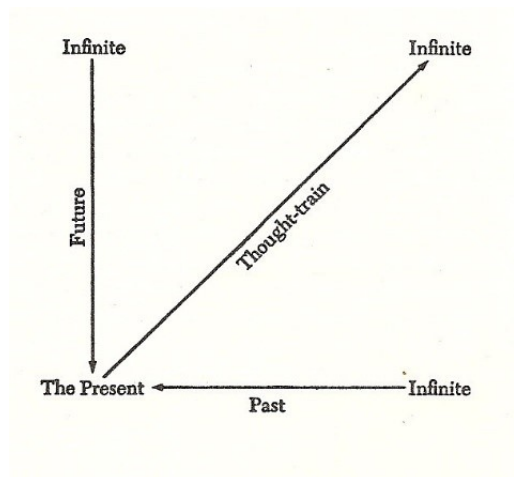
Se é só nesta condição de "eus pensantes" que nos tornamos conscientes da luta entre as forças do tempo, a nós dirigidas, a verdade é que é só enquanto tal que podemos desejar sair desta situação intranquila para poder pensar. Ora, é este desejo que se torna problemático para Hannah Arendt e é por isso que o sonho representado no aforismo de Kafka não é inteiramente subscrito pela autora. Arendt reconhece que no centro da luta entre o passado e o futuro está qualquer um de nós e também admite que a tomada de consciência desta condição existencial em que vive o homem conduz o eu pensante ao desejo de suspender a sua situação de juguete entre as forças do tempo para justamente poder pensar. Todos compreendemos como o centro de um combate não é a circunstância ideal para assumir a tranquilidade adequada ao exercício do pensar. Contudo, para Hannah Arendt, o pensamento é inseparável do mundo e, portanto, do tempo. O mesmo será dizer que todo o pensar é situado e que, em nome da sua pertinência, deve circunscrever-se à dimensão factual do mundo. Nesse sentido, o sonho de Kafka, além de impossível, dado que só a morte verdadeiramente o permitiria ("uma noite tão escura como nenhuma outra"), é ainda indesejável, pois o eu pensante de Arendt não quer verdadeiramente sair do mundo. É por isso que a autora propõe um desenho que, situando o homem no centro do campo de batalha, não representa o eu pensante fora do mundo e do tempo, mas, pelo contrário, neles bem enquadrado:



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE



(Arendt, 1978, p. 208)

Neste desenho, o passado e o futuro continuam a chegar ao presente, agora claramente partindo de um princípio infinito, porque, como afirma Hannah Arendt, aquelas dimensões do tempo não têm um "começo conhecido". (Arendt, 1978, p. 209). Esta imagem tem ainda a vantagem de representar o futuro como vertical, porque esta dimensão, ao contrário do passado, não se encontra estabelecida. Mas a linha diagonal é a razão de ser deste desenho. É nela que o eu pensante se situa quando parte nas suas viagens pelo pensamento. Esta linha representa, não uma saída do tempo, mas por assim dizer uma suspensão que o eu pensante realiza relativamente à intranquilidade que sente no lugar de onde na realidade não sai, até porque isso não lhe é permitido: o presente. Esta é uma linha que ainda se situa no presente, mas que permite ao eu pensante suspender a intranquilidade de que é vítima no vértice do ângulo formado pelo passado e pelo futuro e partir, rumo à atividade infinita, porque justamente não pode ter fim, do pensar. Por isso, Hannah Arendt afirma:



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

**Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE**

"Neste intervalo entre o passado e o futuro, encontramos o nosso lugar no tempo quando pensamos, isto é, quando estamos suficientemente afastados do passado e do futuro para confiarmos em descobrir o seu sentido, para assumirmos a posição de (...) árbitro e juiz sobre os múltiplos e intermináveis assuntos da existência humana no mundo, nunca chegando a uma solução final para os seus enigmas mas preparados com respostas sempre novas à questão sobre o que tudo isto possa ser". (Arendt, 1978, pp. 209-210)

Este desenho pode, portanto, representar o tempo do eu pensante - um "presente intemporal" - enquanto ele descobre a dimensão temporal intranquila da sua vida quotidiana e, por isso, deseja suspendê-la em nome da própria tranquilidade do pensamento. (Arendt, 1978, p. 210). Há, contudo, outras vivências do tempo que este desenho não consegue representar, nomeadamente no que diz respeito ao tempo da vida de cada um de nós e ao tempo do mundo onde essa vida se inscreve. Enquanto "eus pensantes", situados na tranquilidade da linha diagonal, podemos perguntar: será que a direção temporal com que vemos a nossa vida, inseridos num tempo que nos precede e que, por princípio, a nós sobreviverá, coincide com a direção temporal com que concebemos o mundo em que nós próprios vivemos? Por outras palavras, será que o tempo do mundo tem o mesmo sentido que o tempo da nossa vida?

Procurando mergulhar um pouco mais no submundo do tempo subjetivo, pensemos em primeiro lugar sobre o tempo do mundo. Ultrapassando os limites temporais estabelecidos pelo nascimento e pela morte de cada homem, este tempo parece nascer num futuro que nos chega ao presente e que se sedimenta no passado. Se assim o entendermos, a direção do tempo do mundo surge do futuro para o passado. Esta dimensão é, afinal, a única que tem densidade porque possui conteúdos. A partir dela, estudamos e ensinamos a História do mundo. O futuro, por contraponto, nada contém e o presente corresponde ao tempo fugaz que, para



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE

verdadeiramente se *apresentar*, tem de se tornar passado. Este é, portanto, o tempo que guarda os vários presentes fugazes e os futuros que, quando chegam ao passado, como que se autodestroem porque na realidade deixam de ser futuro. A legitimidade desta imagem da direção do tempo do mundo pode ser obviamente questionada - como qualquer vivência do tempo, ela é, como já foi referido, meramente subjetiva. No entanto, é importante considerar que ela se justifica pela imensidão do passado do mundo e pelo facto de este continuar a ganhar densidade quando o futuro chega ao presente e, de seguida, se autodestrói no momento em que se acrescenta, enquanto passado, ao passado do próprio mundo.

Ora, admitindo este sentido do tempo do mundo, é como se este tempo viesse contra o nosso, isto é, o tempo de cada homem. Porque todos nascemos num mundo que já existe e, portanto, surgimos no interior de um tempo, andamos ao contrário da direção do tempo do mundo. Pelo facto de nascermos, nós mesmos não possuímos um passado. Assim sendo, vamos construindo esse passado à medida que vivemos o presente e que caminhamos em direção ao futuro. Esta parece ser a direção do tempo de cada homem: à medida que vive, deixa o passado para trás e caminha em direção ao futuro. Esta bidireccionalidade do tempo do mundo e do nosso próprio tempo permite que o homem se encontre com o mundo no presente. Contudo, as outras duas dimensões do tempo do mundo também são nossas porque justamente somos seres-no-mundo. Assim, desde que nascemos no mundo e que vamos caminhando para o futuro, passamos a integrar o seu passado. Do mesmo modo, a partir do momento inicial da nossa vida, encontramos o futuro do mundo, que nos interpela e que, por isso, é igualmente o nosso.

Esta bidireccionalidade ajuda-nos a compreender que o tempo da nossa vida, muito embora integrado no tempo do mundo, não decorre no mesmo sentido deste último. Enquanto estamos vivos, assumimo-nos como uma força em direção ao que



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE

ainda não existe, o qual, à medida da nossa passagem, se vai tornando concreto. Por isso, o nosso rumo nunca será o passado, mas o futuro. Permanecer preso ao passado, vivendo apenas de memórias, significaria estagnar e, de certa forma, morrer um pouco diante do pulsar do futuro do mundo, que nos interpela, e do pulsar do nosso próprio futuro, para o qual a força da nossa vida nos impulsiona.

Neste plano, já não somos o eu pensante de Hannah Arendt a olhar para o mundo, que necessariamente se insere no tempo, e a tomar consciência da necessidade da nossa linha diagonal, esse presente sem tempo que o eu pensante cria para si mesmo. Ainda na linha diagonal, porque estamos a pensar, fazemo-lo dirigindo o nosso olhar para o contraste direcional do tempo do mundo e do tempo da nossa própria vida. E é assim que descobrimos uma bidireccionalidade e um presente que nada mais é do que o ponto de encontro entre o nosso tempo e o do mundo. Como dois passeantes que vagueiam em sentido contrário, o homem encontra-se com o mundo nessa esquina fugaz do presente, ignorando, na maior parte das vezes, que o outro transeunte vem do futuro, do mesmo lugar para onde caminhamos, e dirige-se a um passado, integrando-nos nele, mas que vamos sempre abandonando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS:

Santo Agostinho. *Confissões*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

Arendt, Hannah. *The Life of the Mind*. New York: Harcourt Brace & Company, 1978.

Kafka, Franz. *Beschreibung Eines Kampfes. Novellen, Skizzen, Aphorismen aus dem Nachlaß*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1989.



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

**Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE**

NOTA BIOGRÁFICA

Margarida Gomes Amaral é doutorada em Filosofia, na especialidade de Filosofia Contemporânea, com uma tese sobre Hannah Arendt (Universidade de Lisboa, 2011). É professora auxiliar convidada na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e membro da Sociedade Científica desta mesma Universidade. É também membro pleno do grupo de investigação "Praxis – filosofia prática" no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

ABSTRACT

This article aims to reflect on time, in particular on some of our temporal experiences. Considering the flow that constitutes what we can designate as "objective time", we frame it inter-subjectively through the categories of the past, present and future, but we feel it, live it and understand it subjectively. It is on this last dimension that this article focuses. Based on a reflection by Hannah Arendt on the time of the "thinking ego", we will try to frame the time of our life and the time of the world where we live. Hannah Arendt refers to a non-sequential image of the past and the future, which suggests that all men are situated in an uneasy present, between two forces that correspond to those temporal categories. Effectively, we spend our lives remembering and anticipating, supported respectively by the fear of the future and the security of the past. This existential condition prevents us from *being present*, that is, from establishing a present for ourselves, which is fundamental to the tranquility required by the exercise of thought. Thus, according to Hannah Arendt, when we think we are inevitably located in the present, and



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

**Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE**

therefore between the past and the future, but we endow it with a specific timelessness that corresponds to the suspension of our activities in the world in order to be able to think. Now, from that privileged position, we can dare to discover other subjective experiences of the time, namely, the bi-directionality inherent in the contrast between the time of our life and the time of the world in which we are allowed to live. These times intersect in the present, but they assume a quite different direction: the world settles in the past, while we are moving towards a future that constantly challenges us.

KEYWORDS: Time, Thinking Ego, Hannah Arendt.



VIVÊNCIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Margarida Amaral

**Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Ciência Vitae: 1512-A129-56AE**



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica
Sociedade Científica
ORCID Nº 0000-0002-7703-0289

O título deste artigo deriva do facto inegável de que o ensino de línguas contribui e facilita a interculturalidade¹. Um dos meus objectivos é, por isso, demonstrar que o estudo da interculturalidade e de Línguas contribui para que aqueles que se dedicam à investigação nesse âmbito avancem no conhecimento e na compreensão da teoria, na investigação e na prática na área das relações interculturais, visando assim reduzir conflitos e promover a cooperação intergrupai.

O avanço nesse domínio do saber irá também proporcionar-lhes conhecimentos avançados sobre a natureza e a origem de estereótipos e da discriminação, com um foco particular nas expressões contemporâneas de formas não normativas de preconceito.

Com o mundo a tornar-se rapidamente numa aldeia global – devido ao transporte aéreo, à *Internet* e a outros avanços na tecnologia, que quebram as barreiras - o movimento e intercâmbio entre as diferentes regiões nunca foi tão fácil. Consequentemente, avançar na área dos Estudos Interculturais e da Língua é, indubitavelmente, uma das melhores soluções para compreender as diferenças entre as diversas comunidades em todo o mundo e para lidar com as várias desigualdades em prol do bem comum da humanidade.



A área de Estudos Interculturais é definida como uma análise de várias culturas tendo como objectivo avançar no conhecimento sobre os diferentes povos e as suas características. A ênfase é colocada sobre as culturas que têm mais influência nas relações interculturais e que são mais susceptíveis de afectar as ligações internacionais. O

¹ O tema deste artigo foi por mim apresentado numa Aula Inaugural que leccionei na Universidade Estadual de Goiás, no Brasil, em 12 de Maio de 2021.



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Sociedade Científica

ORCID Nº 0000-0002-7703-0289

conhecimento em Relações Interculturais funciona como uma eficaz adaptação transcultural e as interações diádicas eficientes e apropriadas devem ter resultados efectivos, que venham a desenvolver uma competência interactiva.

A fim de avançarem no conhecimento da referida área de estudo os investigadores terão de se debruçar sobre a definição de vários conceitos, sobre os quais há uma imensa bibliografia. Entre eles, destaca-se, obviamente, o conceito de Cultura, sobre o qual foram escritos inúmeros livros e, por isso, apenas faremos aqui uma breve abordagem. De uma forma muito resumida, pode dizer-se que cultura é tudo o que nos seres humanos vai além dos aspectos biológicos. Modos de sentir, pensar e agir assim como crenças e valores (estéticos, éticos, religiosos, políticos) fazem parte da Cultura. A distância a que estamos dos outros, a forma como vivemos e até como comemos, são comportamentos que resultam de sermos seres "biológicos" e também "culturais".

Quanto à definição do conceito de Interculturalidade, refere-se à interacção entre culturas de uma forma recíproca, favorecendo o seu convívio e integração assente numa relação baseada no respeito pela diversidade. Define, igualmente, um movimento que tem como ponto de partida o apreço pelas outras culturas, superando as falhas de relativismo cultural, ao defender o encontro, em pé de igualdade, entre todas elas. Falo de relativismo do ponto de vista epistemológico, que afirma a relatividade do conhecimento humano e a incognoscibilidade do absoluto e da verdade, em relação a factores aleatórios e/ou subjectivos (tais como interesses, contextos históricos etc.) inerentes ao processo cognitivo.

Segundo os investigadores franceses, a noção de interculturalidade resulta, no essencial, das experiências pedagógicas feitas em França, desde 1980, para facilitar a integração social e escolar dos filhos das comunidades de imigrantes. Essas experiências tinham como objectivo fomentar um reconhecimento e, depois, um diálogo e um enriquecimento mútuo das culturas envolvidas. Procurava-se ultrapassar os estereótipos, que estavam ligados à visão dos outros como estrangeiros, considerados como povos sem uma cultura digna desse nome ou, pelo contrário, os particularismos culturais e raciais demasiado óbvios. Com efeito, a cultura nacional francesa não reconhece a cultura dos guetos, ou de assimilação, porque, na verdade, é a identidade política e jurídica, em termos de cidadania (ou de não-cidadania), que funciona como instrumento de identificação.



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica
Sociedade Científica
ORCID Nº 0000-0002-7703-0289



Porém, apesar do que os Franceses dizem, a valorização ideológica (embora muitas vezes formal e muito classificadora) das culturas "étnicas" nos Estados Unidos (como os Negros, os Europeus, os Hispânicos e, agora, os Asiáticos) deu origem a uma antropologia cultural, que não tem equivalente em França.

Actualmente, as distinções entre intercultural, multicultural e pluralismo cultural, as confusões entre culturas contextuais e cultura de origem e as concepções integracionistas de aculturação são o objectivo de inúmeras investigações em Ciências Humanas e Sociais, que parecem ainda não saber dar à noção de Cultura todo o conteúdo operacional e inovador que ela parece ser a única a poder assumir.

Relativamente à diferença entre multiculturalidade e interculturalidade, pode afirmar-se que o aspecto multicultural do mundo é uma característica que se torna evidente quando se misturam vários povos de diferentes culturas. Porém, um mundo multicultural não é necessariamente intercultural. Devemos partir do princípio de que cada cultura tem um determinado valor, que não supera o de outra, mas que as duas se entrecruzam e complementam. Para começar a viver de modo intercultural, cada povo tem, antes de mais, de conhecer a sua própria cultura, história e língua, através da sua experiência pessoal, pois isso contribuirá para conhecer também as outras culturas.

A interculturalidade implica uma troca entre membros de diferentes culturas, línguas e nações de que resultará o bem comum, como já referi. É uma actividade que tem de ser vivida todos os dias. Leva-nos a sair de nós próprios e do nosso egoísmo para irmos em direcção a outrem, que está à nossa espera. É também um acolhimento mútuo e um respeito por esse outro, pela sua cultura, língua, comportamento e hábitos, a fim de se atingir um objectivo global. Requer paciência, tolerância, capacidade de perdoar, compreensão e aceitação de si próprio e dos outros.

A interculturalidade requer abertura de espírito, quebra dos limites, sair de nós próprios e ir ao encontro dos "outros". É uma jornada de diálogo, troca, escuta mútua,



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Sociedade Científica

ORCID Nº 0000-0002-7703-0289

descoberta e partilha. É uma experiência que nos ajuda a ficarmos abertos para o mundo, a procurarmos outros horizontes, a termos uma visão diferente das culturas. Deixa de se ser o mesmo, sai-se da ignorância e abraça-se uma nova realidade que nos leva a ter um projecto colectivo. Esta dimensão da interculturalidade convida-nos a dizer "Nós" em vez de "Eu" e, ao fazê-lo, procuramos e encontramos aquilo que é o Bem Comum.

Quando se vive com outros povos, surgem desafios, tais como o medo de se perder a sua própria cultura, a dificuldade de se abrir e de aprender a língua do outro. Porém, também há vantagens, tais como: o facto de a abertura à interculturalidade demonstrar a nossa força para vivermos juntos e estarmos interessados na outra cultura.

Através do conhecimento obtido na área da Interculturalidade, os estudantes e investigadores devem aprender a lidar melhor com a alteridade e com a sua individualidade, a comunicar interculturalmente, a exercer uma cidadania intercultural e a trabalhar de uma forma organizada, sistematizada, coerente e cooperativa a competência intercultural e linguística, rentabilizando as suas experiências pessoais no que respeita ao contacto com outras línguas e culturas, preparando-se assim para o futuro.

Por outro lado, os desafios actuais da Didáctica de Línguas, e os modelos de competência comunicativa intercultural na educação remetem-nos para o conceito de comunicador intercultural e para a perspectivação de uma consciência cultural crítica na relação estabelecida com o Outro.

Ainda no âmbito da definição de conceitos, podemos considerar a noção de multiculturalismo (ou pluralismo cultural), que é um termo que descreve a existência de muitas culturas numa localidade, cidade ou país, sem que uma delas predomine, estando, porém, separadas geograficamente e até do ponto de vista de convívio, naquilo que se convencionou chamar "mosaico cultural". O Canadá e a Austrália são exemplos de multiculturalismo; porém, alguns países europeus advogam discretamente a adopção de uma política multiculturalista.

Em contraponto ao Multiculturalismo, podemos constatar a existência de outras políticas culturais, como, por exemplo, o monoculturalismo vigente em muitos países do mundo e ligado intimamente ao nacionalismo, e que pretende a assimilação dos imigrantes e da sua cultura nos países de acolhimento. O *Melting Pot*, como se diz em Inglês, existe nos Estados Unidos e no Brasil, onde as diversas culturas estão misturadas e amalgamadas sem a intervenção do Estado. O multiculturalismo implica reivindicações e conquistas das chamadas minorias (negros, índios, mulheres, homossexuais, entre outras). A doutrina multiculturalista dá ênfase à ideia de que as culturas minoritárias são discriminadas, sendo vistas como movimentos particulares, mas elas devem merecer



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Sociedade Científica

ORCID Nº 0000-0002-7703-0289

reconhecimento público. Para se consolidarem, essas culturas singulares devem ser amparadas e protegidas pela lei. O multiculturalismo opõe-se ao que considera ser uma forma de etnocentrismo (visão de mundo da sociedade branca, que se considera mais importante do que as outras).



A política multiculturalista visa resistir à homogeneidade cultural, principalmente quando esta homogeneidade é considerada a única e legítima, submetendo outras culturas a particularismos e dependência. Sociedades pluriculturais coexistiram em todas as épocas, e hoje, estima-se que apenas 10 a 15% dos países sejam etnicamente homogêneos. Contudo, a diversidade cultural e étnica é, muitas vezes, vista como uma ameaça para a identidade da nação.

A competência em Relações interculturais funciona como uma eficaz adaptação transcultural e as interações diádicas competentes e apropriadas nesta área devem ter resultados efectivos. Deve desenvolver-se uma competência interactiva e procurar ter resultados relacionais positivos e eficientes nas relações interculturais.

O interculturalismo implica também desenvolver a competência Intercultural no Ensino e dar apoio cultural às minorias. Trata-se, portanto, de uma tendência integradora, que respeita a igualdade de oportunidades e o pluralismo e enriquecimento mútuo, assim como os direitos individuais e colectivos das minorias, considerando que há dualidade cultural entre o país de origem e país de adopção. Os interculturalistas não só aceitam todas as culturas, como as colocam em pé de igualdade e fomentam a abertura cultural e a implementação do diálogo intercultural. Um pouco por todo o mundo, verifica-se uma



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Sociedade Científica

ORCID Nº 0000-0002-7703-0289

crecente consciencialização da existência de um fosso entre a realidade das relações interculturais em contexto local e as políticas de educação intercultural postas em prática pelos governos, instituições e sociedade civil.

Este hiato relaciona-se, especialmente, com as necessidades e a relevância da educação intercultural, assim como com a forma como estas são traduzidas em experiências de aprendizagem intercultural na prática diária. Geralmente, podem ser identificadas duas abordagens principais ao interculturalismo por parte dos Estados. A primeira supõe que conhecer outras culturas levará a uma melhor compreensão e coexistência pacífica; a segunda aceita essa suposição, mas argumenta que ela não é suficiente, e que as desigualdades estruturais das diversas culturas precisam de ser analisadas e discutidas.

O interculturalismo, entre outros, propõe-se promover os seguintes objectivos:

- Compreender a natureza pluralista da nossa sociedade e do nosso mundo;
- Promover o diálogo entre as culturas;
- Apreender a complexidade e riqueza das relações entre diferentes colectividades, tanto no plano individual como no comunitário;
- Colaborar na busca de respostas aos problemas mundiais que se colocam nos âmbitos sociais, económicos, políticos e ecológicos. Dado que não se pode considerar que alguma cultura tenha atingido o seu total desenvolvimento, o diálogo entre os povos de diferentes civilizações é o meio de possibilitar o enriquecimento recíproco de todas elas. O interculturalismo propõe, assim, que se aprenda a conviver num mundo pluralista e se respeite e defenda a humanidade no seu conjunto.

Juntamente com o conceito de educação intercultural, a noção de diálogo intercultural emergiu como uma ideia que envolve processos associados à coexistência, e à comunicação, entre diferentes povos, respeitando tanto a necessidade de coesão social como o respeito pela diversidade de identidades e de pluralidades, existentes em todas as sociedades. Fazer parte de um grupo e de um contexto social afectam as atitudes, as crenças e os comportamentos em relação às pessoas consideradas como diferentes.

Devemos, por isso, ter em conta a perspectiva dos alvos de preconceito e as consequências de ser membro de um grupo desfavorecido. Etnia, género e idade, serão exemplos que demonstram como os estereótipos e os preconceitos têm consequências para o desempenho escolar, a interacção social, o bem-estar, as aspirações profissionais, etc.



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Sociedade Científica

ORCID Nº 0000-0002-7703-0289

Em alternativa, ao considerarmos a relação entre educação intercultural e cidadania, verificamos que o conceito de cidadania sempre esteve fortemente ligado à noção de direitos, especialmente, aos direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direcção dos negócios públicos do Estado, participando, de modo directo ou indirecto, na formação do governo e na sua administração, seja ao votar (directo), seja ao concorrer a cargos públicos (indirecto).

No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de Direito, pressupõe a contrapartida de deveres, uma vez que, numa colectividade, os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade. Ao considerarmos o tema da Educação Intercultural e Cidadania, temos de ter em conta que, nas escolas, as classes são, hoje, constituídas por crianças nascidas fora do país de acolhimento ou, se lá nascidas, podem ser filhas de pais, que são imigrantes e estrangeiros. Considerando o caso de Portugal, o princípio básico da nacionalidade portuguesa é o *jus sanguinis*, ou seja, é cidadão português o indivíduo filho de pai português ou mãe portuguesa. O direito de sangue configura-se na norma principal da atribuição da nacionalidade e os seus efeitos são retroactivos à data de nascimento do indivíduo, que solicita o *status civitatis* de Português.

O indivíduo, cujos pais sejam nacionais portugueses nascidos em Portugal, é considerado Português desde que o seu nascimento seja inscrito numa Conservatória do Registo Civil antes de atingir a maioridade. Se os pais forem nacionais portugueses nascidos no estrangeiro, o indivíduo, para ser reconhecido como Português, deve provar que um dos pais era cidadão português à data do seu nascimento e que o vínculo paterno, ou materno, foi estabelecido na menoridade e declarar que quer ser Português, através da inscrição do seu nascimento no Registo Civil de Portugal. Se o requerente for menor de idade, a prova e o trâmite ficam a cargo de quem possua o poder paternal.

Além do princípio da ascendência, a atribuição da nacionalidade é aplicável a indivíduos nascidos no território português, filhos de pais estrangeiros e que residam em Portugal, há pelo menos seis anos, ou desde que o menor conclua em Portugal o 1.º ciclo do ensino básico. Esta condição não se aplica caso os pais da criança se encontrem em Portugal a serviço de um país estrangeiro.

A atribuição também pode ser solicitada pelos apátridas que tenham nascido no território português e comprovem que não possuem a nacionalidade dos seus pais. Em muitos países, segue-se o *Jus Soli*, pelo qual uma nacionalidade pode ser reconhecida a um indivíduo de acordo com seu lugar de nascimento. O *Jus Soli* é seguido, por exemplo, pelo Brasil.



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Sociedade Científica

ORCID Nº 0000-0002-7703-0289

O principal inimigo do princípio da Interculturalidade é o racismo. Qualquer tipo de discriminação ou tratamento desigual, ou injusto, dado a uma pessoa ou grupo, com base em preconceitos de alguma ordem, nomeadamente religioso ou étnico, pode e deve ser combatido pelo sistema educativo dos países, lutando assim contra a ideia que afirma a superioridade de um grupo racial sobre os outros, preconizando, particularmente, a separação destes dentro de um país (segregação racial) ou mesmo visando o extermínio de uma minoria (como aconteceu, por exemplo, com o racismo anti-semita dos Nazis) e esta é a atitude mais susceptível de crítica pelo Interculturalismo.

De uma perspectiva intercultural, devemos ter respeito pelas diferenças culturais e lutar para que haja uma integração harmoniosa de todos os que vivem no nosso país, providenciando para que usem a língua e conheçam os seus valores históricos e culturais. Em síntese, deve ter-se o objectivo de que todos somos "diferentes mas iguais". Tal como prescrito pelo Conselho de Europa: *All human beings are universally equal and specifically different. Universal equality and specific differences must be respected.* Isto é, todos temos direito a uma nacionalidade, a igualdade com dignidade e a liberdades sem qualquer distinção, devendo lutar contra a discriminação e a intolerância.

Outro conceito a ter em conta é o colonialismo, que Homi K. Bhabha, na sua obra *The Location of Culture* (1994), analisa assim como o tema do pós-colonialismo, que se baseia na interpretação e compreensão dos encontros entre os países colonizadores ocidentais e os povos que eles colonizaram em todo o mundo. Para Bhabha, a questão põe-se em relação à identidade, tal como era expressa nas ideias que os poderes colonizadores tinham de si próprios. Na interpretação deste autor, aquilo que primeiro parecia ser um conjunto coerente de ideias em que se baseava o colonialismo rapidamente se desmorona e revela ser um amontoado complexo de perspectivas em mudança.

Na actualidade, também há conflitos de origem racial na Europa, devido a migrações intraeuropeias e à livre circulação dos trabalhadores, que se debatem com a falta de tolerância dos governos e da opinião pública e de apoio cultural às minorias, embora comece já igualmente a notar-se uma tendência integradora. Levantam-se, por isso, questões relativamente a direitos individuais e colectivos das minorias e a dualidade cultural entre o país de origem e o país de adopção.



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica
Sociedade Científica
ORCID Nº 0000-0002-7703-0289



Ao considerarmos o segundo tópico mencionado no título deste texto, vemos que desde o tempo dos Gregos e dos Romanos que se aprenderam línguas, como Árabe, Grego e Latim. Porém - embora naquela época fosse mais importante saber usar uma espada do que aprender línguas - aprendiam-nas devido ao facto de que pretendiam ocupar as terras e mover-se em novos locais e queriam entrar em contacto com os seus ocupantes e culturas.

A crescente mobilidade humana, o esbatimento de fronteiras, as novas exigências do mercado de trabalho internacional e a possibilidade real de comunicação global têm vindo a configurar uma nova perspectiva da aprendizagem em geral, e de línguas em particular. Actualmente, começam-se a analisar os estudos de língua e as suas interfaces com a interculturalidade. O aumento do fluxo migratório para os nossos países veio amplificar a diversidade linguística e cultural presente nas salas de aula, como referi.

Requer-se, por isso, interação e competência comunicativa intercultural na formação dos todos os cidadãos assim como consciência da importância dos valores de identidade, respeito, solidariedade, cooperação e humanidade e das atitudes de escuta e diálogo.

Os nossos jovens alunos vêm-se cada vez mais confrontados com a necessidade de comunicarem com o Outro, e ainda de se compreenderem a si mesmos e aos outros, que com eles convivem. Desafio ao qual se junta a necessidade, cada vez mais proeminente, de terem de se preparar para enfrentar um mundo global, sem grandes fronteiras geográficas e exigente ao nível profissional, pelo que se devem perspectivar não só como cidadãos do seu país, mas também do mundo, ou seja, cidadãos internacionais e interculturais.



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Sociedade Científica

ORCID Nº 0000-0002-7703-0289

Os próprios docentes, independentemente da área leccionada, têm de se consciencializarem da indispensabilidade do desenvolvimento da competência comunicativa e intercultural e têm de se reconstruírem a eles próprios como professores, comunicadores e cidadãos interculturais. Torna-se essencial compreender que o ensino caminha no sentido de uma melhor apreensão e reflexão crítica acerca dos problemas culturais e da alteridade, ao mesmo tempo que apela ao desenvolvimento da competência comunicativa intercultural.



No século XXI, tanto professores como alunos precisam de saber identificar e distinguir os conceitos de: atitudes, valores, crenças e comportamentos, e de caracterizar e desmontar estereótipos culturais. Necessitam, ainda, de, assumir um ponto de vista humanista, pedagógica e cientificamente competente, de se servirem de formas e meios diversos de comunicação para anular preconceitos, recorrendo a estratégias educativas variadas e a metodologias que sirvam o conhecimento do Eu e do Outro.

A aprendizagem de línguas estrangeiras revela-se indispensável perante a globalização e a concorrência internacional, que exigem, cada vez mais, um conhecimento maior sobre as diferenças culturais, sendo que a competência comunicativa intercultural é imprescindível para quem deseja ter sucesso no mercado mundial. Daí que os docentes devam encarar o ensino de línguas como prioritário e essencial na promoção da aproximação de diferentes perspectivas do mundo e do pensamento, e na formação de um jovem adulto apto para se lançar no mercado internacional de trabalho.



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Sociedade Científica

ORCID Nº 0000-0002-7703-0289

Podemos, por isso, concluir que a aposta em programas concretos de ações de formação contínua para docentes na área da interculturalidade é fundamental na reconstrução da identidade dos nossos cidadãos do mundo.

Assim como que se deve considerar importante também, sobretudo, pensar o que se é e o que se quer ser, as relações com os outros, e o mundo em mutação tão acelerada, onde se aprende a aumentar a capacidade de empreender e de inovar em novos contextos, onde se pode reconstruir, a cada passo da vida, a dignidade humana numa textura social e solidária.

Consequentemente, e tendo em conta o mercado de trabalho e a comunicação, cada vez mais globais, e a realidade multicultural, que convive diariamente connosco no espaço escolar, uma das áreas que emerge na sociedade contemporânea, e em que se torna importante investir, é, sem dúvida, a da interculturalidade e comunicação.

Reflectindo, de novo, sobre o título que escolhi para este artigo, penso que se justifica o realce ao ensino de línguas no âmbito da interculturalidade porque os professores de línguas estrangeiras são mediadores culturais que comunicam na diferença, a fim de facilitarem a integração na comunidade de acolhimento. Trata-se, portanto, de aprender com a diversidade e com a relação com o Outro e de educar para a diversidade linguística e cultural, preparando assim os indivíduos e a sociedade para as realidades do século XXI.

Concluo com duas citações, uma de Jacques Delors, o grande defensor da ideia da Comunidade Europeia, que afirmava:

"Devemos cultivar, como utopia orientadora, o propósito de encaminhar o mundo para uma maior compreensão mútua, mais sentido de responsabilidade e mais solidariedade na aceitação das nossas diferenças espirituais e culturais. A educação, permitindo o acesso de todos ao conhecimento, tem um papel bem concreto a desempenhar no cumprimento desta tarefa universal: ajudar a compreender o mundo e o outro, a fim de melhor se compreender."

A segunda é de Nelson Mandela (1918 –2013), o político e filantropo sul-africano que lutou contra o *apartheid* e recebeu o Prémio Nobel da Paz.



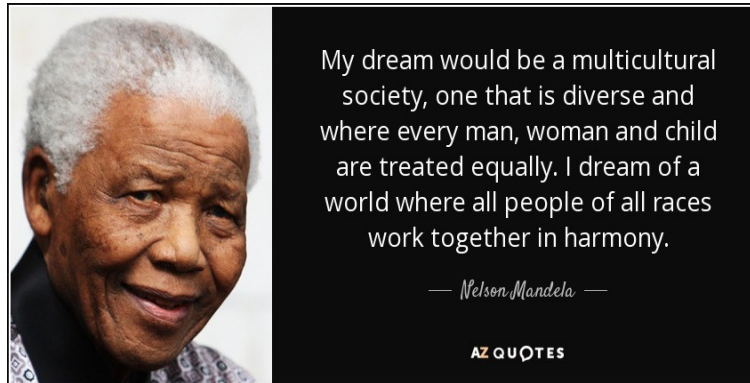
INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Sociedade Científica

ORCID Nº 0000-0002-7703-0289



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABDALLAH-PRETCEILLE, Martine; PORCHER, Louis - *Éducation et Communication Interculturelle*, Paris: Presses Universitaires de France, 2^a1996.

AFONSO, Clarisse - *Competência Intercultural: Conteúdos Culturais na Aquisição da Língua Estrangeira e sua Integração Didáctica*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2002.

ALMEIDA, Sílvia - *Multiculturalismo*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2006.

BARROCAS, Ana Paula B. de Gouveia - *Desenvolvimento da Competência Comunicativa Intercultural no Ensino Secundário através do Texto Literário em inglês*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

BAUMGRATZ-GAUGL, Gisela - *Compétence Transculturelle et Échanges Éducatifs*, Paris: Hachette, 1993.

BHABHA, Homi K., *The Location of Culture*, London: Routledge, 1994.

BERRY, J. Ward & David Sam (Eds.), *The Cambridge Handbook of Acculturation Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2^a2016.

BIZARRO, Rosa [org.], *Como Abordar...a Escola e a Diversidade Cultural: Multiculturalismo, Interculturalismo e Educação*, Porto: Areal Editores, 2006.

-----, *Ensinar e Aprender Língua e Culturas Estrangeiras hoje: Que Perspectivas?* Maia: Areal Editores, 2006.

BYRAM, Michael, *Teaching and Assessing Intercultural Communicative Competence*, Clevedon: Multilingual Matters, 1997.

DEARDORFF, Darla, *The Sage Handbook of Intercultural Competence*, Los Angeles, London, Nova Delhi, Singapore, Washington DC: Sage Publications, 2009.

DELORS, Jacques, *Learning: The Treasure Within; Report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty-first Century*, 1996.

FLEMING, M., *Education for Intercultural Citizenship. Concepts and Comparisons*, Toronto, Multilingual Matters, Ltd, 2006.



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Sociedade Científica

ORCID Nº 0000-0002-7703-0289

MANDELA, Nelson, *Long Walk to Freedom*, Volume I: 1918–1962. Little, Brown and Company, 1994.

PIRES, Maria Laura Bettencourt, *Teorias da Cultura*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011.

SANTOS, M.; CARVALHO, A. (Dir.). *Interação Cultural e Aprendizagem*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

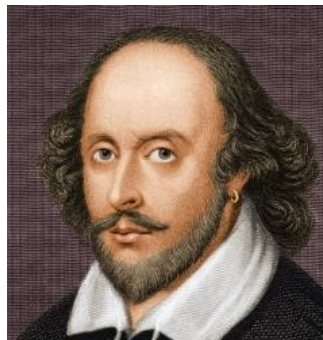
TING-TOOMEY, S. & Chung, L. C., *Understanding Intercultural Communication*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, *Das Migrações às Interculturalidades*, Lisboa: Edições Afrontamento, 2015.

V. BENET-MARTÍNEZ & Y-y Hong (Eds.), *Oxford Handbook of Multicultural Identity*, Oxford: Oxford University Press, 2014.

Love all, trust a few, do wrong to none

William Shakespeare (1564-1616)



NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA

Maria Laura Bettencourt Pires é Professora Catedrática de Estudos Ingleses e Americanos, Investigadora Sénior do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Directora da revista *Gaudium Sciendi* da Sociedade Científica da Universidade Católica, Presidente da Direcção de "Fulbrighters Portugal" e membro do Conselho Consultivo do Projecto Europeu "Educating for Global Peace". Entre as suas actividades académicas, destacam-se: a docência e a coordenação (Mestrado, Doutoramento e Pós-Graduação; Secção das Ciências Sociais da Sociedade Científica e Projectos de Investigação). Ensinou e coordenou projectos de investigação também na Universidade Nova de Lisboa (Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas) e na Universidade Aberta (Centro de Estudos Americanos do Instituto de Estudos Pós-Graduados).



INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE LÍNGUAS

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Sociedade Científica

ORCID Nº 0000-0002-7703-0289

Nos EUA, foi "Gulbenkian Fellow", "John Carter Brown/National Endowment for the Humanities Research Fellow"; "Fulbright Scholar" e "Visiting Researcher" e ensinou nas Universidades de Georgetown e Fairfield. Organizou colóquios internacionais, proferiu conferências e publicou como editora: *Programa Fulbright - Volume Comemorativo* (2019), *As Humanidades e as Ciências—Dois Modos de Ver o Mundo* (2013); *Intellectual Topographies and the Making of Citizenship* (2011); *Nova Iorque-De Topos a Utopos* (2009) e *Landscapes of Memory* (2004) e como autora: *Intelectuais Públicas Portuguesas - As Musas Inquietantes* (2010), *Ensino Superior: Da Ruptura à Inovação* (2007), *Teorias da Cultura* (³2011, ²2006, ¹2004), *Ensaio-Notas e Reflexões* (2000), *Sociedade e Cultura Norte Americanas* (1996), *William Beckford e Portugal* (1987), *História da Literatura Infantil Portuguesa* (1982), *Portugal Visto pelos Ingleses* (1980), *Walter Scott e o Romantismo Português* (1979), além de vários editoriais, prefácios e artigos em *Festchriften*, revistas, jornais e enciclopédias. Como coordenadora e tradutora, publicou *Portugal Visto pelos Ingleses*, Instituto Nacional de Investigação Científica (1981).

RESUMO

Com o nosso mundo a tornar-se uma aldeia global, o desenvolvimento da área dos Estudos Interculturais e do Ensino de Línguas é uma das melhores soluções para compreender as diferenças e lidar com as várias desigualdades em prol do bem comum da humanidade. A interculturalidade é um movimento que tem como ponto de partida o apreço pelas outras culturas, defendendo o encontro, em pé de igualdade, entre todas elas. Sabemos que cada cultura tem um determinado valor, que não supera o de outra, mas que ambas se entrecruzam e complementam. A interculturalidade é uma jornada de diálogo, troca, escuta mútua, descoberta e partilha, que nos ajuda a ficarmos abertos para o mundo. Esta dimensão da interculturalidade convida-nos a dizer "Nós" em vez de "Eu" e, ao fazê-lo, procuramos e encontramos aquilo que é benéfico para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Interculturalidade; Ensino de Línguas; Bem Comum

ABSTRACT

As our world is becoming a global village, developing the area of Intercultural Studies and Language Learning is one of the best solutions to understand the differences and to deal with inequality in defence of the common good for humanity. Interculturality is a movement that starts with the appreciation of the other cultures thus defending the interaction as coequal with all of them. We know that each culture has a specific value that does not overcome the worth of the other but that they both interlock and complement each other. Interculturality is a journey of dialog, exchange, mutual listening, discovery and sharing that helps us to be open to the world. This intercultural dimension invites us to say "We" instead of "I", and, as we do it, we will search and find what is beneficial for all of us.

KEY WORDS: Interculturality; Language learning; Common Good



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira
Universidade Católica Portuguesa
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>
Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

When one opens the book *Mein Kampf*, published by the Zentralverlag of the NSDAP, München, in the year 1935, one discovers that the publishing rights date from 1925, the first volume, and from 1927, the second volume. This 1935 edition reaches the expressive number of 2.050.000 exemplars issued. Hitler's ideas expressed in this work were public since 1925, and, ten years after, they had already been immensely publicised. A considerable part of the German people had bought the book and had read it. Many other persons all over the world had done the same. No one believes that foreign Governments, mainly Foreign Affairs Ministries and foreign Intelligence Services, did not do the same.

At the end of the thirties, all those who had the obligation to know what the political thoughts of the rising dictator were did indeed have all the instruments adequate to possessing such knowledge. Short of the utmost political stupidity or negligent incompetence, all the world Chancelleries knew what the German Führer had written and what he had affirmed he was going to do. No one of the fore mentioned can honestly claim surprise when Hitler resolved to put his show on the road and start to make real the actions he had devised as necessary to obtain the triumph for his cause, the cause of the New Reich, the "Thousand Years Reich", master of the world, ruler of its destiny, the godlike new cosmic power to which all had to be submitted.



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira
Universidade Católica Portuguesa
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>
Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

Immediately after reaching power in the form of Germany's new Chancellor, at the end of January 1933, Hitler started to remodel, to literally re-form not only the German world but the world as a whole. The program designed as the fundamental axis for that reform was the one conceived at the time of Hitler's imprisonment at Landsberg, program that constitutes the political juice of the work.

Available for the world to read, few did *read* it, at least with the political attention it deserved. Among these, and fortunately for the humankind, one finds the ever attentive and ever politically rogue Winston Leonard Spencer Churchill. Within the period of his life where nothing of political relevance seemed to have gone his way, generally forgotten and drowned in controversial matters such as the possible independence of India and the succession of sovereignty due to the personal problems and options of the British Monarch, the old and battered cavalry officer never stopped watching attentively the activities of the "German Corporal" now at the head of the German State.

It was based on this attentive observation that Churchill began to alert both the people in high office and the general public in relation to the ominous peril Hitler and his ideas and ever increasing action represented. With the help of very well informed friends with access to classified trustworthy data – mainly Ralph Wigram¹ – on which his speeches to the House of Commons were built, slowly forming a

¹ At the end of a brief but very important reference in his WWII Memoirs, Churchill affirms regarding Ralph Wigram: «His untimely death in December 1936 was an irreparable loss to the Foreign Office, and played its part in the miserable decline of our fortunes.» (CHURCHILL Winston Spencer, *The Second World War*. Volume I. *The Gathering Storm*, New York: Houghton Mifflin Company, 1985, p. 178).



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira
Universidade Católica Portuguesa
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>
Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

foothold on which to begin changing the general attitude of indifference and compromise towards the dictator.

Churchill perceived that in *Mein Kampf* resided the 'field manual' for Hitler's future actions, that the then want-to-be dictator meant everything that he had put in the book, that, therefore, what it contained was to be taken seriously: Hitler was no jester, he was a well-determined political leader, with new and very dangerous political ideas, that were of a fanatical kind, of a kind that mixed twisted psychology, strong political ideology and commitment, and a perverse anthropological and religious-theological stance. Churchill understood that Hitler's future action was going to be "by the book".

Well understood, this avalanche of actual thought and promised action announced a forthcoming new general war. The event was nearly certain, just the date was subject for conjecture. From this consciousness sprang Churchill's crusade for the rapid preparation of the British Empire and the Western Powers, mainly France and her satellites. When he was finally heard with the attention he deserved it was already too late. When Hitler advanced for the final onslaught the West was, but for Great Britain where Churchill's voice had finally promoted some minimal actions, swiftly and humiliatingly crushed.

Churchill was a man who believed in Providence, especially in his relation to Providence and the destiny that the latter reserved for him. Ironically or providentially, on the day of Hitler's attack on Western Europe, May the 10th 1940,



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira
Universidade Católica Portuguesa
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>
Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

Churchill received from King George the nomination as the new Prime Minister of England. This ironical or providential coincidence was the birth of Hitler's Nemesis.²

How did, then, Churchill understand Hitler's thought and his intentions, better said, Hitler's goals?

In his history of World War II, Churchill very precisely summarizes what he calls "the granite pillars" of the Nazi Chancellor policy, the principles for his action:

"The main thesis of *Mein Kampf* is simple. Man is a fighting animal; therefore the nation, being a community of fighters, is a fighting unit. Any living organism, which ceases to fight for its existence is doomed to extinction. A country or race, which ceases to fight is equally doomed. The fighting capacity of a race depends on its purity. Hence the need for ridding it of foreign defilements. The Jewish race, owing

² Nothing can express better the situation and what the now British Prime Minister felt than his own words: "Thus, then, on the night of the 10th of May, at the outset of this mighty battle, I acquired the chief power in the State, which henceforth I wielded in ever-growing measure for five years and three months of world war, at the end of which time, all our enemies having surrendered unconditionally or being about to do so, I was immediately dismissed by the British electorate from all further conduct of their affairs. During these last crowded days of the political crisis my pulse had not quickened at any moment. I took it all as it came. But I cannot conceal from the reader of this truthful account that as I went to bed at about 3 a. m. I was conscious of a profound sense of relief. At last I had the authority to give directions over the whole scene. I felt as if I were walking with destiny, and that all my past life had been but a preparation for this our and for this trial. Ten years in the political wilderness had freed me from ordinary party antagonisms. My warnings over the last six years had been so numerous, so detailed, and were now so terribly vindicated, that no one could gainsay me. I could not be reproached either for making the war or with want of preparation for it. I thought I knew a good deal about it all, and I was sure I should not fail. Therefore, although impatient for the morning, I slept soundly and had no need for cheering dreams. Facts are better than dreams." (CHURCHILL Winston Spencer, *The Second World War*. Volume I. *The Gathering Storm*, New York: Houghton Mifflin Company, 1985, p. 601)



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira

Universidade Católica Portuguesa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>

Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

to its universality, is of necessity pacifist and internationalist. Pacifism is the deadliest sin, for it means the surrender of the race in the fight for existence. The first duty of every country is therefore to nationalise the masses. Intelligence in the case of the individual is not of first importance; will and determination are the prime qualities. The individual who is born to command is more valuable than the countless thousands of subordinate natures. Only brute force can ensure the survival of the race; hence the necessity for military forms. The race must fight; a race that rests must rust and perish. Had the German race been united in good time it would have been already master of the globe. The new Reich must gather within its fold all the scattered German elements in Europe. A race, which has suffered defeat can be rescued by restoring its self-confidence. Above all things the Army must be taught to believe in its own invincibility. To restore the German nation the people must be convinced that the recovery of freedom by force of arms is possible. The aristocratic principle is fundamentally sound. Intellectualism is undesirable. The ultimate aim of education is to produce a German who can be converted with the minimum training into a soldier. The greatest upheavals in history would have been unthinkable had it not been for the driving force of fanatical and hysterical passions. Nothing could have been effected by the bourgeois virtues of peace and order. The world is now moving towards such an upheaval, and the new German State must see to it that the race is ready for the last and greatest decisions on this earth. Foreign policy may be unscrupulous. It is not the task of diplomacy to allow a nation to founder heroically, but rather to see that it can prosper and survive. England and Italy are the only two possible allies for Germany. No country will enter into an alliance with a cowardly pacifist State run by democrats and Marxists. So long as Germany does not fend for herself, nobody will fend for her. Her lost provinces cannot be regained by solemn appeals to Heaven or by pious hopes in the League of Nations, but only by force of arms. Germany must not repeat



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira
Universidade Católica Portuguesa
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>
Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

the mistake of fighting all her enemies at once. She must single out the most dangerous and attack him with all her forces. The world will only cease to be anti-German when Germany recovers equality of rights and resumes her place in the sun. There must be no sentimentality about Germany's foreign policy. To attack France for purely sentimental reasons would be foolish. What Germany needs is increase of territory in Europe. Germany's pre-war colonial policy was a mistake and should be abandoned. Germany must look for expansion to Russia, and especially to the Baltic States. No alliance with Russia can be tolerated. To wage war together with Russia against the West would be criminal, for the aim of the Soviets is the triumph of international Judaism. Such were the 'granite pillars' of his policy".³

This synthesis deserves a close, acute analysis of some of its points. Churchill understands that the main force of Hitler's thought and will resides in its simplicity: it is no sophisticated philosophical system, rather a *unification of all possible human action* through the application of one all binding idea, rather a postulate: *the ontological condition of human beings as fighting animals*. Having understood this, Churchill immediately knew that the leader of such an ensemble of beings would sooner or later put their ontological capacity, which is a matter of potency and power – the item at stake –, to work, put it into action.

Fighting animals are not destined to spend their time and lives in a peaceful state of being. Peace represents the demise of human fighting animals. Therefore, war would be inevitable should Hitler rise to power. As soon as the Old Corporal rose

³ CHURCHILL, Winston Spencer, *The Second World War*. Volume I. *The Gathering Storm*, New York: Houghton Mifflin Company, 1985, pp. 50-51.



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira
Universidade Católica Portuguesa
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>
Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

to power, Churchill knew, had the theoretical intuition that Hitler would provoke a war. Only the concrete details that would fulfil all the crannies of History remained unknown. Thus, theoretically, Churchill was right as History itself practical and pragmatically proved.

Churchill also perceived that what Hitler had in mind was not an iteration of an old conception of mankind re-enacted differently, but a radical new conception of nation, nationality and of the latter as an ontological natural human fact. Thus, "the nation, being a community of fighters, is a fighting unit", *a warlike and war bound thing*, living thing, derived from the innate fighting ontological condition of human beings, always in need of corresponding in act to that condition, under pain of annihilation.

According to the Nazi dictator, *Nations* are naturally born of war, forged in war, thrive only at and through war, excel by war, and consequently perish without war. All fighters who are intimately at heart warriors fade away when deprived of this natural fighting matrix in permanent actualization.

Under a Darwinian like mode, Hitler thinks he knows that all individuals who do not fight are doomed and deserve to be doomed. The same applies to nations: "Any living organism which ceases to fight for its existence is doomed to extinction. A country or race which ceases to fight is equally doomed".

But what is a "nation", how is it defined, and what by is it defined? What imposes the limits that distinguish what is conform to the essence and substance of the nation? And what is the relation between this ontological definition and the ability to fight, both individually and collectively? Hitler's immensely consequential



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira
Universidade Católica Portuguesa
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>
Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

answer is: *the purity of the "race"* is that which constitutes the ontological core of the nation and, therefore, the purity of each of its individuals.

These pure individuals, racially pure individuals, are the Nazi version of what a person ought to be, of what a person really is. *Outside the set of characteristics established by this ontological definition, there are no persons*: it is this ontological theoretical thesis that which condemned to annihilation and enslavement many millions of what we consider persons, but Hitler considered "no-persons" or "under-persons".

The consequences of Hitler's ontological redefinition of personhood did not have impact just on Jewish persons, but on all who were de-classified as *Untermensch*: Jews, Gypsies, homosexual, non-Nazi Socialists, Communists, all kinds of people with disabilities, and many other "impure types". All these beings, non-human, are no more than – Churchill understands perfectly what the substantial matter is –, "foreign defilements". All that is not racially pure is «foreign» not just or mainly in a political or geopolitical sense, but in an ontological sense: *they are "foreign" in relation to the human species*. The human species coincides now with the Arian race. There is no proper humanity outside it: this postulate must always be remembered, lack of which it is impossible to understand Nazism.

Thus, whenever these "defiled foreign elements" present themselves among the true human beings one must get rid of them. The contact with such aliens ontologically soils the pure ones – hence the need for something as the "Nuremberg



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira
Universidade Católica Portuguesa
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>
Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

Laws",⁴ apex of human legal perversity, public for all the world to see, but having received no adequate response.

The adequate response would have been the international overrun of the ones who dared to produce such outrageous anti-human legal documents. The lack of action in defence of the minimum human and humane decency at the beginning of the radicalization of the Nazi Regime ultimately provoked the world conflict: if it is a fighting unit – as a nation – that which advances such an initiative, one must expect that this move is a step climbed in the preparation of that for which a fighting unit is for: war. Churchill understood it and acted accordingly, first through the use of the word, then through the use of other adequate means.

Who did the anointed race elect as its main enemy, in accordance with the premises beforehand affirmed? "The Jewish race, owing to its universality, is of necessity pacifist and internationalist", therefore they embody all that denies the idea of a nation. Having lived in the form of a diaspora, the Jews, though claiming to be a nation, are everything but, for they represent the mixture of different origins and provenances that Hitler loathes. The way Churchill envisages the relationship between Hitler and the Jewish people does not base itself on psychological grounds, but on a very objective political soil: they are the paragon of what the mortal danger for the nation is as the Old Corporal conceives it. Therefore, they must be destroyed.

⁴ A photographic reproduction of the originals of these Laws is reprinted in PLATT, Anthony M.; O'LEARY, Cecilia E., *Bloodlines. Recovering Hitler's Nuremberg Laws, from Patton's trophy to public memorial*, Boulder, London, Paradigm Publishers, 2005, pp. 6-9. At the end of all the original documents appears Hitler's signature as "Der Führer und Reichskanzler".



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira
Universidade Católica Portuguesa
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>
Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

It is no psychology; it is the perverse rational thinking of a cold and ruthless warlord and "folklord": the supreme lord of the *Herrenfolk*, the lord of the people of lords.

The "international", whoever they are, are by definition, the ones outside the nation, therefore its enemies. All enemies must be either killed or reduced to slavery in the benefit of the world lords. The supreme benefit will occur when, no longer needed, the slaves have all perished.

Hitler's actions and the actions he obtained using the German People and other Peoples as his tools were all derived from the strategic guide lines so well understood by Churchill. Even when, as in the case of the most surprising alliance with the Soviet Union that opened the way for the Nazi overrun of Poland without the pending menace of a double battle front, West and East, the aim of the Reich Chancellor was to use the manifest weakness of the Soviet Union at his advantage, during the brief period necessary to stabilize overall military operations, knowing that the Pact with "Soviet Russia" was to be cast away as soon as it was no longer necessary because "Russia" was part of the new domains to be acquired and its inhabitants were part of the ones to be either immediately destroyed or first enslaved and then destroyed.

The theoretical doctrine that guided Hitler's actions was the same that guided Churchill's attentive scrutiny of the Chancellor's to be actions. It was all plain to see within a book many bought, many read, but seemingly not many understood or had wanted to understand. This lack of understanding came at a very high price. As always the price for stupidity is.

What is it that we read nowadays?



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira
Universidade Católica Portuguesa
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>
Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

Bibliography

CHURCHILL Winston Spencer, *The Second World War. Volume I. The Gathering Storm*, New York: Houghton Mifflin Company, 1985.

HITLER Adolf, *Mein Kampf*, München: Zentralverlag der NSDAP, 1935.

PLATT Anthony M., O'LEARY Cecilia E., *Bloodlines. Recovering Hitler's Nuremberg Laws, from Patton's trophy to public memorial*, London: Boulder, Paradigm Publishers, 2005.

NOTA BIOGRÁFICA DO AUTOR

Américo José Pinheira Pereira licenciou-se em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), em 1990 com a apresentação de trabalho de Seminário de Licenciatura sobre Nietzsche, orientado pelo Senhor Professor Doutor Manuel Barbosa da Costa Freitas, com 18 valores média final global de 16,13 valores. Obteve o grau de Mestre em Filosofia em 1997, pela mesma Universidade, com a defesa da Dissertação "A Relação entre o Acto e o Ser na obra *De l'Acte de Louis Lavelle*", orientada pelo Senhor Professor Doutor Manuel Barbosa da Costa Freitas, com a classificação de *Summa cum Laude*. Em 2006, obteve o grau de Doutor em Filosofia, também pela Universidade Católica Portuguesa, com a defesa da Dissertação "Fundamentação ontológica da ética na obra de Louis Lavelle", orientada pelo Senhor Professor Doutor Manuel Barbosa da Costa Freitas, com a classificação de *Magna cum Laude*. Actualmente, é Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Na sua actividade docente tem leccionado nas Faculdades de Teologia e de Ciências Humanas, bem como no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa as disciplinas na



HITLER'S POLITICAL ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

Américo Pinheira Pereira

Universidade Católica Portuguesa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0874-689X>

Ciencia Vitae: ED13-3025-B4DB

área da História da Filosofia Antiga, Axiologia e Ética, Bioética, Ontologia, Filosofia do Trabalho e da Técnica, Filosofia da Religião, Epistemologia, Filosofia da Linguagem, Filosofia da Arte e da Técnica, Antropologia Filosófica, Antropologia Religiosa, Sócio-antropologia da Saúde para além de vários seminários de especialidade nas mesmas áreas. Organizou e co-organizou mais de duas dezenas de encontros científicos. Proferiu cento e uma conferências e palestras científicas. É autor de dezassete livros, co-autor de três e tem autoria de vinte e oito capítulos bem como dois capítulos em livros de actas. Tem quarenta e cinco artigos científicos publicados em revistas científicas nacionais e estrangeiras. Tem duzentos artigos de diversa índole publicados on-line em publicações nacionais e internacionais. Tem ainda resenhas, artigos em dicionários e enciclopédias e traduções em várias línguas.

ABSTRACT

Having read Hitler's *Mein Kampf*, Churchill understood what he calls "the granite pillars" of the Nazi Leader's policy, thus knowing, step by step, what the Dictator wanted to do, was going to do. This allowed Churchill to start counter acting successfully Hitler's actions even before being the Prime Minister of Great Britain. Thus *Mein Kampf* became both Hitler's and Churchill's guide, leading them in quite opposite directions.

KEY WORDS: Churchill, Hitler, *Mein Kampf*, anticipating Hitler.

OBITUÁRIO





IN MEMORIAM ANA MARIA MONTEIRO FERREIRA

**Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica Portuguesa
Orcid Nº 0000-0002-7703-0289**



This text was inspired by a lecture I gave at Universidade Aberta, at the Conference entitled "Afrocentricity and Women Studies: In Memory of Ana Maria Monteiro Ferreira", and I thank Profs. Teresa Joaquim, Cristina Pereira Vieira and Rosana Albuquerque - who are the Coordinators of the Master's course on "Women's Studies - Gender, Citizenship and Development" - for their kind invitation, which gave me the opportunity to publicly pay homage to a very dear friend.

I enjoyed to participate – although at a distance due to the pandemic – twenty-five years later at the celebration of a quarter of a century of the launch of the Master's course, which was then called "Mestrado de Estudos sobre as Mulheres", that – with the crucial help of Prof. M. Beatriz Rocha Trindade – I fought so hard to create in 1995 and which was the first to ever be taught at a Portuguese university.

It was a pleasure to see a room full of people participating in a session in memory of Ana Maria Monteiro Ferreira (1949-2018), who was one of the first who obtained a Master's Degree in Women Studies in Portugal.

I was asked to talk about Ana's university career and professional development in the United States but, before that, I had to tell something about her, for, besides having been my student and having supervised her thesis and been a member and arguer in her PhD jury at Temple University in the United States – together with Prof. Asante, who also participated in the conference - she became one of my best friends and I miss her very much.



IN MEMORIAM ANA MARIA MONTEIRO FERREIRA

**Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica Portuguesa
Orcid Nº 0000-0002-7703-0289**

In the Master's course, as was typical of her, she distinguished herself right at the first seminar session and, when it ended, we started one of our everlasting conversations, as we would do for the following twenty years.

If I wanted to characterize Ana Maria Monteiro Ferreira, I would say that she was always ready to courageously lift her voice against any acts of injustice and in defense of sub-represented and underprivileged groups, like women and African-Americans.

Therefore, in all her works, she demonstrated an amazing descriptive capacity to celebrate diversity and was always appealing for racial justice and gender equality and one of her major concerns was the marginalization, mistreatment, and suppression of women's rights, a theme that, at the time, was not so popular as it is nowadays. She wrote about those who suffered injustice and were defeated and wronged and she was always attentive to what was fundamental and an enemy of lies and indifference.

But, although she had an acute sense of criticism, she knew how to connect the wisdom of the heart with the life of the mind.

In the US, she devoted herself mainly to Afrocentricity but, before being an Africologist, she was a Feminist, who published and gave conferences in the area of women's studies throughout Europe and the world.



Ana Monteiro-Ferreira was an Assistant Professor of Africology and African American Studies at Eastern Michigan University and her academic career in the US can be considered a success.



IN MEMORIAM ANA MARIA MONTEIRO FERREIRA

**Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica Portuguesa
Orcid Nº 0000-0002-7703-0289**



Figure 1- A view of Eastern Michigan University

When she invited me to give a talk at Eastern Michigan University I could see how happy and appreciated she was, both by her colleagues and students, in that wonderful atmosphere of the Great Lakes.

But, before talking about her accomplishments in America, I cannot but mention that, at Universidade Aberta, she was a lecturer at the Department of Human and Social Sciences, after having worked very hard as my Adjunct Secretary at the Institute for Distance Teaching, of which I was the Director, at the time, and she was also writing her doctoral thesis with great commitment.

But she left, and went to the US, because she was denied a duly justified extension of the deadline to deliver her PhD dissertation. This happened, in spite of the fact that, being her supervisor - although I was then at another University – I had, in due time, sent an official report justifying the delay and therefore asking for a prolongation of the time limit but it was denied because one of her colleagues hid my dispatch and declared at the Scientific Committee that there was no justification...

Having found out what had happened, instead of being taken aback and given up, she fought the injustice that had been done to her in another way and settled on a plan of action to migrate to US. And, as a consequence, she had a very successful academic career that she might not have had if she had stayed in Portugal.

Thus, having had the honor of being the recipient of a DAAD scholarship in 2000 and of a Temple University Future Faculty Fellowship between 2007 and 2010, she was granted a Master's degree and then a brilliant PhD on African American Studies from Temple University, in Philadelphia, and then was nominated Professor, at Eastern Michigan University, where besides teaching, she fought very hard to create an Africology and African American Studies Department, which was a success.

Before that, she had a Post-Graduation on "Women, Migration, Subjectivity and Deconstruction" from International Women's University-IFU, at the University of Hanover, in Germany. Due to her scholarly achievements, she was a Fellow of



IN MEMORIAM ANA MARIA MONTEIRO FERREIRA

**Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica Portuguesa
Orcid Nº 0000-0002-7703-0289**

"Molefi Kete Asante Institute for Afrocentric Studies", an invited member of "Golden Key International Honour Society", and a member of professional and academic organizations, such as the National Council of Black Studies.

In Portugal, she was a much-appreciated researcher at the Research Center for Communication and Culture at the Portuguese Catholic University and a member of the "Portuguese Association for Women Studies" (APEM), having served as a member of its Board between 1999 and 2004. Between 2007 and 2010, she was also elected Vice-President and Faculty Liaison of the Graduate Students Organization at Temple University, in Philadelphia. Besides that, she was referee of the *Journal of Multicultural Discourses* and of the *Journal of Black Studies* since 2009.

Her primary research interests were focused on African and African American Studies, Black Women and Women Studies, while intersecting and expanding into the fields of Culture, Literature, and Critical Theory.

Along her career, she was fighting for a new epistemological framework that would enable a more "human humanity", as she said, and against the persistent problem of Colorism, as is evident in many of her works, which were published in Portugal, Brazil, and the USA.



Figure 2- *Desigualdades de Género no Actual Sistema Educativo Português : Sua Influência no Mercado de Emprego*, Coimbra : Quarteto, 2002

Both her academic career and all her publications deserve to be mentioned and demonstrate how solid her knowledge was and the justice of her convictions, thus constituting an innovating epistemological model that clearly justifies the homage we paid her. And I sincerely hope that that conference will not be just a simple circumstance ceremony and that it will provide to us all a moment to reflect on the excellence of her academic work.



IN MEMORIAM ANA MARIA MONTEIRO FERREIRA

Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica Portuguesa
Orcid Nº 0000-0002-7703-0289



Figure 3- Receiving a prize for her publication

With that intention I include some references to Ana Maria's publications. She published a vast collection of research works on different subjects and although most people don't know, because she used a pseudonym, she was also richly inspired in poetry, to which she devoted herself in her rare leisure hours.

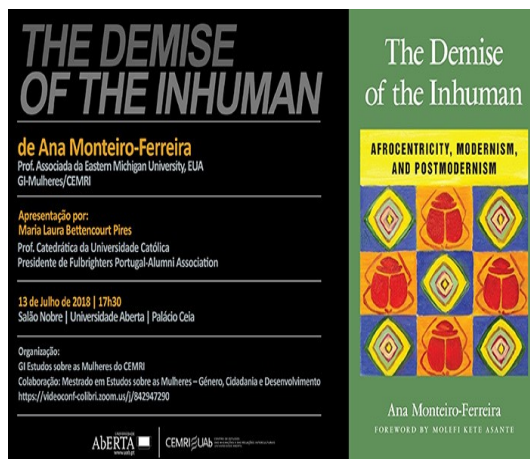


Figure 4- Launch session of her book, *The Demise of the Inhuman-Afrocentricity, Modernism and Postmodernism* (SUNY, 2014), which was distinguished in 2015 as "The Best Scholarly Book" by Diop Diopian Institute for Scholarly Advancement



IN MEMORIAM ANA MARIA MONTEIRO FERREIRA

Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica Portuguesa
Orcid Nº 0000-0002-7703-0289

Her vast literary production about such themes as sociology, politics, law, education and ethnography developed along the years, till the publication of her masterpiece *The Demise of the Inhuman*, where she talks about her wish to end inhumanity, which is implicit in the ideas of racism and hate.

Besides her teaching and research in history, African and African-American literature and culture, with a strong emphasis on the discussion of epistemological, theoretical, philosophical and cultural issues of contemporary societies, she published many works, which were published in Portugal, Brazil and in the United States, of which I highlight the following:

Books:

- ❖ *The Demise of the Inhuman: Afrocentricity, Modernism, and Postmodernism*. Albany: SUNY Press, 2014
- ❖ *Igualdade de Oportunidades*. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.
- ❖ *Desigualdades de Género no Actual Sistema Educativo Português - Sua Influência no Mercado de Emprego*. Coimbra: Quarteto, 2001.

Chapters in Books:

- "The Transformative Power of the Afrocentric Paradigm" in Boaventura de Sousa Santos & Teresa Cunha (eds.), *International Colloquium Epistemologies of the South: South-South, South-North and North-South Global Learning*, Coimbra: CES/Universidade de Coimbra, vol. 4, 2015, pp. 315-322.
- "Afrocentricidade e Educação. Na senda do progresso: Brasil e EUA". Tradução de Asante, M. K. "Afrocentricity and Education: Setting the Stage for Progress in Brazil and the United States" in B. Carvalho, R. Nogueira e R. Sales (Orgs.). *Relações Étnico-Raciais e Educação: Contextos, Práticas e Pesquisas*. Rio de Janeiro: Edur/UFRRJ and NAU, 2014, pp. 23-33.
- "Public Intellectuals for a More Human Humanity: The Afrocentric Idea" in H. G. Silva, M. Laura Pires & I. E. Vieira (Eds.), *Intellectual Topographies and the Making of Citizenship*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2011, pp. 147-157.
- "O Voo Silencioso" in C. Edfelt & A. G. Couto (Eds.), *Mulheres que Escrevem/ Mulheres que Lêem*. Lisboa: 101 Noites, 2008, pp. 117-144.
- "Gisela Bock" in T. Joaquim et al. (Eds.), *Variações Sobre Sexo e Género*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, pp. 72-101.
- "Joan Scott" in T. Joaquim et al. (Eds.), *Variações Sobre Sexo e Género*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, pp. 49-77.



IN MEMORIAM ANA MARIA MONTEIRO FERREIRA

**Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica Portuguesa
Orcid Nº 0000-0002-7703-0289**

- "Desigualdades de Género no Actual Sistema Educativo Português: Uma Síntese" in T. Joaquim e A. G. Couto (Eds.), *Novos Olhares: Passado e Presente nos Estudos Sobre as Mulheres em Portugal*. Oeiras: Celta, 2003, pp. 97-109.

Articles in peer-reviewed magazines:

- ✓ "Mulheres negras, políticas de género e problemas identitários", *Gaudium Sciendi*, Nº 12, 2017, pp. 165-176.
- ✓ "Teachings of Wisdom", *Gaudium Sciendi*, Nº 11, Janeiro 2017, pp. 17-37.
- ✓ "European Self-Centeredness: The Drama of African and Other Migrants", *Gaudium Sciendi*, Nº 10, Janeiro 2016, pp. 17-31.
- ✓ "The Fallacy of Colorism", *Gaudium Sciendi*, Nº 9, Dezembro 2015, pp. 56-71
- ✓ "Da Ontologia à Antropologia de Maat: A Dimensão Metafísica e Ética da Alma", *Gaudium Sciendi*, No 6, Junho 2014, pp. 174-184.
- ✓ "Art and Ideology", *Gaudium Sciendi*, Nº 2, Julho 2012, pp. 92-101.
- ✓ "The United States of Africa and the Marxist Model". *Africological Perspectives*, Volume 7, Number 1 (November/ December), 2011, pp. 119-129.
- ✓ "Afrocentricity and the Western Paradigm", *Journal of Black Studies*. 40(2), 2009, pp. 327-336.
- ✓ "The Power of Nommo. The Case of African Literature in Portuguese Language", *Journal of Multicultural Discourses*. 4 (3), 2009, pp. 331-344.

Poetry:

- ✓ "Winter", *Gaudium Sciendi*, Nº 7, Janeiro 2015, pp. 243-245.
- ✓ *Winged Horses*, *Gaudium Sciendi*, Nº 7, Janeiro 2015, pp. 245-246.

Knowing that she would agree, I conclude my text with a quotation by Martin Luther King, who Ana Maria admired so much, and who said:

Injustice anywhere is a threat to justice everywhere. Darkness cannot drive out darkness; only light can do that. Hate cannot drive out hate; only love can do that. (Letter from Birmingham Jail, 1963).



IN MEMORIAM ANA MARIA MONTEIRO FERREIRA

**Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica Portuguesa
Orcid Nº 0000-0002-7703-0289**



Figure 5 – Funeral service at Eastern Michigan University



IN MEMORY OF PROF. ANA MONTEIRO FERREIRA: AFROCENTRICITY AND WOMEN STUDIES

**Molefi Kete Asante
Temple University**

All humans travel from birth to death, this is our common experience. We neither escape it nor ignore it. However, it is something remarkable that a person rises from the ordinary to the extraordinary, from being a student to achieving recognition for work well done, from relative obscurity to legacy. It is the case with Professor Ana Monteiro Ferreira who shattered boundaries, broke barriers, and announced her willingness to challenge both patriarchy and hierarchy. It was her temperament to contest what she considered to be irrational, unethical, and unjust.

I did not simply write this essay to praise Ana's good name, but I can tell you this; she was as fine a scholar, as great a friend, as authentic as a human, as outstanding a professor as you will ever know. She loved her family, her dear João, Pedro and Sofia, her sister, Olímpia, and her grandchildren. She never tired of speaking of Professor Laura Pires, her mentor, and friend. She became for my wife, whose name is Ana Yenenga, and I, a confidant, someone we trusted with our opinions and emotions. She was our consultant and our counselor.

Our grandchildren traveled with us from the time they were four years old by train, car, and airplane. After one particularly stressful trip we had with our grandson Jamar and granddaughter Ayaana, we were at the end of our minds and told her of the antics of our granddaughter who may have been twelve at the time. We had begun to fear traveling with her because of fights with her brother, temper tantrums, and outright stubbornness. We told all of this to Ana Ferreira, she listened and spoke with a definitive personal authority. "She will be alright," she said to us "I was the same way when I was a child." Indeed, Ayaana is now completing her college degree as an outstanding student and superior person. She remembers Professor Ferreira fondly as someone who believed in her when she did not know who she was or what she was doing.



IN MEMORY OF PROF. ANA MONTEIRO FERREIRA: AFROCENTRICITY AND WOMEN STUDIES

**Molefi Kete Asante
Temple University**

When Ana Ferreira arrived in Philadelphia, she was already a mature thinker having been educated in Portugal with a background heavy in Women's Studies, sociology, literature, philosophy, and social theory. This foundation prepared her for an encounter with the emerging episteme being advanced by Africologists who were examining in detail for the first time the possibilities of the intellectual gifts that Westerners could receive from Africa, South America and the First Nations peoples of the world. She was not the first person from Portugal to perform this feat but she was the first to truly understand it.

I remember having a debate in 2016 with the eminent scholar Boaventura de Sousa Santos at one of the major conferences of the American Educational Research Association in Chicago, where the President of AERA, Dr. Joyce King, insisted that the marquee event be this discussion between Boaventura and myself with a couple of other respondents. His work is quite spectacular in some way because he has arrived at the point where he sees that the West might learn something from the South.

I have said as much in my books, *Facing South to Africa* and *Radical Insurgencies*. Although I had been a teacher to Ana Ferreira she knew the European intellectual tradition much better than I did and often gave me advice regarding specific thinkers. She had told me that Sousa Santos knew the limits of the Western thought but had no idea of the gifts of Africa or of African people. In the discussion before these hundreds of educators I advanced the idea that what we have not tried was the episteme emerging from our investigations, explorations, and theorizing from the perspective of African agency. To his credit, Sousa Santos saw this point and accepted it.

There was a reason that scholars had not explored this way of viewing; the reason was the racial ladder that had been created to classify and describe human beings. It was



IN MEMORY OF PROF. ANA MONTEIRO FERREIRA: AFROCENTRICITY AND WOMEN STUDIES

**Molefi Kete Asante
Temple University**

the same way that Police Officer Chauvin treated George Floyd when he put his knee on his neck until he died. Black people as less than was the formula for murder. If one thought of whites as superior and all other humans as lesser beings then there would be no reason to take serious the thoughts or lives of African people. The ladder that had been established by people like Charles Darwin, Blumenbach, Linnaeus, and Buffon attached descriptions to people who were Nordic-Aryans, Mediterranean, Orientals, American Indians, and Africans. Of course, since this ladder with its descriptions created by the European writers became an acceptable part of the European understanding of humanity there was no way to break the hold on the mind of the West. It was as if whites in America and elsewhere said, "We all know there is nothing in Africa to discuss."

I think that this is where Ana Ferreira decided to question the accepted reality and to listen to other scholars who believed that there are many ways to view humanity. Africans, for example, have always known that human beings had different languages, complexions, hair textures, and traditions, but Africans did not classify people as being superior or inferior because of such differences. Differences exist, but we are all human and it is our interconnectivity and not our intersectionality that defines us.

It is possible to see how Jean-Francois Lyotard influenced Ana Ferreira's *The Demise of the Inhuman: Afrocentricity, Modernism and Postmodernism*, when he writes in the introduction to his *The Inhuman* that "Humanism administers lessons to us. In a million ways, often mutually incompatible." She knew that humans could prevent interrogations by offering suspicion, and by engaging in "thinking that gnaws at everything."

So, Ana Ferreira questioned, challenged, and provoked those of us in the field of Africology to see that the race paradigm that had been artificially created, because in the end humans were 99 percent the same, was a false paradigm. Thinking racially prevented



IN MEMORY OF PROF. ANA MONTEIRO FERREIRA: AFROCENTRICITY AND WOMEN STUDIES

**Molefi Kete Asante
Temple University**

many Europeans from appreciating that all humans originated in Africa and that it might be a good thing to explore what is it that Africans have thought about issues of justice, governance, kinship, and humanity. We had to rethink the contrived "evidence" of African inferiority and women subservience to man...

Every episteme affects the shaping of the mind and the mind affects the shaping of the knowledge and therefore culture. Each cultural group over time comes to regard its knowledge as true. Knowledge should be based on truth so that it will sustain the culture in which it arises. In this light, epistemology is the philosophical study of knowledge and questions why we think the way that we do and why we believe what we believe? It interrogates the source of knowledge thereby questioning the study of origins and therefore the study of humanity from the distant past until now.

Ana Ferreira quickly saw that Afrocentric theory was grounded in an African *sebayet* (wisdom) based on human history which began in Africa and as such opposed the false narratives of Africa and her people grounded in the construction of race. Afrocentric theory is therefore regarded as a danger to the most prominent epistemes that consider people of African descent as genetically inferior and in some cases subhuman. When choosing avenues that lead to truth, epistemes should be investigated in relation to where African women, men and children are placed in theories and stories particularly those pertaining to creation.

Menes united the clans of Egypt around 3400 BCE. Nearly eight hundred years after Menes, the African philosopher, physician, geometer, Imhotep built the first pyramid, the Sakkara Pyramid for King Zoser, and Ana found this knowledge awesome enough to know why we started with Homer instead of Imhotep in our approach to human intellectual



IN MEMORY OF PROF. ANA MONTEIRO FERREIRA: AFROCENTRICITY AND WOMEN STUDIES

**Molefi Kete Asante
Temple University**

history. The pyramids contained much more of human knowledge than anything in existence around 2600 BCE.

Ana Yenenga and I traveled throughout Kemet with Joao and Ana Ferreira, looking past its Christian and Islamic history, to its original African moral and ethical ideas to understand the meaning of the ancient culture. It was African in every sense and that is why we call it classical Africa.

What was developed by the ancient Africans of the Nile Valley were prototypes of many of the cultural products, icons, contributions that we see in other parts of the continent. Classical civilizations exist because they have the capacity to inspire other nations and societies

Maat, for example, is the first spiritual idea in the ancient world, predating anything in Europe, Asia, or the Americas. It is fundamentally about unity, truth, justice, righteousness, order, harmony, balance, and reciprocity. These are the wellsprings for other African societies.

It should be clear that this race idea, once unleashed on the world, led to the acceptance of its murdering dagger by various other nations. It is not something that affects only Europeans, although this is our current and most popular reality; the Arabs have continued the dangerous race paradigm until now it sits in the heart of a country like Sudan and has affected Egypt, Libya, Mauritania, and other nations in the Islamic world.

We know from science that it was on the virgin plains, near the Omo River, and at the river's edge in ancient Africa *Homo sapiens* stood up and walked. Humans prospered and lived, multiplied and traveled to other parts of the land, and during this time there were no multiple races that continued until now, and although there appeared, in time,



IN MEMORY OF PROF. ANA MONTEIRO FERREIRA: AFROCENTRICITY AND WOMEN STUDIES

**Molefi Kete Asante
Temple University**

many families, these did not constitute separate races. There was but one people, humans.

The advent of various ideologies of conquest, beginning with the males' conquest of their mothers, and the dawn of patriarchy led to the hierarchical notions of one gender over others and one people over others. There is little wonder why we are in the current quandary over the conception of humanity or the question of equity, equality, and justice

It is, in effect, the organizer of Western civilization's most potent weapon against humanity and has become the penal colony of all failed ideas. Like ether, which was considered a rarefied elastic element accepted as permeating all spaces including that between particles of matter, with vibrations that made light and various radiations until it was proven false, so, too, race as a discriminating and dangerous idea has been proven false. We are all humans being human.

Of course, as far as we know this ascripto-biological notion of hierarchy appears in just a few cultures; it is not something that was at the very beginning of human history. Western "man" perhaps the leading promoter of dualities made it possible for ascripto-biological domination to take place in the minds of intellectuals who saw only savage and civilized. As we have shown the evidence points to the European proselytizing of this concept of race in every conceivable institutional manner. One might consider Eduardo Galeano's *Open Veins of Latin America: Five Centuries of the Pillage of a Continent* as a portrait of the stampede of Eurocentric domination of the native cultures of South America.

Racial invasions and persecutions of the First Nations Peoples can be seen as the super spreaders of the race virus. In southern Argentina, as in Chile, and other areas of South America, the European conquest meant ruthless murders of First Nations people as



IN MEMORY OF PROF. ANA MONTEIRO FERREIRA: AFROCENTRICITY AND WOMEN STUDIES

**Molefi Kete Asante
Temple University**

if they were non-human as seen in the archival information at the Museo Yamana in Ushuaia, Tierra del Fuego.

No ancient African philosophy argued for the separation of people into human and subhuman, being and nonbeing, Jew and Gentile, Arab and heathen, or "pure" white and nonwhite. These bifurcations, honoring separateness and the attendant traits applied to various peoples, truly meant that we would have an unnecessary layer between groups of humans. These separations were not the results of strategies dictated by Africans or planned by Africans to keep apart from whites; these were the machinations of power held by whites to arrange a false reality. This schizoid order of conceptual arrangements would ultimately bring masochistic misogyny, racial bigotry, and brutal extermination of fellow humans.

Power is expressed in a series of interconnected institutions that carry out the policies of a particular governing group. Having the speaking voice and the writing hand the West described the concept of race in terms that would privilege whiteness and condemn blackness and prosecuted this description through its institutions. This is the power of life over death. It is ultimately the bringer of violence, of separateness, apartheid, separation of humans into various sectional ties.

So now, how do we become human? Our practical objective is to dismantle the *House of Race* to erect the *House of Humanity*.

To dismantle means to take a structure apart piece by piece and if necessary, throw them into the trash heap of history. This requires us to revisit the structure, examine its central parts, and remove them from the angle of our perspective to provide an avenue toward recuperating the society. We know that the common wisdom is that it cannot be done because it has been here for centuries, but all ideas and ideologies can be



IN MEMORY OF PROF. ANA MONTEIRO FERREIRA: AFROCENTRICITY AND WOMEN STUDIES

**Molefi Kete Asante
Temple University**

transformed, found useless, dispensed with, and replaced with other and perhaps better ideas and ideologies.

Ana Ferreira's human project was grounded in the optimistic belief that human beings can see truth and then transforming themselves and their societies. Our humanity is neither to be seen through some negation of other people nor as being the opposite of cultures considered inferior barbaric, degraded or effeminate.

Ferreira quickly realized that America's dynamic ethno-racial configuration was comprised of African Americans, Asian Americans, Euro Americans, Native Americans and Latinx. Various theories, such as Afrocentricity, decoloniality, and deconstruction, have been employed to understand the complexities of the vestiges of power and domination. Like embers of a dying fire, the remnants of white supremacist's views as seen in the attempted seizure of the American capitol on January 6, 2021, can still cause a burning fire. In the end, however, the darkness will come and the end of one of humanity's most enduring penal colonies, race, will be banished from the earth. Until that time arrives human beings will still have the books and articles of Ana Maria Monteiro Ferreira as signposts to a more human and humane society.

BIOGRAPHICAL NOTE: Molefi Kete Asante is Professor and Chair, Department of Africology and African American Studies, Temple University, Philadelphia.

RECENSÕES CRÍTICAS





RECENSÃO CRÍTICA

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

Universidade do Minho

Orcid Nº 0000-0003-0188-4066



Marcelino AGÍS VILLAVÉRDE, *Anatomía do Pensar: O Discurso Filosófico e a súa Interpretación*, 2 volumes (I. O Discurso Filosófico, 643 páginas; II. Historia da Interpretación Filosófica, 895 páginas), Vigo: Editorial Galaxia, 2019-2020.

Em língua espanhola: *Anatomía del Pensar: el discurso filosófico y su interpretación*, Madrid: Editorial Síndéresis, 2021 (no prelo); *Historia de la Hermenéutica: devenir y actualidad de la Filosofía de la Interpretación*, Madrid: Editorial Síndéresis, 2020, 572 páginas

Estamos perante uma obra filosófica de grande fôlego, em profundidade e extensão – uma espécie de "Suma Filosófica" em 2 volumes, em Galego – tão penetrante e rigorosa como o labor de um cirurgião na sua complexa e minuciosa tarefa anatómica – como o sugere o título *Anatomía do Pensar*. E a minuciosidade da tarefa mostra que não é possível tratar do 'discurso filosófico' de forma isolada: "Falar do discurso filosófico sem se referir ao discurso humano pareceu-me impossível. Um nasce do outro, sendo o humano um discurso de grau zero sobre que se constrói o outro mais elaborado da filosofia" (p. 10). E depois, "manejar a expressão 'discurso filosófico' pode levar-nos ao engano ou confusão, acabando por não poder distinguir entre 'filosofia' e 'discurso filosófico'", quando a distinção "existe e nela se apoiam as directrizes básicas deste trabalho" (p. 13).

Daí que a 1ª secção, "Os cinco primeiros minutos da Filosofia" (25 páginas), do capítulo I ("De que falamos quando falamos de Filosofia?"), seja um tempo de convite, no qual, tendo como guia Eric Weil, opera um trânsito ontológico, em que se passa do plano individual ou social para o realmente real (o ser): "Até a filosofia mais teórica sentiu necessidade em preocupar-se com a praxis", já que a realidade é com frequência intolerável e "o filósofo não pode ficar indiferente" (p. 38), como, por ex., o foram as respostas de Husserl ou Adorno às convulsões da I ou II Guerra Mundial, ou *O Contrato Social* enquanto proposta para abolir a violência.



RECENSÃO CRÍTICA

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

Universidade do Minho

Orcid Nº 0000-0003-0188-4066

Daí que o Professor Catedrático da Universidade de Santiago afirme claramente: "Eis a descrição mais plausível dos primeiros cinco minutos de filosofia em que a razão luta perdidamente com a irracionalidade, o cosmos com o caos, a violência com a concórdia, o mal com o bem" (p. 37). Na senda de Husserl, Heidegger, Gadamer e Ricoeur – Agís é um insigne estudioso do hermeneuta francês, com quem, aliás, colaborou – "a compreensão e o sentido formam as coordenadas do discurso filosófico" (p. 55), pelo que, por entre os vários tipos de 'discurso' (expressão, estrutura de duplo sentido, obra ou acontecimento, alternativa à violência), o 'discurso filosófico' "vincula a busca de sentido com a necessidade da coerência discursiva" (p. 55).

A 2ª secção – "A Filosofia, um milagre da linguagem" (23 pp.) – assume função estratégica nesta obra em 2 volumes, pois o discurso filosófico respalda-se no discurso humano enquanto tal. Neste enfoque, Agís Villaverde dilucida o contributo de várias pesquisas linguísticas, mormente as estruturais, desde Saussure e a dualidade língua-fala ou 'discurso', como, na sua sequência, a de Jakobson e os factores discursivos no processo de comunicação (emissor, receptor, mensagem, canal, código, referente), a de Bühler e a tríplice função da linguagem (expressiva, apelativa e representativa), ou a obra de Benveniste segundo a qual "o epicentro do discurso é a frase" (p. 75); sendo esta o mais pequeno segmento do discurso, a narrativa – Roland Barthes salienta-o – participa da frase sem reduzir-se a uma soma de frases.

A 3ª secção, "O ser do discurso e o discurso sobre o ser" (30 pp.), é um tempo de acolhimento, em que o Autor está em condições de aprofundar o 'discurso filosófico', sobre o qual "não existe uma definição", já que há "múltiplas aproximações", como "existem múltiplos discursos" (p. 79), para o que perfaz um longo percurso: das Investigações Lógicas de Husserl, de Merleau-Ponty (a expressão com o seu correlato comunicativo mais imediato), da teoria dos 'speech acts' de Austin e Searle, do "discurso e o símbolo" segundo Edmond Ortigues, e, em relação com Aristóteles, do pensamento do último Heidegger (o discurso filosófico e o poético), até aos escritos de Ricoeur sobre a interpretação e a metáfora, de modo que a "hermenêutica torna-se então uma disciplina fundamental para que o pensamento abra o caminho a uma filosofia do sentido do ser que cada discurso oferece" (p. 109).

Então, a partir do capítulo II ("As metamorfoses do discurso"), Agís Villaverde presenteia-nos com uma pluralidade de interpretações, vinculando o discurso com o acontecimento, donde o discurso histórico e a 'trama' vista como "a mediadora entre



RECENSÃO CRÍTICA

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

Universidade do Minho

Orcid Nº 0000-0003-0188-4066

os acontecimentos ou incidentes individuais e a história entendida como um todo" (p. 119), e portanto também a acção e a obra, dialogando de novo com a linguística estrutural, a filosofia analítica, a fenomenologia husserliana, a ontologia heideggeriana, com os expoentes da hermenêutica filosófica (Schleiermacher, Dilthey, Gadamer, Ricoeur) e com a 'crítica das ideologias' de Habermas; já sobre a relação com a acção, são longas as análises sobre J. R. Searle, sobre a intenção e a acção, ou as relativas a G. H. von Wright, sobre a explicação da acção (abandonando a lógica da acção, versa sobre problemas como a causalidade, explicação teleológica ou intencionalidade). Da frase ao discurso, do qual é unidade básica, transita-se dela ao texto, e deste à obra, que é, na esteira de Ricoeur: "a sequência acabada de discurso que pode ser considerada como um texto" (p. 133). Daí que Marcelino indague, na senda de Ricoeur, como a "metáfora viva" é fulcral em duas funções relevantes – a inovação semântica e a função heurística.

O autor prossegue a sua odisséia filosófica por mais seis capítulos, em que é mister dilucidar condicionantes do autor, desde a biografia, o 'problema das gerações', a tradição, a relevância da oralidade e da escrita, em que, para além da Retórica e da Poética de Aristóteles, e nomes já citados, surgem também Ortega y Gasset, Perelman, Hans R. Jauss. Sobre a escrita, não poderia olvidar-se Derrida e o seu projecto gramatológico, pois "assenta na crítica ao conceito tradicional de signo assim como à autoridade do sentido entendido como significado transcendental" (p. 275), a que ele chama 'arqui-escrita', que, prévia à linguagem, é condição da própria linguagem.

É crucial a questão: "Pensamos com palavras?" (cap. VI), em cuja resposta, na linha de Max Black, estuda as relações entre linguagem e pensamento, e sobre o que Aristóteles, Locke, Kant, Hegel, Nietzsche, Heidegger ("Que significa pensar?"), Frege, Lyotard, Ricoeur, Brémond, Ogden, Richards, e outros julgaram sobre o assunto. Nesta sequência, impunha-se considerar "o processo da leitura" (cap. VII) – qual "prazer do texto" –, pois, "para quem lê, compreender é sempre um compreender-se, através da mediação dos textos" (p. 424); além da relação entre texto e contexto, assume relevância a dialéctica entre o autor e leitor, pois sem este "carece de sentido falar dum texto como obra viva" (p. 448), que o Prof. Marcelino clarifica mediante as 3 'mimeses' ricoeurianas, rematando com o tema clássico da "estética da recepção", na pegada de Jauss e Ricoeur, Iser, e outros.

Por fim, resta reflectir sobre o discurso filosófico, "um discurso em contínua tensão entre a universalidade a que aspira pelo seu objecto e a particularidade a que



RECENSÃO CRÍTICA

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

Universidade do Minho

Orcid Nº 0000-0003-0188-4066

o reenvia o método e técnicas de cada autor" (p. 597); mas, para isso, foi necessária uma pausa e meditar sobre a significação do 'silêncio' no discurso, inquirir os 7 tipos de argumentos (na esteira de Perelman) pela conexão estreita entre filosofia e retórica, vislumbrar o estilo como ADN do escritor, realçar o diálogo (3 tipos dialógicos) como "hospitalidade linguística".

Após essa odisséia filosófica que é explorar o volume I – "o discurso filosófico nasce como um trabalho incessante para aceder à verdade, valendo-se da razão" (p. 598) – o volume II patenteia-nos como, ao longo da história, se entrelaçaram a conceptualização-interpretação-recepção de ideias filosóficas veiculadas através de obras escritas, cujo processo (em 12 capítulos) se nutriu dos elementos que integram o discurso filosófico (vol. I) – ideias, textos e contextos, como autores, leitores, argumentos, estilos, diálogos –, assim reconstruindo Agís Villaverde o modo de pensar através dos tempos, numa história das interpretações filosóficas, criando, porventura, "uma história alternativa da filosofia" a partir da perspectiva dos leitores das obras filosóficas – afinal uma orientação inovadora e profundamente dinâmica.

Com tal escopo, após um exercício em que compara "a hermenêutica filosófica e os seus parentes" (cap. II), isto é, a exegese bíblica, a hermenêutica filológico-literária e a hermenêutica jurídica, Marcelino empreende uma história da "filosofia interpretada", desde "a interpretação filosófica na Cultura Grega" (cap. III), "a interpretação textual na Idade Média" (cap. IV), "a interpretação na Época Moderna" (cap. V), dedicando-se depois afanosamente aos alvares da hermenêutica contemporânea e as várias correntes, e a "outras hermeneias" (Foucault, Derrida, Apel e Habermas, Vattimo, Beuchot).

Os 3 últimos capítulos são dedicados à hermenêutica em Espanha, em Portugal e na América Latina. Nas 70 páginas consagradas a Portugal (cap. XI), analisam-se sobretudo as universidades e o labor académico de cerca de 20 investigadores, cultores que foram da hermenêutica nas últimas décadas (com destaque para Ricoeur), num roteiro – "o mapa hermenêutico português" (p. 690) – que, de Braga (Universidade do Minho, Universidade Católica), passa pelo Porto, Coimbra, Évora, e respectivas universidades, Lisboa (UCP, UNL, UL, ISPA) e a Universidade dos Açores, valorizando sempre os temas inovadores que cada autor versou, dissertações pioneiras, obras influentes, revistas e colecções filosóficas. Sendo um capítulo que densifica a situação lusa até à publicação da obra, e também pelo amplo e profundo



RECENSÃO CRÍTICA

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

Universidade do Minho

Orcid Nº 0000-0003-0188-4066

trajecto da obra em 2 volumes, esta não poderá passar despercebida aos cultores da hermenêutica, seja ela bíblica, histórica, filológico-literária, jurídica ou filosófica.

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

Universidade do Minho



RECENSÃO CRÍTICA

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

Universidade do Minho

Orcid Nº 0000-0003-0188-4066

Informações

INFORMAÇÕES SOBRE *GAUDIUM SCIENDI*

DIRECTORA: Maria Laura Bettencourt Pires

CONTACTOS:

Revista *Gaudium Sciendi*, Sociedade Científica, Palma de Cima 1649-023 Lisboa, Portugal

Telefone: +351 217 214 136; e-mail: gaudiumsciendi@ucp.pt

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER: ISSN 2182-7605

Gaudium Sciendi é uma revista electrónica da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa publicada desde 2012 com periodicidade semestral e acesso gratuito. Foi concebida para ser vista em formato digital num computador, num *tablet* ou outro dispositivo móvel. A publicação da *Gaudium Sciendi* através da Internet permite chegar a leitores em todo o mundo. Cria também novas oportunidades que incluem poder ser lida a qualquer hora e local e tanto em bibliotecas nacionais como estrangeiras.

Cada número poderá, obviamente, também - se o leitor assim preferir - ser impresso e encadernado e lido como um livro.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

A Revista *Gaudium Sciendi* oferece acesso livre e imediato ao seu conteúdo. Segue, assim, o princípio de que disponibilizar gratuitamente a informação científica ao público-leitor lhe proporciona a "alegria do saber" que está, aliás, implícita no seu título e contribui para uma maior democratização do conhecimento. Apesar disso, segue a directiva de privacidade em relação aos endereços e contactos dos autores.

OBJECTIVOS DA *GAUDIUM SCIENDI*

A actividade editorial da revista rege-se por princípios que visam assegurar a liberdade de iniciativa e de cooperação e, por isso, a *Gaudium Sciendi* aceita e incentiva a colaboração de todos os Associados da Sociedade Científica assim como a de académicos da Universidade Católica e de outras instituições, nacionais e estrangeiras, vocacionadas para a investigação, para o ensino e para a cultura, desde que pretendam servir os mesmos objectivos e valores que a norteiam, procurando assim motivar o intercâmbio interinstitucional.

A *Gaudium Sciendi* pretende ser um instrumento de divulgação dos objectivos e dos valores da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (SCUCP). Segue uma política editorial que tem também como um dos seus objectivos actuar como um constante vector de promoção do encontro entre investigadores, autores, estudantes e leitores, nos diversos momentos da sua vida científica e de formação académica. Outro dos seus propósitos é promover oportunidades para uma reflexão crítica e um diálogo sobre os temas apresentados e proporcionar ocasiões de debate intelectual e de cooperação académica, numa perspectiva interdisciplinar, que contribuam para desenvolver a formação e o interesse pela investigação científica dos seus leitores, sobretudo dos mais jovens. Para atingir essa meta, gostaria de contar com contribuições regulares dos associados das diferentes "Secções" da SCUCP, que incluem áreas tão variadas como: Ciências das Artes, Filosofia, Direito, História, Economia, Ciências do Ambiente, Literatura e Linguística, Educação, Teologia, Ciências Exactas e Naturais, Ciências Aplicadas e Engenharia, Ciências e Tecnologia da Saúde, Ciências Sociais e Políticas e Ciências da Comunicação e Informação. A revista aceita igualmente - e acolhe com muito gosto - colaborações de académicos de outras instituições, desde que sigam as políticas directivas da *Gaudium Sciendi* e as normas de submissão de artigos.

Outra das missões da *Gaudium Sciendi* é contribuir para manter os seus leitores - quer sejam associados da SCUCP, professores, actuais ou antigos estudantes ou

investigadores da Universidade Católica - ligados à sua *alma mater*. Essa ligação pode fazer-se não apenas através da leitura regular mas também enviando artigos para a revista ou, de forma mais intervencionista, textos mais breves para as Secções "Debate", "Cartas à Directora" e "Entrevistas".

A revista pretende ainda, dentro das suas possibilidades, contribuir para demonstrar publicamente – através das colaborações que recebe - que todos os que estão associados tanto à Sociedade Científica como à Universidade Católica têm orgulho de pertencer a estas instituições. Ao manter os leitores informados sobre resultados de investigações científicas em curso ou sobre o sucesso profissional de antigos alunos ou investigadores, assim como com a publicação de textos relacionados com eventos organizados pela Sociedade Científica e pela Universidade Católica, a *Gaudium Sciendi* pretende também contribuir para demonstrar como ambas as instituições têm influência na academia tanto em Portugal como no estrangeiro.

NÚMEROS TEMÁTICOS

Embora a revista esteja direccionada para a divulgação de trabalhos académicos, sendo portanto, regra geral, os temas livres, têm havido também alguns números temáticos que focam um tópico central, como "A Transversalidade Linguístico-Cultural da Bíblia" (Janeiro 2013), "Direito"(Julho 2013) e "O Conceito de Alma – Do Antigo Egipto ao Mundo de *Matrix*" (Junho 2014).

SECÇÕES

No âmbito da *Gaudium Sciendi* há várias secções, tais como Editorial, Artigos, Debates, Poesia, Recensões críticas e Entrevista.

INFORMAÇÕES AOS LEITORES

Convidamos os nossos leitores a enviarem-nos comentários sobre a revista em geral ou sobre algum dos artigos publicados. Poderão também inscreverem-se no serviço de notificação de publicação da revista, bastando para tal que nos enviem um *e-mail* nesse sentido. Essa inscrição permitirá ao leitor receber via *e-mail* um aviso da publicação de um novo número da *Gaudium Sciendi* assim como o sumário de cada nova edição. De acordo com a Política de Privacidade, a revista assegura aos leitores que os seus nomes e endereços informáticos não serão utilizados para outros fins.

INFORMAÇÕES PARA OS COLABORADORES

A revista aceita propostas de artigos para publicação sobre um amplo leque de tópicos em diversas áreas científicas. Quanto à Norma Ortográfica, a Direcção respeita a decisão pessoal dos autores relativamente à regra ortográfica da língua portuguesa que seguem nos seus textos. Relativamente às ilustrações, todas as imagens incluídas nos artigos da *Gaudium Sciendi* são da responsabilidade da Direcção a menos que os autores as tenham escolhido, sendo, nesse caso, indicado em nota.

INFORMAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS

Convidamos as bibliotecas a incluir a *Gaudium Sciendi*, assim como outras revistas de acesso livre, nos seus catálogos de revistas electrónicas. Este sistema de publicação é desenvolvido também para ser operado por bibliotecas universitárias, como a Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica, dando assim apoio ao trabalho de publicação das revistas do seu corpo académico.

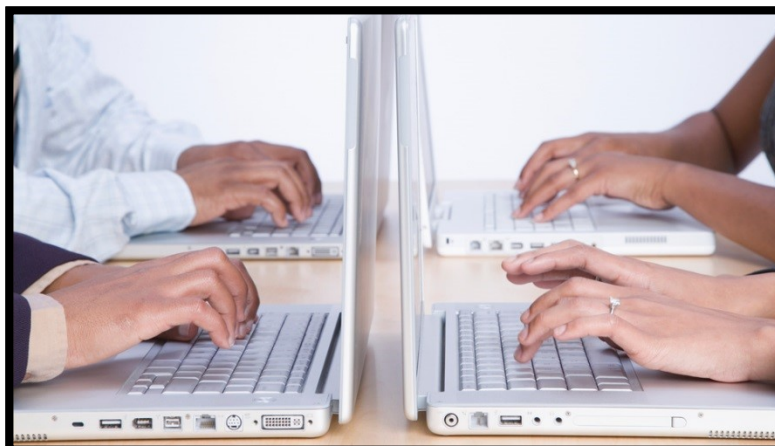
NORMAS DE SUBMISSÃO DE ARTIGOS

- Os artigos devem ser submetidos à *Gaudium Sciendi*, Revista *on-line* da Sociedade Científica, em formato electrónico, para o seguinte endereço: gaudiumsciendi@ucp.pt
- Os textos devem incluir, em nota de rodapé, um C.V. do autor com aproximadamente 1.720 caracteres incluído os espaços.
- Os artigos podem ser submetidos em Português, Inglês, Francês e Espanhol.
- As publicações devem conter, obrigatoriamente, um resumo em português e em língua estrangeira com cerca de 2.620 caracteres com espaço, seguido de palavras-chave, no máximo de cinco.
- Os ensaios não deverão exceder 52.360 caracteres com espaço (c. 20 pp. A4), incluindo os resumos, palavras-chave e bibliografia.
- As resenhas críticas não deverão ter mais de 7.854 caracteres com espaço (c. 3 pp. A4). Os colaboradores devem conservar em seu poder um duplicado de todo o material enviado para a *Gaudium Sciendi*.

FORMATAÇÃO

- **FORMATAÇÃO:** Word ou RTF, letra Calibri 12, alinhamento justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Citações com mais de 3 linhas—espaçamento entre linhas 1.
- **TÍTULO:** Além do título do artigo, deve incluir o nome e a universidade do autor.
- **EPÍGRAFE** ou citação inicial (se houver): alinhada à direita, seguida de uma linha em branco.
- **PARÁGRAFO NORMAL:** justificado, indentação: esquerda: 0 cm, direita: 0 cm, primeira linha: 0,7cm.
- **CITAÇÕES COM MAIS DE TRÊS LINHAS:** separadas do texto por uma linha em branco, indentação: esquerda e direita 1 cm.
- **ASPAS E PARÊNTESES:** Devem ser sempre usadas aspas rectas "" e não curvas como «» e "" e parênteses curvos (...) em vez de rectos [...], excepto na indicação da data da 1ª edição nas bibliografias.
- **NOTAS:** Devem ser usadas notas de rodapé e não notas no fim do artigo.
- **VÍRGULAS E PONTOS FINAIS NAS CITAÇÕES:** Devem ser incluídos depois das aspas. Dois pontos e ponto e vírgula também devem ser colocados depois das aspas.
- **NÚMERO SOBRE ELEVADO (SUPERSCRIPT) INDICATIVO DAS NOTAS:** deve ser colocado depois do ponto final ou vírgula, dois pontos ou ponto e vírgula.
- **USO DE MAIÚSCULAS NOS TÍTULOS:** Devem ser seguidas as normas internacionais, incluindo o uso de maiúscula na primeira palavra do subtítulo depois dos dois pontos. Exemplo: *As Humanidades e as Ciências: Dois Modos de Ver o Mundo*.
- **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** Tanto no texto, como nas notas de rodapé assim como nas referências bibliográficas no final dos artigos, devem ser seguidas as normas internacionais de *The Chicago Manual Style*.
- **IMAGENS:** Se os autores incluírem nos seus textos ilustrações, tabelas ou longas citações que tenham sido previamente publicadas noutra local são responsáveis pela obtenção dos respectivos direitos de autor, devendo comprová-lo à Direcção.

CONSELHO EDITORIAL



Os Conselhos Editoriais são uma antiga tradição em todas as revistas. Actualmente, embora não detenham o poder decisório de outros tempos, têm ainda um papel importante nas análises críticas que fazem de todos os materiais, sendo de sua responsabilidade zelar pelo conteúdo científico e pela imagem das publicações.

O Conselho Editorial da *Gaudium Sciendi* é o sector responsável pela edição e publicação da Revista, que tem por objectivo ser um veículo de difusão científica semestral e interdisciplinar de artigos de autores da Sociedade Científica da Universidade Católica e de outras instituições académicas que queiram ter seus trabalhos publicados e difundidos no país e no estrangeiro. Tem também como objectivo contribuir para a divulgação do pensamento crítico e da pesquisa. Uma das competências do Conselho é estabelecer a política editorial da publicação relativamente às suas diferentes Secções de Artigos, Recensões Críticas, Poesia e Cartas à Directora, colaborando, assim, directamente, com a Directora, que, por sua vez, articula com a Presidência da Sociedade.

O Conselho Editorial da *Gaudium Sciendi* é composto por três membros da Sociedade Científica, que são professoras da Universidade Católica e especialistas em diferentes áreas científicas. Na sua constituição, procurou-se a diversidade tanto nas áreas de ensino como nos níveis de senioridade.

COMPOSIÇÃO

O Conselho Editorial é constituído por professores doutorados que representam várias áreas do conhecimento e, actualmente, é composto pelos seguintes membros:

- Prof. Doutora Maria Laura Bettencourt Pires, Directora da *Gaudium Sciendi* e Investigadora Sénior do CECC.
- Prof. Doutora Ana Costa Lopes, Docente e Investigadora Sénior do CEPCEP e do CECC.
- Prof. Doutora Marília Lopes dos Santos, Docente e Investigadora Sénior do CECC.

COMPETÊNCIAS

O Conselho Editorial tem por finalidade principal viabilizar a publicação da revista electrónica *Gaudium Sciendi*, onde serão difundidos textos originais resultantes de actividades de investigação e ensino e cujo valor técnico, científico, artístico e literário tenha sido assegurado pelo Conselho de Avaliação (*Blind Peer Review*) da revista. Além de promover e divulgar a produção científica multidisciplinar da comunidade universitária em

que se integra, a revista edita também artigos de autores nacionais e estrangeiros de outras instituições, desde que se articulem com a sua política editorial. O Conselho deve igualmente ter o propósito de difundir novas ideias e, através da atenção prestada ao conteúdo e à técnica, apostar no desenvolvimento de um projecto editorial e de um *design* gráfico diferenciados, seguindo a tendência do actual mercado editorial universitário.

FUNCIONAMENTO

O Conselho Editorial reunirá, ordinariamente, de três em três meses, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente da Sociedade Científica, pela Directora da revista ou pela maioria de seus membros.

CONSELHO CONSULTIVO



O Conselho Consultivo da *Gaudium Sciendi* é uma comissão externa permanente de aconselhamento científico que actua como órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de actuação da Directora da revista.

CONSTITUIÇÃO

O Conselho Consultivo é composto por académicos, investigadores e personalidades de reconhecido mérito e gabarito científico, tanto portugueses como estrangeiros, convidados pela Directora por serem especialistas nas matérias publicadas pela revista.

DECISÕES

As decisões do Conselho Consultivo são tomadas por maioria simples e não são vinculativas.

CANDIDATURAS

Os candidatos a membros do Conselho Consultivo são propostos pela Directora da *Gaudium Sciendi* ao Presidente da Direcção da Sociedade Científica, a quem cabe aceitar ou recusar a candidatura.

É uma honra e um aval científico para a *Gaudium Sciendi* que o seu Conselho Consultivo inclua nomes de académicos de tão grande prestígio internacional como os de:

- Luísa Leal de Faria (Universidade Católica Portuguesa), Portugal
- Molefi Asante (Temple University), EUA
- Pedro Louzada da Fonseca (Universidade Federal de Goiás), Brasil
- Ian Campbell (University of Edinburgh), UK
- Dália Guerreiro (Universidade de Évora), Portugal
- Leonídio Ferreira (Direcção Diário de Notícias) Portugal
- Georges Rousseau (Oxford University), UK
- Ana Paula Machado (Universidade Aberta), Portugal
- Catarina Burnay (Universidade Católica Portuguesa), Portugal
- Gerald Bär (Universidade Aberta), Portugal

CONSELHO DE AVALIAÇÃO

O êxito editorial da publicação depende da qualidade dos artigos publicados, que é, obviamente, assegurada pelos autores mas também pelo Conselho de Avaliação. Pertencendo, contudo, à Directora a última palavra no que se refere à edição pois é da sua responsabilidade assegurar a qualidade, a correcção e a variedade do conteúdo científico, que deverá, tanto quanto possível, ser interactivo.



Os textos enviados para a *Gaudium Sciendi*, desde que sejam adequados à linha editorial previamente estabelecida e não tenham sido publicados antes, serão avaliados pela Directora e revistos segundo o sistema de *Blind Peer Review* e submetidos, em regime de anonimato, ao parecer de especialistas da respectiva área científica, sendo o autor notificado da decisão do Conselho de Avaliação. O artigo não deverá conter qualquer indicação de autoria ou vínculo institucional, para que o material seja analisado de maneira absolutamente impessoal.

Nesse processo, os nomes dos avaliadores permanecem em sigilo, sendo também junto deles mantido o anonimato dos articulistas. Os dados relacionados à titulação e à afiliação institucional e profissional devem ser inseridos apenas num dos exemplares enviados. Caso sejam necessárias informações adicionais que vinculem o texto ao autor, as mesmas serão mencionadas na versão final para publicação.

Dos pareceres emitidos, podem constar sugestões de alterações, acréscimos ou adaptações necessárias ao aprimoramento do texto examinado, a serem efectuadas com a concordância do autor. Após a aprovação dos textos, os autores são informados e feitos os necessários ajustes dos trabalhos de acordo com as normas de submissão de artigos da *Gaudium Sciendi*. Ao contrário do que sucede em algumas revistas universitárias, trata-se de um método de revisão que deve funcionar como um estímulo e não como um ataque e cujo objectivo principal é assegurar a qualidade e o mérito científico da publicação para benefício tantos dos leitores como dos autores.



About us

ABOUT US

CONTACTS

EDITOR: Maria Laura Bettencourt Pires

ADDRESS: *Gaudium Sciendi*, Sociedade Científica, Universidade Católica, Palma de

Cima, 1649-023, Lisboa Portugal

e-mail: gaudiumsciendi@ucp.pt

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER: ISSN 2182-7605

Gaudium Sciendi is a bi-annual, open and free access online magazine published since 2012 by the Scientific Society of the Portuguese Catholic University. It has been conceived to be read online on a computer, a tablet or any other mobile device. The publication of *Gaudium Sciendi* on the Net reaches readers all over the world and creates new opportunities that include being accessible at any time and place, in Portuguese as well as in foreign libraries. It can also, if the reader prefers, be printed and read as a book.

OPEN ACCESS POLICY

The magazine offers freely to its readers the type of scientific information that gives them "the joy of knowing", as implicit in its title *Gaudium Sciendi* thus contributing to a better democratization of knowledge. Although following a policy of open access, the contacts of the authors will be kept private.

OBJECTIVES OF GAUDIUM SCIENDI

The editorial activity of the magazine follows principles aimed at assuring the freedom of initiative and cooperation and, therefore, *Gaudium Sciendi* accepts and encourages the collaboration of all the members of Sociedade Científica as well as of academics of the Catholic University and other Portuguese and foreign institutions who are interested in research, tuition and culture, if they want to attain the same objectives and values, thus trying to motivate inter-institutional interchange.

Gaudium Sciendi follows an editorial policy that also aims at establishing contacts and providing occasions for meetings and debates of researchers, authors, students and readers, in the different moments of their scientific career and academic education. Another of its purposes is to promote opportunities for a critical reflection and for a dialogue about the themes presented in the magazine and to provide occasions for an intellectual debate and for academic cooperation, in an interdisciplinary perspective, that contribute to develop the formation and the interest for scientific research among its readers, primarily the younger ones. To attain this goal, it would be good to have regular contributions of the associates of all the different "Sections" of SCUCP. The magazine also gladly accepts collaborations of academics of other institutions, if they follow the directives of *Gaudium Sciendi* and the rules for the submission of articles. *Gaudium Sciendi* also wants to contribute to keep its readers – whether they are SCUCP associates or professors, actual or former students or researchers at Universidade Católica – connected to their *alma mater*. That connection can be made not only by regularly reading the magazine but also by sending articles or, in a more intervening way, by writing short texts to the Sections "Debate", "Letters to the Editor" and "Interviews".

The magazine also wants, within the scope of its possibilities, to contribute to publicly demonstrate, through all the collaborations that it gets, that all those who are connected

either to the Sociedade Científica or to Universidade Católica are proud to belong to those institutions. By keeping our readers informed about the results of undergoing scientific research or about the professional success of former students or researchers as well as with the publication of texts, which are related with events organized by Sociedade Científica and by Universidade Católica, *Gaudium Sciendi* also aims at contributing to demonstrate how both institutions are important in Portugal and abroad.

THEMATIC NUMBERS

Although one of the aims of *Gaudium Sciendi* is to publish of academic articles, whose themes are free, there are also some thematic numbers that focus a central topic, such as " The Linguistic-Cultural Transversability of the Bible" (January 2013), "The Law" (July 2013) and "The Concept of Soul – From Ancient Egypt to the World of Matrix" (June 2014).

INFORMATION FOR THE AUTHORS

We welcome contributions about a wide range of subjects from different research and scientific areas. The Editor is responsible for all the images included in the articles unless the authors have chosen the illustrations themselves and, in that case, it will be mentioned in a note.

BLIND PEER REVIEW

The articles will be anonymously submitted to blind peer-review by recognized scholarly experts on the theme.

SECTIONS

There are several sections in the magazine, such as the Editorial, Articles, Debates, Critical Reviews, Poetry, Interviews and Letters to the Editor.

RULES FOR PUBLICATION

1. The articles for publication, which should not have been printed previously, should be submitted to *Gaudium Sciendi*, the *on-line magazine* of Sociedade Científica, by e-mail to the following address: gaudiumsciendi@ucp.pt
2. The texts should include a footnote with a C. V. of the author of around 1720 characters including spaces.
3. The articles can be written either in Portuguese, English, French or Spanish.
4. The essays must include an abstract in Portuguese and in a foreign language with c. 2620 characters with spaces, followed by no more than five key-words.
5. The texts should not have more than 52.360 characters with spaces (20 pp. A4), including the abstracts, key-words and bibliography.
6. Book reviews should not have more than 7854 characters with spaces (3 pp. A4).
7. Format: Word or RTF, Size A4, font Calibri 12, Bold, justified, space between lines 1,5.
8. The authors should keep a duplicate of all the materials sent to *Gaudium Sciendi*.
9. Footnotes, bibliographical citations as well as bibliographical references at the end of the articles, should follow the international rules of *The Chicago Manual Style*.

EDITORIAL BOARD



Editorial Boards are a longstanding tradition in every newspaper. Nowadays, although they no longer have the deciding power they used to have, they still have an important role in the critical analysis they make of every material presented for publication, and it is their responsibility to watch over the scientific content and the public image of the publications.

The Editorial Board of *Gaudium Sciendi* is responsible for the edition and the publication of the magazine, which is published twice a year and whose objective is to be a means of transmission of scientific interdisciplinary articles written by members of Sociedade Científica of Universidade Católica and of other academic institutions who want to have their work published and acknowledged at home and abroad. It also has the objective of contributing to the knowledge and the disclosure of critical reflections and research. One of the capacities of the Board is the establishment of the editorial policy of the magazine regarding its different Sections such as Articles, Book Reviews, Poetry, and Interviews and, thus directly collaborating with the Director, who, on the other hand, is the link with the President of the Society.

The recently created Editorial Board of *Gaudium Sciendi* is composed by three members of Sociedade Científica, who are Professors at Universidade Católica Portuguesa and reknown scholars in different research areas. Both the diversity in the tuition fields and the levels of seniority were taken into account for the constitution of the Board.

ORGANIZATION

The Editorial Board is constituted by PhD Professors who represent several fields of knowledge and, nowadays, its members are:

- Professor Maria Laura Bettencourt Pires, Chief Editor of *Gaudium Sciendi* and Senior Researcher of the Research Center for Communication and Culture.
- Professor Ana Costa Lopes, Executive Editor and Senior Researcher of the Research Center for Portuguese Culture and of the Research Center for Communication and Culture.
- Professor Marília dos Santos Lopes, Executive Editor and Senior Researcher of the Research Center for Communication and Culture.
-

DUTIES AND OBLIGATIONS

The main objective of the Editorial Board is to assure the publication of the on-line magazine *Gaudium Sciendi*, thus making known original texts that result both from teaching and research activities and are mainly produced by members of Sociedade Científica of Universidade Católica Portuguesa – once their technical, scientific, artistic and literary value have been assured by the *Blind Peer Review*. Besides promoting and publicizing the multidisciplinary scientific production of the academic community in which it is integrated, the magazine also publishes articles written by Portuguese and foreign authors from other institutions, if they follow the editorial policy. The Board must also aim at diffusing new ideas and - due to its care for the content and technological aspects – contributing to the development of an editorial project and search for a graphical *design* that is distinct from others, thus following the tendencies of our days academic editorial market.

MEETINGS

The Editorial Board will meet, as a rule, every three months and extraordinarily, whenever convoked by the President of Sociedade Científica, by the Director of the magazine or by the majority of its members.

ADVISORY BOARD

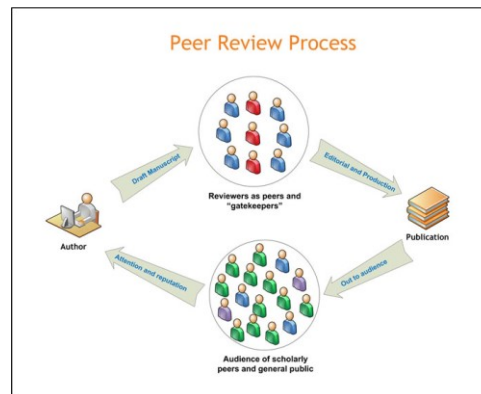
The Advisory Board of *Gaudium Sciendi* is an external permanent committee that gives scientific advice and support to the Director and participates in the definition of general editorial directives. It is constituted by Portuguese and international academics, researchers and other personalities, who, being well known for their merit and scientific level, are considered experts on the topics published by *Gaudium Sciendi*. The members are invited by the Director, who proposes their names to the President of the Society. The decisions of the Advisory Board are not mandatory.

The Advisory Board of *Gaudium Sciendi* is currently constituted by:

- Luísa Leal de Faria (Universidade Católica Portuguesa), Portugal
- Molefi Asante (Temple University), EUA
- Pedro Louzada da Fonseca (Universidade Federal de Goiás), Brasil
- Ian Campbell (University of Edinburgh), UK
- Dália Guerreiro (Universidade de Évora), Portugal
- Leonídio Ferreira (Direcção Diário de Notícias) Portugal
- Georges Rousseau (Oxford University), UK
- Ana Paula Machado (Universidade Aberta), Portugal
- Catarina Burnay (Universidade Católica Portuguesa), Portugal
- Gerald Bär (Universidade Aberta), Portugal

BLIND PEER REVIEW

The editorial success of the magazine depends on the scientific quality of the articles, which is, obviously assured by the authors but it also depends on the Blind Peer Review Process of evaluation. The Editor, being responsible for the quality, the correction and the variety of the scientific material published in the magazine, has, however, the last word.



The texts sent to *Gaudium Sciendi*, which should not have been published previously, will be evaluated by the Editor and then reviewed according to the *Blind Peer Review Process*. The names of the members of the Blind Peer Review Board as well as those of the authors, whose texts they evaluate, are kept secret. The writers will be informed of the evaluation of their texts and also of any required correction.